



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus



O IMPACTO DA INTEGRAÇÃO NA EUROPA SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL BÚLGARA.

Um Estudo de Caso

Magdalena Tzvetanova Popova

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais e Estudos Europeus

Orientador: Silvério Rocha Cunha

Évora, 2010



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus



O IMPACTO DA INTEGRAÇÃO NA EUROPA SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL BÚLGARA.

Um Estudo de Caso

Magdalena Tzvetanova Popova

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais e Estudos Europeus

Orientador: Silvério Rocha Cunha

ÍNDICE

ÍNDICE	1
ABREVIATURAS	3
LISTA DE QUADROS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
1. O Estado-Nação e a Globalização	11
1.1. O Declínio do Estado-nação como consequência do processo de globalização	11
1.2. O Processo de Integração e a ideia de Federação Europeia	18
1.3. Identidades Europeias	26
1.3.1. Contradições principais das identidades	28
1.4. A Bulgária e a Integração Europeia	38
1.4.1. Alguns dados históricos	38
1.4.2. A opinião pública	40
2. Nação e Etnia	45
2.1. Principais teorias sobre a questão nacional	45
2.2. A Realidade Balcânica e a crise das identidades	52
2.2.1. A memória otomana nos conflitos dos Balcãs	52
2.2.2. A transição do sistema político e a questão nacional nos Balcãs	55
2.2.3 Integração Europeia dos Balcãs	67
2.3. O modelo étnico na Bulgária	70
2.3.1. O modelo étnico na Bulgária como alcance do período de transição	73
2.3.2. Os paradoxos étnicos na Bulgária	82
2.3.3. Partidos étnicos na Bulgária	83
3. Nacionalismo e identidade nacional	85

3.1. Entre a identidade nacional e a identidade europeia	85
3.1.1. A existência duma identidade europeia comum	85
3.1.2. Cidadania Europeia na Bulgária	96
3.2. O nacionalismo búlgaro e o populismo	106
3.2.1. Partidos Nacionalistas	116
3.3. Características da identidade nacional búlgara no contexto de integração europeia	119
4. A crise da identidade nacional e a homogeneização cultural na Europa	127
4.1. A Bulgária no contexto de homogeneização cultural na Europa	127
4.2. A crise na identidade nacional búlgara	135
CONCLUSÃO	140
BIBLIOGRAFIA	144

ABREVIATURAS¹

APEC: *Asia-Pacific Economic Cooperation* ou Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico

CEE: Comunidade Económica Europeia

DPS: *Dvizhenie za prava i svobodi*, *Movement for Rights and Freedoms* ou Movimento de Direitos e Liberdades

FMI: Fundo Monetário Internacional

GERB: *Grazhdani za evropeysko razvotie na Balgariya*, *Citizens for European Development of Bulgaria* ou Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária

NAFTA: *North American Free Trade Agreement* ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NDSV: *Nacionalno dvizenie za stabilnost i vazhod*, *The National Movement for Stability and Progress* (antes de 3 de Junho de 2007 era conhecido como *Movimento Nacional Simeão II*, *The National Movement Simeon II* com a mesma abreviatura) ou Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso

OMC: Organização Mundial do Comércio

OCDE: Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

UE: União Europeia

¹ Para a referência aos partidos políticos serão adoptadas as iniciais da designação em búlgaro, por permitirem uma mais imediata identificação com o partido político. Para as restantes referências serão adoptadas as iniciais em português. Apenas as abreviaturas de APEC e NAFTA serão adoptadas em inglês por serem as designações originais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Consequências esperadas da adesão à UE.

Quadro 2. Resultados da adesão à UE.

Quadro 3. O que ganhou com a entrada na UE.

Quadro 4. Opinião positiva ou negativa em relação à UE.

Quadro 5. Períodos de duração da governação otomana nos Balcãs.

Quadro 6. Consequências da globalização.

Quadro 7. A existência duma identidade europeia comum.

Quadro 8. A partilha duma identidade europeia.

Quadro 9. Os medos que provoca a integração europeia.

Quadro 10. Confiança nas instituições (1).

Quadro 11. Confiança nas instituições (2).

Quadro 12. Importância dos partidos políticos.

Quadro 13. Preferências em relação aos vizinhos de outras raças ou nacionalidades.

Quadro 14. Orgulho nacional.

Quadro 15. Factores que definem a identidade nacional.

Quadro 16. O que significa Bulgária para os cidadãos.

RESUMO

A presente dissertação tem por objectivo analisar a evolução e a situação contemporânea do nacionalismo búlgaro e das identidades nacionais no país que se foram desenvolvendo durante os anos sob a pressão da integração europeia. Partindo das principais teorias sobre nacionalismo pretendemos analisar como um caso específico, o da Bulgária, se insere nas tendências mundiais e como acontecimentos importantes, como a transição do sistema político e a adesão à EU influenciaram a sociedade búlgara.

No trabalho, iremos destacar questões relacionadas com as teorias de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, entre outros, e como estas teorias podem ser aplicadas ao caso búlgaro. Iremos avaliar as políticas nacionais em relação às minorias étnicas e religiosas no país, como também as tendências mundiais de homogeneização cultural e o seu impacto na Bulgária. Adoptando uma perspectiva político-cultural iremos verificar como importantes acontecimentos no país influenciaram a vida dos cidadãos das diferentes etnias.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Europeia, Identidade Nacional, Etnia, Estado-Nação

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the evolution and contemporary situation of Bulgarian nationalism and national identities in the country that have developed during the years under the pressure of European integration. Using the theories about nationalism we intend to analyze how a particular case of Bulgaria falls in world trends and events of importance, like the transition of the political system and the EU accession, influenced the Bulgarian society.

In the article we will highlight issues related to the theories of Benedict Anderson and Eric Hobsbawm, among others, and how these theories can be applied to the Bulgarian case. We will evaluate national policies in relation to ethnic and religious minorities in the country, as well as global trends of cultural homogenization and its impact on Bulgaria. Adopting a political-cultural perspective we see how important events in the country affected the lives of citizens of different ethnicities

KEYWORDS: European Integration, National Identity, Ethnicity, Nation-State

INTRODUÇÃO

O tema da europeização dos países com democracias novas da Europa Sudeste e os múltiplos problemas étnicos internos colocam a questão da identidade nacional e a integração europeia.

Benedict Anderson explica no seu livro “As Comunidades Imaginadas” que a nação é uma comunidade política imaginada e não tem as suas origens na língua, na cultura ou na religião. Por outro lado o historiador Eric Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenómeno histórico, possuindo, desta maneira, uma génese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Nos anos 60 e o início da integração europeia a ideia do nacionalismo continua intacta. Em finais do século esta ideia muda de carácter. Apareceram casos dramáticos de nacionalismo étnico e religioso. No último século aparecem cada vez mais previsões para o desaparecimento das estruturas nacionais.

Hoje em dia é muito discutido o tema das diferenças entre o desenvolvimento das nações da Europa Ocidental no caminho de homogeneização dos povos através de emancipação política e a criação das nações balcânicas, onde estão presentes várias identidades étnicas, resultado dos grandes períodos de dominação estrangeira. A situação étnica e religiosa nos Balcãs e o anseio de processos de integração europeia problematizam as questões de compatibilidade de identidades incompatíveis dentro dos processos de globalização não só na Europa mas em todo o mundo.

Nos Balcãs a criação das nações e dos estados nacionais acontece mais tarde do que na Europa Ocidental. A diferença entre a Europa Oriental e Ocidental é que nos países de Leste a religião tem muito mais importância na formação da identidade nacional. A criação das nações e dos estados nacionais nos Balcãs é antecedida pelo facto de no Império Otomano ter existido uma diferenciação entre cristãos e muçulmanos.

Exactamente os problemas nacionais necessitam uma cooperação global para serem resolvidos. Assim, a cooperação entre os países não impede, mas sim aumenta

as suas oportunidades. Nisto consiste o sucesso da UE. A riqueza e o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a estabilidade democrática pressupõem a abertura para o mundo. Deste modo a UE não ameaça a identidade nacional, mas ao contrário, investe nela.

Um dos sinais mais claros de que a categoria da nação não é ainda possível de ser ultrapassada são os "novos" nacionalismos regionais. Os mais fervorosos adeptos do avanço rápido e profundo da integração europeia são os nacionalistas que estão em luta com o Estado-nação (bascos, catalães, flamengos, etc.), precisamente porque uma União Europeia forte eliminaria do seu caminho os Estados-nação de que não puderam por outras vias desembaraçar-se.

Todo o período do desenvolvimento do estado nacional é tempo de homogeneização cultural e a criação de identidades iguais dum território determinado. Grandes grupos de pessoas são expulsos, realizam-se purificações étnicas ou é imposta uma identidade comum. A criação dos estados nacionais desde o início da época moderna é inseparável da formação de culturas nacionais comuns, que começam a ser a base do "nós" comum de grandes grupos de pessoas. Exactamente as culturas nacionais comuns estão na base do que, autores como Benedict Anderson, chamam "comunidades imaginadas".

Na Bulgária a partir de 1989 existe a política típica para o estado nacional de homogeneização e assimilação das diferentes comunidades crescentes. O ponto máximo deste processo foi o "processo renascentista" da mudança dos nomes muçulmanos com nomes búlgaros.

A Bulgária viveu a transição política tentando impor o modelo "uma etnia, uma cultura, uma religião, uns costumes", segundo as palavras de Todor Zhivkov, o líder e ditador comunista que governou a Bulgária de 4 de Março de 1954 até 10 de Novembro de 1989.

Na nova constituição do país de 1991 a assimilação contra a vontade é proibida. No mesmo momento é sublinhada a noção política da nação, sendo incluído que a Bulgária é um Estado-nação com diferentes componentes étnicos e religiosos nele.

Vamos ver como é concebida a identidade nacional pelos representantes da etnia búlgara e pelos cidadãos búlgaros que se autodefinem como muçulmanos, que têm uma identificação política com a Bulgária e não étnica. Os búlgaros representam uma maioria que é orgulhosa com a sua origem, mas não com a sua pertença ao Estado búlgaro. Assim existe uma identidade nacional fora ou até contra o Estado-nação, sendo que esta identidade não é uma identidade nacional política.

Mais tarde e como uma reacção da aproximação da Bulgária à EU pode ser considerado o aumento das ideias nacionalistas e a criação da aliança ultranacionalista Ataka em 2005 com o líder Volen Siderov. Isto acontece no contexto dos pensamentos xenófobos e os conflitos étnicos na Europa Ocidental.

Para se poder falar de identidade nacional é preciso uma certa nação ter ou conservar a memória para isto num determinado espaço histórico ou pátria, ter mitos, tradições e memórias históricas comuns, possuir uma cultura espiritual pública, seguir as exigências dum estilo de vida comum, seguir regras e obrigações comuns em relação a instituição ou a organização que representa esta comunidade, ter uma vida económica e mobilidade dentro dum determinado espaço comuns, ter a sua própria língua que conserva independentemente do lugar onde se encontra esta comunidade, ter uma religião determinada que seja base do seu modelo étnico e social, ter os seu próprios símbolos, bandeira, hino, moeda, destino histórico compartilhado e responsabilidade para com o futuro, mentalidade comum, consciência comum. (Smith, 1991).

A globalização cria uma série de processos críticos, cria pressupostos para a diminuição dos nacionalismos em transição, para a crise de uns e o aumento de outras comunidades e as identidades relacionadas com elas. Uma das principais causas destes acontecimentos são as forças enfraquecidas de integração dos Estados-nação nas condições de grande ondas de emigração e o desaparecimento das fronteiras nacionais, tantos formais como culturais. Se no estado moderno o principal são os processos de homogeneização nacional, de assimilação, de desaparecimento da diversidade étnica e religiosa, hoje em dia com a centralização que está a diminuir começam a aparecer processos contrários de renascimento étnico de diferentes comunidades culturais dentro dos estados nacionais.

Neste trabalho vamos tentar descobrir como a Bulgária se insere nos processos de globalização, regionalização e a consequente perda de poder do Estado-Nação, que por sua vez provoca crises nas identidades nacionais de cada povo.

Para estes objectivos, numa primeira fase, iremos apresentar as principais teorias sobre o nacionalismo, fazendo uma análise do seu desenvolvimento nos processos contemporâneos e destacando as questões que estão relacionados com o tema da dissertação. Numa segunda fase, vamos avaliar as principais características da identidade nacional búlgara, que faz parte da realidade temporariamente confusa dos Balcãs, usando diferentes investigações sobre a opinião pública. Por fim, através do método dedutivo vamos ver como o caso da Bulgária se insere nas tendências internacionais e nas principais teorias da identidade nacional.

1. O Estado-Nação e a Globalização

1.1. O Declínio do Estado-nação como consequência do processo de globalização

O termo globalização faz actualmente parte do vocabulário comum, mas muitas vezes é usado na sua forma mais redutora, ou quer dizer, na sua dimensão económica. A globalização é caracterizada como um conjunto de processos em virtude dos quais os Estados-nação soberanos se entrecruzam e implicam mediante actores transnacionais e as suas respectivas probabilidades de poder, orientações e identidades (Beck, 1998: 25-32).

A globalização pode ser descrita como um processo que cria vínculos e espaços sociais transnacionais, revaloriza culturas locais e traz para o primeiro plano terceiras culturas. A globalização significa também ausência de Estado mundial, mais concretamente significa sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial. A globalização económica não é nenhum mecanismo nem nenhum automatismo, é, e cada vez mais, um projecto político cujos agentes transnacionais, instituições e convergências no discurso (Banco Mundial, OMC, OCDE, empresas multinacionais, assim como outras organizações internacionais) fomentam a política económica neoliberal (Beck, 1998: 169-170).

Dentro desse contexto globalizado, o Estado-nação vai perdendo a sua soberania e possibilita que outros organismos acabem decidindo e interferindo sobre questões nacionais. Conforme vai ocorrendo a debilitação do Estado, organismos internacionais, comandados por países do primeiro mundo entram em cena, como o caso do FMI e Banco Mundial e, com o objectivo de conceder ajuda aos países periféricos, acabam ditando normas económicas, com o consequente reflexo político.

Na criação de mercados e instituições financeiros internacionais, de corporações transnacionais, a acção económica ultrapassa as fronteiras dos Estado-nação e pressupõe uma nova interligação internacional entre os diferentes países e povos, que passa para a política e as relações internacionais. Os médios de

comunicação também se tornam mais complexos e implicam processos de globalização inclusive na cultura e na vida quotidiana das pessoas.

Além de ser mais do que um fenómeno micro ou macroeconómico, a globalização também diz respeito ao nosso quotidiano, sendo este outro aspecto que tem sido bastante negligenciado nas análises, pois são mais destacadas as influências de grande alcance; mas a globalização também é, conforme destaca Giddens (1991), um fenómeno "aqui dentro", directamente ligado às circunstâncias da vida local e associa-se principalmente com o sistema antigo de organização social e com o enfraquecimento das comunidades tradicionais e as identidades.

Anthony Giddens reafirmou a era do local-global ao definir a globalização como sendo a intensificação e a definição das relações sociais em todo o mundo pelas que se passam em lugares distantes, de tal modo que os acontecimentos locais estão configurados por acontecimentos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa. O autor alerta ainda para o facto de a globalização não estar a evoluir equitativamente e consequentemente não ser totalmente benigna nas suas consequências (Giddens, 2003: 27-68).

O actual processo de globalização tem sido visto como algo exclusivamente positivo, ou então, exclusivamente, negativo. Os defensores definem este processo como um novo tempo-espço que abre possibilidades para a realização dos indivíduos através dum progresso social e económico positivo (com melhores padrões de vida), da inovação tecnológica (maior facilidade de deslocação, de contacto com o mundo, de ganho de tempo, de acesso à informação) e da liberdade cultural. Possuem uma concepção bastante clara dos desenvolvimentos técnicos propiciados pelo capitalismo global, porém minimizam as consequências socioeconómicas e as políticas negativas para os indivíduos neste contexto.

Alguns autores afirmam que não há globalização efectivamente, pois à medida que se abrem as fronteiras económicas pelo mundo, se reforçam as fronteiras económicas dos países hegemónicos ou centrais e o comércio internacional ocorre em situações desiguais, entre países com condições socioeconómicas e culturais diferentes.

Os críticos radicais acentuam que a globalização é a responsável pelo aumento da pobreza, da violência e da destruição ambiental; é destruidora das tradições locais, provoca uma homogeneização cultural sem precedentes e subordina as regiões mais pobres às mais ricas.

Dieckhoff tem observado que "a semelhança aguça a diferença" (Dieckhoff, 2001: 22). A intensificação das trocas - comerciais, culturais, de comunicação - não significa, de todo, a homogeneização cultural que se poderia prever. Por um lado, porque as diferenças resistem na reprodução inconsciente de hábitos e práticas; por outro lado, porque há todo um esforço de revitalização, senão mesmo de invenção, dessas diferenças locais, regionais e nacionais. Estamos no domínio do paradoxo: por cada fronteira que se anula, outra se ergue. Seguindo ainda Alain Dieckhoff: "Se é certo que a multiplicação das interações arrasta consigo uma crescente semelhança - e portanto, neste sentido, uma assimilação nacional (...) ou até mesmo supranacional (...) -, ela não contraria de forma alguma as tendências paralelas para a diferenciação. Pensar o contrário equivale a confundir proximidade sociocultural e convergência identitária. Ora, a adopção de hábitos, de comportamentos, e de valores semelhantes não é suficiente para fazer emergir uma identidade comum" (Dieckhoff, 2001: 27).

É forçoso concluir que os países periféricos estão a ser distanciados dos países industrializados no que diz respeito a sua economia. Salvo raras excepções, enquanto os países do primeiro mundo ficam mais ricos, os países do terceiro mundo ficam mais pobres. Enquanto os primeiros ditam as normas económicas, os últimos, sem condições de contrapô-las, aceitam-nas. A dominação económica dessa forma, fica evidente e, como efeito reflexo da dominação económica ocorre à dominação política. Inicialmente a globalização revela-se mais fortemente na economia e as relativas condições de vida, depois afecta também a organização político-social e por fim entra na actividade espiritual e cultural das pessoas.

Os processos de globalização no sector económico provocam diferentes tipos de relações sociais que reflectem na vida política. Se um governo ou parlamento global hoje em dia são vistos como perspectivas para o futuro, a integração europeia já é um facto. As políticas de integração da UE que abrangem todas as esferas da vida, desde a economia e as relações internacionais até a ecologia e as tecnologias,

marcam o aparecimento duma consciência que podia ser definida como transnacional ou cosmopolita.

Hoje a introdução da moeda única europeia o euro põe em causa não apenas a questão da essência económica da Europa, mas também provoca discussões para a futura imagem dos Estados-nação.

Apesar de que a integração europeia propõe um tipo de processo de globalização modernos, que se baseiam na vontade, na participação voluntaria e na cooperação entre os diferentes países e povos, a homogeneização territorial, política e económica inevitável provoca nos países ocidentais muitas discussões sobre o futuro dos Estados-nação, como também sobre os processos contrários de diferenciação, isolamento e até oposição.

A globalização na vida económica e política provoca inevitavelmente várias transformações no ambiente cultural. A globalização na área da cultura é um processo triplo. Por um lado, indispensável a universalização e a cosmopolitização da cultura, por outro lado renascem as tradições culturais nacionais e étnicas, e por terceiro lado está a ser consolidado o processo de unificação das duas tendências anteriores até chegar ao ponto de hibridação cultural.

Desta maneira a formação duma cultura global não significa a transformação duma cultura nacional em universal e dominante (independentemente se for a cultura americana ou outra), mas como processo de interpenetração, combinação e síntese entre diferentes tendências culturais até ao aparecimento dum híbrido cultural específico.

O estudo da questão nacional e das suas formas de inter-relação com as outras esferas da vida social é considerado central para se entender a formação de comunidades maiores imaginárias, como o MERCOSUL e a União Europeia, interpostos ao próprio Estado-nação.

Como já vimos as civilizações tradicionais e as nações europeias estão sob a pressão crescente de vários processos globais. Entre estas forças de globalização destacam-se a globalização económica e a integração regional na Europa. Contemporaneamente, a ideia de Estado deixa de estar associada à soberania total ou territorialidade exclusiva dado que as fronteiras hoje em dia são permeáveis, tanto

económica como culturalmente. Contudo, ainda que em crise, o Estado-nação continua a ser o principal actor na área das relações internacionais.

No plano económico, a globalização caracteriza-se pela desnacionalização financeira e com a intensa mobilidade internacional do capital, isto facilitado por um mercado que tem como característica relevante a facilidade de comunicação, transmissão e processamento de informações.

No plano político, o maior desafio que tem ocupado o centro dos debates mais polémicos a respeito da globalização, é a questão da diminuição ou enfraquecimento do papel do Estado-nação, uma vez que a globalização conduziu a uma concentração significativa do poder económico decorrente do poder de decisão. Este poder de decisão concentra-se nas mãos de um pequeno grupo de grandes empresas transnacionais e instituições económicas mundiais.

Este declínio está configurado na perda de sua capacidade de construir uma economia nacional limitada territorialmente e em tê-la sob seu controlo. “Desde a Segunda Guerra Mundial, mas especialmente desde os anos 60, o papel das economias nacionais tem sido corroído ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais e transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros nacionais e redes de transacções económicas que estão, para fins práticos, fora do controlo dos governos dos Estados” (Hobsbawn, 1998: 206).

A internacionalização da economia mundial é um dos principais factores responsáveis pela constituição dos diversos blocos económicos em várias partes do globo. A sua existência atende ao mais elevado interesse das empresas multinacionais porque por seu intermédio haverá uma maior liberalização do mercado mundial, principalmente intra-blocos. Em outras palavras, a formação de blocos económicos abre caminho à constituição de um mercado mundial sem barreiras no futuro sob a óptica das empresas multinacionais. É evidente que na construção dos blocos económicos na actualidade, são levados em conta também os aspectos geopolíticos e os objectivos nacionais dos países componentes.

O triplo fundamento do Estado-nação – território, população e soberania – deixa de ter sentido. Contudo, não existem razões para pensarmos que o Estado-nação vai desaparecer, mas certamente que as condições para a sua sobrevivência se alteraram drasticamente, além de que se tornou duvidoso que por Estado se queira significar actualmente o mesmo que há 50 ou 100 anos atrás (Hedetoft, 1999: 89).

Como argumenta Hastings (1997: 18), o Estado-nação não é a única forma política disponível para o mundo moderno, muito pelo contrário, o Estado-nação não é inerente à modernidade. O modelo de Estado-nação, que raras vezes se adaptou à realidade social sem cometer graves injustiças contra numerosas minorias, pode muito bem ser substituído, de maneira sensata, por soluções que façam ênfase em unidades de poder e administração mais pequenas ou maiores.

A constituição de blocos económicos e a agregação de alguns deles, como é o caso do Espaço Económico Europeu e da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), tendem a se multiplicar no futuro em resposta às necessidades de acumulação do capital em termos globais. Três serias consequências poderão advir deste processo: a primeira, a subordinação das economias nacionais ao interesse do grande capital multinacional, principal beneficiário da formação dos blocos económicos; a segunda, o fim da soberania nacional com a perda da capacidade dos governos nacionais de agirem autonomamente em seu próprio território; e, finalmente, a terceira, a prevalência das leis de mercado contra os direitos dos povos em face da ideologia neoliberal que comanda as mudanças em curso. Quanto mais complexo se torna o sistema capitalista mundial com a formação de blocos, mais reduzida se torna a capacidade dos Estados-nação de controlarem as suas próprias economias e a economia mundial como um todo.

“O mercado mundial possibilitou a formação de empresas multinacionais, detentoras de um poder de decisão que não está sujeito a ninguém e está livre de toda a forma de controlo; embora não sejam soberanas, uma vez que não possuem uma população de um território onde exercer de maneira exclusiva os tradicionais poderes soberanos, estas empresas podem ser assim consideradas, no sentido de que – dentro de certos limites – não têm ninguém superior.” (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1986: 1187).

Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, EU, Comunidade Económica Independente (ex-URSS), Mercosul e o Japão com os tigres asiáticos) e com a consequente interdependência entre eles, assentam-se as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser construída. É bem provável que, no final do séc. XXI, talvez até antes, a humanidade venha a conhecer um governo universal, atingindo-se assim o sonho dos filósofos estóicos: o homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra.

No contexto actual de mundialização do capital, um Estado-nação só terá condições de fazer frente ao poder das gigantescas cooperações transnacionais e preservar a sua soberania se participar em blocos regionais ou supranacionais organizados política e economicamente. A acção conjunta dos Estados-nação por meio dum bloco estruturado democraticamente em bases políticas e económicas teria por objectivo estabelecer relações de força com outros blocos e com as empresas multinacionais, bem como assegurar os interesses de suas populações.

Assim diante das grandes transformações que vem atravessando os Estados-nação, Benedict Anderson (1999: 154-170) afirma que: "... a busca é por instituições supranacionais e subnacionais, com formas institucionais que possam acomodar pacificamente as enormes mudanças que estamos experimentando (...). Isso não significa que o Estado-nação está obsoleto. (...). O Estado-nação se torna o mediador necessário entre os movimentos irresponsáveis da economia mundial e as populações reais (...)".

Segundo Margaret Thatcher (2002), no contexto da globalização o sentido do Estado, em vez de diminuir, paradoxalmente aumenta. E isto é assim porque:

- Apenas o Estado expressa a soberania do povo e tem o poder de protegê-lo. Quando não tem capacidades de fazer isto, o vácuo enche-se de estruturas não identificadas com fins corruptos;
- Apenas o Estado representa a identidade nacional das pessoas e expressa a sua capacidade de pertinência e empatia;
- Apenas o Estado-nação é capaz de pôr em quadros legais a liberdade e a segurança, sem os quais, ambos autodestroem-se;

- Apenas o Estado tem o direito de exercer, se for necessário, força contra os crimes e agressão exterior ou outro perigo;
- Apenas a cooperação entre os Estados é capaz de manter a paz mundial e a segurança.

Fica assim bem visível a inexistência de consenso relativamente às consequências da globalização na configuração do Estado-nação. A ambiguidade do termo globalização reflecte bem a sua complexidade, a sua multi-dimensionalidade não deixa lugar a análises simplistas ou redutoras.

1.2. O Processo de Integração na Europa e a ideia de Federação Europeia

Hoje em dia volta a ter significado o termo cosmopolitismo ou neo-cosmopolitismo, cosmopolitismo realista ou realismo cosmopolita para se diferenciar do antigo cosmopolitismo de Alexandre Magno e do Iluminismo. Trata-se duma reacção contra o nacionalismo metodológico, defendido durante muito tempo, nos termos do qual a sociedade e o estado identificam-se com a nação. O cosmopolitismo contemporâneo é uma prática inconsciente e como um princípio de reflexão, síntese e análise pode ser usado praticamente para o exame de cada questão social e política contemporânea. (Beck U., Sznaider N., 2006: 1-25). Neste sentido a integração europeia, junto com as suas teses e limites, representa uma base possível para a construção deste princípio.

Muitas vezes dizem que a Europa de hoje é a aventura histórica mais interessante e que isto é uma nova comunidade ética que respeita tudo humano, que os valores, como racionalidade, justiça e democracia, são a base da existência da União Europeia (Baumann, 2004).

O modelo europeu é também um modelo de resolução dos conflitos através de negociações. A construção da UE é uma variante de sucesso de negociações para superar as consequências da guerra e a alienação entre as nações e os estados; das fraquezas dos modelos de organização comunitária existentes naquela altura; da

perda de liderança nas relações internacionais à custa dos EUA. Por isso a UE escolhe um modelo que defende e conserva o estado e a nação como limites políticos das instituições legalmente existentes. O objectivo do novo mecanismo foi fortalecer as vantagens do estado e do nacionalismo superando os seus defeitos. O outro objectivo foi transformar o idealismo do tempo em pragmatismo. Por isso a Comunidade Económica Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e Euratom foram as primeiras instituições supra-nacionais, ilustrações de pragmatismo económico e político.

A ideia de integração europeia surge inicialmente num contexto de combate à possibilidade de uma terceira guerra na Europa. À medida que o conflito militar deixa de ser uma preocupação iminente, os objectivos da integração evoluem, sendo a cooperação económica e política os objectivos relevantes. Porém, todo este processo tem sido lento, sobretudo o da cooperação política, pois os Estados mostram-se evidentemente relutantes quando toca a perder parte da sua soberania.

O Acto Único Europeu de 1986 define o espaço europeu como uma “área sem fronteiras em que a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capital seja assegurada”. A imigração é uma realidade deste espaço, onde actuam redes empresariais profissionais, que podem ter como fundamento para a sua constituição os mais diferentes motivos e que procuram ser representadas a nível europeu na Comissão Europeia ou no Parlamento Europeu.

Em 1948, quando se iniciaram os debates sobre a integração europeia, o principal objectivo era evitar uma nova guerra. A tese de Jean Monet, de construir um Estado federal europeu com a perda da soberania das nações europeias, foi contraposta por Charles de Gaulle, com a tese da montagem dum comité intergovernamental formado por chefes do poder executivo para exercerem o poder na Europa com o objectivo de consolidar a sua independência em relação aos Estados Unidos. Foi a impressão de que a Europa poderia tornar-se uma colónia económica e tecnológica das empresas norte-americanas e japonesas que levou à grande segunda reacção defensiva representada pelo Acto Único Europeu de 1987, que estabeleceu os passos rumo à constituição dum verdadeiro mercado unificado em 1992. A

integração europeia é, ao mesmo tempo, uma reacção ao processo de mundialização do capital e a sua expressão mais avançada.

Ao chegar a década dos 90, emergem grandes alterações na Europa, novos países, novas fronteiras. Os ex-países (a União Soviética, a Jugoslávia, a Checoslováquia) fazem parte da história passada. A Europa é, em geral, um continente de fronteiras abertas e a transição a leste para a democracia parlamentar, apesar de algumas deploráveis excepções, fez-se na maior parte dos casos de forma pacífica. Após a queda do Muro de Berlim, durante um período de transição de aproximadamente um ano, tem lugar a reunificação da Alemanha, oficialmente efectuada na cidade de Berlim, em 3 de Outubro de 1990. Consequentemente, todo o território da antiga Alemanha de Leste ficou integrado na Comunidade Económica Europeia.

Esta nova fase na história da Europa, baseada nos direitos dos cidadãos e na livre circulação, não evitou o aparecimento de tensões e conflitos, algumas vezes sangrentos, entre comunidades, particularmente na região dos Balcãs, cuja reconciliação ainda hoje não está totalmente resolvida.

Em 7 de Fevereiro de 1992, é assinado o Tratado de Maastricht, com entrada em vigor no dia 1 de Novembro de 1993, em que se estabelecem as regras para a criação da futura moeda única, bem como novas formas de cooperação nas áreas da defesa, justiça e assuntos internos. A Comunidade Europeia é formalmente substituída pela União Europeia (UE), com os seguintes símbolos: Bandeira (doze estrelas com fundo azul); Hino (Hino à Alegria de Ludwig Van Beethoven); Lema (Unidade na Diversidade); Data (9 de Maio).

No dia 1 de Janeiro de 2002, sucede um marco histórico na União Europeia, a introdução das notas e as moedas em “euros” entram apenas em circulação, substituindo as antigas notas e moedas nacionais. As notas são as mesmas em todos os países, as moedas têm uma face comum, com indicação do valor e uma face com um símbolo nacional.

Ao decidir pela criação do euro e do Instituto Monetário Europeu, bem como pela harmonização das políticas fiscais, o Tratado de Maastricht assumiu um compromisso irresistível de unificação total da economia europeia. A União Europeia

é essencialmente organizada como uma rede que envolve mais a concentração e a partilha de soberania do que a transferência de soberania para um nível mais alto.

Obviamente que a criação do Banco Central Europeu, a circulação da moeda única, ou mais concretamente a perda do poder regulador da política fiscal e monetária, além de outros instrumentos económicos, significam uma perda chave da soberania dos Estados.

Gradualmente, com o processo de integração europeia começaram a debilitar-se os princípios jurídico-políticos tradicionais - supremacia, indivisibilidade e unidade do Estado.

O actual grau de institucionalização da União Europeia é ainda muito débil face à sua importância política real pelo que o tratado constitucional tinha como fundamento outorgar a UE com uma maior capacidade de decisão e um maior poder político. Concretamente não basta criar uma ordem internacional, é necessário simultaneamente criar uma ordem democrática (Jáuregui, 2002: 955).

Ulrick Beck (1998: 215-16) tem uma opinião curiosa a respeito da importância da UE face à crise do Estado-nação. Para este autor, como consequência da globalização afirma-se a ausência de um Estado mundial, mais concretamente enfrentamos uma sociedade mundial sem Estado mundial. Estamos assim a assistir à difusão de um capitalismo globalmente desorganizado, onde não existe nenhum poder hegemónico nem nenhum regime internacional, seja de tipo económico seja do tipo político. Daí que defenda que sem a Europa não há resposta à globalização, já que esta não é o resultado do seu passado mas antes a resposta a questões políticas de futuro nos distintos âmbitos do mercado de trabalho, da ecologia, do Estado social, da migração internacional, das liberdades políticas e dos direitos fundamentais. Só no espaço transnacional da Europa se torna possível que as políticas nacionais deixem de ser objecto de ameaça à globalização e passem a ser o seu sujeito configurador.

Não existe alternativa nacional à globalização, mas a criação dum Estado transnacional como a UE poderia ser a solução para a reconstrução da supremacia da política e da capacidade de acção política nos campos social e económico para os Estados cooperantes.

Já Anthony Giddens (2003: 93) defende que a UE é algo de diferente, vai marcando um caminho que poderia ser seguido noutras zonas. O importante da UE não é a sua localização na Europa mas como está a explorar a forma de governo transnacional. Contrariamente ao que dizem os seus defensores ou críticos a UE não é um Estado federal nem um supra Estado-nação, mas também não é seguramente apenas uma associação de Estados, garantido é que os países que a integram renunciaram voluntariamente a parte da sua soberania.

Philippe Schmitter afirma, antes mesmo da assinatura do Tratado da União Europeia, que a Comunidade Europeia posterior a 1992 não será simplesmente uma conferência diplomática permanente; nem uma organização intergovernamental; não será uma nação, pelo menos no futuro imediato, que tenha um sentido de identidade supra-ordenado e esteja enraizado em símbolos e experiências comuns; não será também um Estado, não no sentido restrito do mesmo, isto é, uma organização política que controle por si mesma, de forma concentrada, os distintos meios de coacção dentro dum dado território, que reivindique para si todo o direito de controlar o movimento de pessoas e mercadorias através das suas fronteiras, e que esteja formalmente centralizada e diferenciada da sociedade. A CE não é mais uma organização internacional, como também não é uma nação continental nem um supra-Estado no seu início. É uma nova forma de dominação política, capaz de evoluir para um de vários estádios finais possíveis (Schmitter, 1991).

Os principais avanços político-históricos registados no longo processo de integração europeia, desde os finais da Segunda Guerra Mundial (1946), até ao Tratado de Nice (2001), foram invariavelmente devidos à influência da globalização sobre a vontade política de uns Estados-nação, os Estados da UE, sistematicamente receosos perante as suas eventuais perdas de soberania.

Os Estados-membros foram obrigados a reagir proactivamente sobretudo em três momentos distintos na evolução da UE. Desde logo, o início de todo o processo deve-se a um fenómeno global, a Segunda Guerra Mundial. Assim, em 1948, no Congresso da Europa de Haya, inicia-se um novo idealismo europeísta decididamente anti-nacionalista, já que pretende pôr-se totalmente à margem do nacionalismo-fascismo ou nacional-socialismo causa do desencadeamento da guerra.

O segundo impacto da globalização no processo de integração europeia dá-se nos anos oitenta, e traduz-se na promulgação do Acto Único Europeu (1987) e na aceleração da integração monetária estabelecida no Tratado de Maastricht (1992). Este impacto foi motivado pela tomada de consciência da Europa, da possibilidade de se tornar numa colónia económica e tecnológica das grandes corporações multinacionais norte-americanas e japonesa.

Em Junho de 1992 o não dinamarquês ao referendo sobre o Tratado de Maastricht, constitui uma importante derrota política para a integração europeia. Sucedem-se dias de grave instabilidade com o Sistema Monetário Europeu a sofrer o nervosismo dos mercados financeiros internacionais, culminando com o abandono preventivo da libra e lira e com a desvalorização inevitável da peseta. Imediatamente surgiram comentários cépticos à plena união económica e monetária mas acabou por prevalecer a outra facção, a dos países que acreditavam na urgência da plena união monetária, precisamente para evitar que as turbulências monetárias e consequentes prejuízos causassem danos às suas moedas nacionais, e foi lançado o programa de estabelecimento da moeda única europeia.

Podemos acrescentar um quarto momento, o que actualmente encara a União Europeia. No dia 29 de Outubro de 2004 foi assinado, em Roma, o Tratado que institui a Constituição Europeia, pelos Chefes de Estado de 25 países membros naquela altura. O texto da Constituição era um conjunto de regras que definiam quais os poderes que a UE possuía relativamente aos seus Estados membros: estabelecia os valores europeus, os objectivos políticos, e clarificava que os Estados conferiam poder à União, e não o inverso, abrindo caminho ao aprofundamento da integração. Este novo tratado que substitui os quatro anteriores, contemplava os valores que estavam na origem da construção europeia - liberdade, igualdade, tolerância, democracia, Estado de Direito, Direitos Humanos e o respeito pelas minorias. Pela primeira vez a UE teria personalidade legal e as suas leis prevaleceriam sobre as leis dos parlamentos nacionais.

O tratado constitucional sofreu um grave revés. A indefinição da nova teoria de integração europeia, e a correspondente estratégia construtiva derivam fundamentalmente da indefinição dos papéis a atribuir ao Estado e ao mercado no

processo de integração. A Europa deve ser apenas uma área de comércio livre, e como tal atribuir a iniciativa à pura dinâmica do mercado livre global, como defendem os partidários do neo-liberalismo económico hegemónico. Ou pelo contrário, como sustentam os federalistas, e os defensores do modelo social europeu tradicional, o processo de integração deve dotar-se duma direcção política activa e legitimidade democrática.

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, no seu artigo 8º define o Estatuto de Cidadania da seguinte maneira: “É cidadão da União quem tiver a nacionalidade dos Estados membros”, o que nos leva a concluir que a cidadania da União exige a cidadania nacional de um dos Estados membros, mantendo o Tratado, desta maneira, a ligação entre cidadania e nacionalidade como sucede nos Estados-nação. Contudo, a prática da cidadania, consagrada no mesmo artigo 8º (8a - 8d), introduz uma nota de extraterritorialidade no que se refere aos Estados-nação. Este artigo concede ao cidadão da União o direito de livre circulação e a liberdade de residir e trabalhar no território de um Estado membro e mesmo o direito de votar e de se candidatar às eleições locais para o Parlamento Europeu com base na residência, ou seja, no território de um Estado membro do qual ele não seja cidadão mas apenas residente. A territorialidade transforma-se no meio básico da cidadania da União, porém, introduz, ao mesmo tempo, uma nota de extraterritorialidade no conceito de cidadania, que alarga a sua prática para além dos Estados-nação limitados territorialmente.

Os debates sobre cidadania europeia questionam a concepção tradicional do Estado-nação e ao mesmo tempo chamam a atenção para os inconvenientes de separação desse Estado.

O conceito mágico da célebre declaração Schuman - caída depois no esquecimento - é o da "Federação Europeia". É a Federação Europeia que marca a diferença e estabelece as metas duma democracia a uma nova escala. A democracia é uma república de cidadãos e não é portanto concebível sem a cidadania e nesse sentido estes dois conceitos são equivalentes.

A Federação Europeia de Schuman é uma federação à imagem da do grande inspirador do projecto europeu, os EUA, e há muito em comum entre as duas, mas

também são muitas as diferenças; uma federação de velhos Estados consolidados não é comparável à federação das treze colónias americanas.

O desafio da Federação Europeia é o desafio da plena cidadania que ultrapassa a fronteira dos Estados, que cooperam, que se respeitam, mas que não impedem o exercício da cidadania à escala europeia.

O elemento da estrutura das instituições europeias marcadamente mais federal foi o Alto Comissariado, mais tarde Comissão Europeia, no sentido em que não depende do Estados e representa o colectivo, actuando contudo num sistema com características de organização internacional, e portanto marcada pela intergovernamentalidade.

Assim podemos concluir que a União Europeia é actualmente o bloco económico mais bem concebido. Sobre o processo de unificação europeia, Manuel Castells observa que a unificação da Europa, quando completa, representará uma das tendências mais importantes na definição do novo mundo. Uma Europa unificada, com o seu poderio económico e tecnológico e a sua influência cultural e política aliados ao desenvolvimento da região do Pacífico, servirá de apoio ao sistema de poder mundial numa estrutura policêntrica, impedindo a existência de qualquer superpotência hegemónica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos (Alcoforado, 2006: 40-49).

Existindo um modo de acção influente, que é o transnacionalismo, e tendo-se transformado a Europa numa nova unidade política, questiona-se se o Estado-nação ainda é relevante nos tempos actuais. Se apenas entendemos os Estados-nação como uma estrutura política, que se baseia na unidade territorial, cultural, linguística e religiosa, podemos concluir que eles perderão importância e poderão ser “engolidos” pelas instituições supranacionais e pelas redes transnacionais. Ambas fazem parte do processo da europeização e da globalização, as primeiras porque impõem normas, valores e discursos aos Estados-nação, e as segundas porque criam um espaço de participação política que ultrapassa os territórios nacionais. O território europeu é transformado num vasto espaço sem fronteiras, onde os Estados-nação e as instituições supranacionais interagem e onde as redes transnacionais constroem pontes entre as sociedades nacionais e a Europa.

O panorama que actualmente afecta a Europa é perfectamente caracterizado por Jáuregui (2001: 957-8) que afirma que os Estados europeus estão a ser afectados por um fenómeno duplo. Por um lado externo, derivado do processo de interdependência cada vez maior e patente em todos os âmbitos sociais, económicos, políticos e militares, e que se expressa no aparecimento de estruturas, instituições, organismos supranacionais. Por outro lado interno, derivado das aspirações de certas colectividades territoriais que pretendem afirmar face ao Estado uma capacidade de actuação política, económica e cultural próprias.

1.3. Identidades Europeias

É muito discutida a questão se as fronteiras geográficas coincidem com as estruturas políticas na Europa. Para Charles De Gaulle e para Mikhail Gorbatchov a Europa era desde o Atlântico até Ural; para os países balcânicos a Europa é a Europa Central e Ocidental; para o Conselho de Europa ela inclui também as repúblicas do Cáucaso, a Turquia e o Chipre. Evidentemente não se trata duma noção geográfica mas têm também outros aspectos incluindo os socioeconómicos, culturais e religiosos. A Europa é um espírito e não uma área geográfica, “um espírito focado, dedicado e sóbrio”, segundo as palavras de Zygmunt Baumann (2004: 49).

Existe uma contradição no núcleo da identidade europeia, que é a secularidade. Em todos os estados-membros, com excepção da Inglaterra, a religião não faz parte da identidade europeia. A diferença dos EUA, nos países da Europa o ateísmo é tolerado.

A identidade religiosa, ou a secularidade, significa que a UE deve escolher entre dois caminhos. Ou “fechar as portas” para futuros alargamentos, integrar a Ucrânia e a Turquia, e assim perder posições estratégicas, ou pagar o preço do bem-estar actual integrando a Ucrânia e a Turquia. Assim trata-se de economia, pragmatismo, mas também de religião e secularidade.

Quando no séc. 18-19 a Europa se ia construindo junto com ela vinha a “diferença” dos Balcãs, cuja imagem cristaliza durante e depois da Primeira Guerra

Mundial. Segundo muitos autores (Todorova, 1997), assim como com a noção “orientalismo” é definida a “oposição temporária” do Ocidente, com a noção “balcanismo” é definida a “ambiguidade temporária”, como também a desconfiança da região. Apesar de ser geograficamente reconhecido, culturalmente ele é construído como um “outro interno”. Interno, porque os Balcãs tem adaptado a experiência frustrada política, ideológica e cultural exterior, resultado da tensão e das contradições das religiões e das sociedades fora deles. Encontrando-se na Europa os povos balcânicos são brancos, na sua maioria cristãos, a atitude para com eles não parece tanto etnocentrismo clássico, racismo e preconceitos religiosos. Mas este é necessário como um alter-ego, a parte escura, a anti-civilização para ser criada a imagem satisfatória do europeu.

Segundo os psicólogos, a identificação pessoal é tudo o que constrói o “eu” e a maneira como cada um vê a si mesmo. Assim a estrutura da identidade contém identidade de papéis, ou o lugar do outro em relação a cada pessoa no futuro, e identidade empática, ou o nível de relacionamento com o outro. É uma questão importante a ligação entre a maneira como cada pessoa vê a si mesma e a maneira como é vista pelos outros. Há pouco tempo era aprovado que se o grupo do qual fazia parte uma pessoa fosse discriminado, os seus membros tinham uma identidade dominada por si mesmos. Hoje os psicólogos sociais revelam que é mais importante até que ponto coincide a imagem que vêm os outros e a percepção que temos sobre a maneira de sermos vistos. Como muitas vezes estes dois conceitos não coincidem, e as pessoas conscientemente mantêm visões erradas sobre a maneira como os outros os vêem, a identidade pode ser dominada. A identidade não aceita as ameaças e reage adequadamente, quer dizer, comete menos erros nas suas percepções independentemente da situação social do grupo com o qual se identifica cada pessoa. (Todorova, 2006).

Portanto podemos dizer que a União Europeia não ameaça a identidade nacional, mas investe nela (Borell, 2005). Em certo sentido pode-se dizer que a globalização também ajuda a preservação do carácter único da cultura e do valor da língua. A nação tem como elemento principal a língua. Os nacionalistas extremos pensam que a integração europeia está a ameaçar as línguas nacionais, mas na

verdade o comércio global podia ser uma maior ameaça do que a UE. De facto os direitos das minorias na União Europeia são elevados ao culto um dos princípios mais importantes na Europa. Existem línguas como o catalão, o sardo, o galês-escocês, o gaulês, a língua sorbi dos sérvios na Alemanha, etc. Toda esta diversidade de línguas quer dizer que não existe ameaça para os Estados-nação.

O medo de recusa voluntária de soberania que está presente nas reacções da Suíça, da Noruega, de Liechtenstein e da Andorra é um medo por causa da necessidade de ser aplicada uma política exterior de defesa comum e uma política de segurança comum. É evidente que a UE não está a criar este tipo de políticas e a situação na Europa é muito parecida com a nos EUA antes de se tornar uma federação e os diferentes estados da confederação tinham autonomia exclusiva na definição das suas políticas.

1.3.1. Contradições principais entre as identidades

A viabilidade duma organização depende fortemente do nível em qual os indivíduos incluídos nela estão unidos por uma identidade comum, que cria atitudes individuais de pertença a uma comunidade, lealdade para com esta comunidade, capacidade de ter responsabilidades e obrigações com ela, inclusive fazer sacrifícios pessoas em defesa dela.

Os países que não conseguem criar uma identidade comum suficientemente forte para os seus cidadãos, desintegram-se independentemente da sua forte união económica, o que aconteceu com a União Soviética e a Jugoslávia. Não é por acaso que nos últimos anos aumentam as preocupações com a identidade comum dos EUA e se o multiculturalismo cada vez maior deste país vai conseguir ficar como um todo. Em maior escala isto é válido para a União Europeia, que é uma união de várias comunidades com identidades nacionais tradicionalmente fortes. A possibilidade da UE como uma união dos cidadãos na Europa em maior escala é determinada pela construção duma identidade comum. Segundo Vasil Prodanov (2005), conhecido filósofo búlgaro, neste processo de construção duma identidade comum aparecem

três contradições principais da identidade – entre as identidades nacionais e a identidade comum, entre as identidades locais étnicas e identidades nacionais, entre identidades exteriores de emigrantes e identidades nacionais.

As identidades nacionais contra a identidade europeia

Na construção da UE um problema central é como as diferentes partes construir uma integridade e ao mesmo tempo continuar a colocar a questão das relações entre esta integridade e as diferentes partes para ser esta estável e competitiva. O problema fica mais complexo porque os que estão a construir a integridade são as próprias partes dela, ou os Estados-nação, sendo que o número deles está sempre a aumentar e isto podia ter consequências destabilizadoras para o sistema europeu. Em frente dos diferentes estados estão questões do tipo: que parte dos poderes deles vão ser transferidos para os órgãos da UE, quais vão ser os limites da sua autonomia, etc.

Como a construção da União é feita pelos Estados-nação, que são os elementos base dela, o processo torna-se muito complexo e contraditório, que encontra sempre pretensões, egoísmo, preconceitos, interesses nacionais.

Contradições que impedem o processo de integração:

1. O Estado-nação tradicionalmente forte. O problema é que o que caracteriza o modelo socioeconómico europeu, a diferença do americano, é o maior papel do Estado-nação no mecanismo económico e o nível alto de orientação social do estado. A integração europeia encontra no seu caminho fortes identidades nacionais. Por isso, os fortes Estados-nação na Europa encontram-se sempre em tensão e contradições com este processo de integração.
2. O princípio da subsidiariedade não está a funcionar efectivamente. A integração europeia é estimulada pelo enfraquecimento do Estado-nação nas condições de globalização. As instituições da União começam a ter poderes que os diferentes Estados-nação não conseguem realizar. Assim a Europa encontra-se em frente da alternativa: “Ou existe um único estado europeu (federalismo) e não existem países-membros, ou os Estados-membros

continuam a governar a Europa e a Europa unida não existe (intergovernamentação)". Em princípio a subsidiariedade é a base da distribuição dos poderes, ou quer dizer, o que não pode ser decidido em nível nacional, passa para o nível supra-nacional. Como diz Felipe Gonzalez², "fui presente a inúmeras reuniões sobre o famoso princípio da subsidiariedade, segundo o qual a legislação deve ser vista a nível europeu só se isto for mais efectivo do que a nível nacional. Os 15 estados-membros (naquela altura) quase nunca chegaram a um acordo quais problemas devem ser vistos como comuns e quais são prerrogativas apenas dos governos nacionais". Isto significa que a subsidiariedade, de facto, é um princípio abstracto que não funciona.

3. A Babilónia linguística. Tomando em conta apenas as diferenças linguísticas, muitas vezes diz-se que elas convertem as instituições europeias na Torre de Babilónia, onde as despesas para traduções são enormes e os processos administrativos estão cada vez mais "sujos linguisticamente". Assim provavelmente a única saída seria o papel cada vez maior de uma língua preferida, eventualmente o inglês.

4. Obstáculo são os diferentes interesses e as diferentes forças dos estados. Os interesses e as visões dos diferentes estados muitas vezes não têm nada a ver um com o outro.

5. Um problema continua a ser a pouca mobilidade da povoação dos principais estados-membros da UE. A forte tradição do Estado-Nação e o isolamento político na Europa Ocidental guardam os diferentes países inteiros e como comunidades nacionais. Assim em 1999, apesar dos muitos anos de integração e a queda das fronteiras, de uns 300 milhões de pessoas na UE pouco mais de 1 milhão mudaram de um país para outro. O número de casamentos mistos também não sofre grandes mudanças. Evidentemente as pessoas ficam nos seus países de origem e para eles têm importância os símbolos e a identidade nacionais, a auto-estima nacional, a economia

² **Felipe González Márquez** (Dos Hermanas (Sevilha), 5 de Março de 1942) é um político espanhol. Foi secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) de 1974 a 1997 Foi o terceiro presidente do Governo desde a reinstauração da democracia na Espanha, de 1982 a 1996.

nacional, etc. Os psicólogos explicam este fenómeno com uma tendência muito característica na comunicação cada vez maior entre as diferentes nações e etnias – quanto mais próximos e ficam e mais comunicam entre si, tanto mais conseguem sentir e acentuar as diferenças entre si.

6. São também obstáculos as divisões entre os Estados-nação em relação ao poder mundial do EUA. A guerra dos EUA contra o Iraque em 2003 e a divisão dentro dos estados-membros da UE em relação a esta questão deixaram evidente o facto de que como uma comunidade política ela não é suficientemente madura para tomar decisões políticas integradas.

7. A experiência histórica mostra que o egoísmo e a consolidação nacionais podem ser superados apenas através de violência e guerras. Nos EUA, que nasceram com a união de várias colónias, tornam-se possíveis graças a duas guerras – uma externa por independência, que obrigou as diferentes colónias a unir-se e outra interna, civil, que bloqueou a separação de algumas colónias. A questão é se a UE vai conseguir uma identidade única voluntariamente e sem violência, junto com o aumento dos movimentos pró-nacionalistas que estão a aparecer.

Isto torna o próprio processo de integração problemático. A integração torna-se apenas contactos comerciais e legislação comum, mas falta o factor-chave para este processo que é um indivíduo europeu novo. As diferenças nas línguas e nas tradições nos diferentes países são enormes e antigos, mas também todos querem mantê-las. Em todos os estados as expectativas são para o desenvolvimento da cooperação entre eles, haver troca de mercadorias, pessoas e informação, mas nenhum dos estados é capaz de perder a sua identidade nacional.

Identities étnicas locais contra identities políticas nacionais

O segundo dilema da identidade na Europa está ligado à oposição entre as identities locais étnicas e as identities nacionais políticas. O Estado-nação e a identidade nacional na Europa são resultado dos últimos séculos de homogeneização centralizada da população sobre determinados territórios, a assimilação das

minorias, a depressão dos grupos étnicos e a consolidação duma integridade. O Estado-nação durante todo o seu processo de desenvolvimento foi contraditório em relação a diversidade interna étnica e cultural, tentou consolidar uma certa identidade comum que fosse mais forte de todas as identidades locais.

Esta identidade comum foi construída a base étnica em torno à etnia dominante, ou a base política quando existia maior diversidade étnica. Um exemplo para este sentido político de nação é a americana ou a canadiana, e mais cedo foram a soviética e a jugoslava. O aumento das ondas de emigrantes na Europa acentua a noção de nação política e não étnica, sendo que maior papel tem a ideia da nação como comunidade política.

O problema é que exactamente esta noção política do nacional está sujeita a erosão. Existe a tendência de decadência da nação política a favor da étnica. É um facto que as nações políticas como a União Soviética e a Jugoslávia foram decompostas com estrondo, e no lugar delas apareceram muitas nações étnicas, e em algumas delas, por exemplo nos países bálticos, o alheio grupo étnico dos russos está sujeito a discriminação directa. Processos parecidos estão também a acontecer na Europa Ocidental. Por exemplo, a língua e a identidade galesas que estava a desaparecer há algumas décadas, começam a renascer. Os reinos Escócia e País de Gales têm parlamentos autónomos. Mas agora em vez de uma identidade nacional comum (em sentido de política) cada vez mais aparecem identidades locais étnicas, ligadas a tendência comum de fragmentação e particularização, resultado da globalização, mas ao mesmo tempo impulsionadas pelo processo de integração europeia. Portanto podemos fazer as seguintes conclusões:

- A globalização provoca uma situação onde o Estado torna-se, em muitos aspectos, uma instituição demasiado grande para controlar a vida quotidiana das pessoas e demasiado pequena para controlar os problemas internacionais. Por causa disto em todos os lados acontecem processos de “descarga” dos governos centrais através de transferência de poderes não apenas para Bruxelas, mas também para os poderes locais, para distritos, províncias, grandes cidades, etc. Os fluxos financeiros estão a ser distribuídos. Este processo beneficia o renascimento das culturas e das identidades locais. A

regionalização dos estados torna-se uma das reacções da globalização tal como a construção da UE é o tipo de reacção contrário. Isto leva ao reforço de varias manifestações do fenómeno regionalismo, ao auge das estruturas políticas regionais, as identidades e culturas locais que começam a ultrapassar com a sua actividade os governos nacionais e começam a comunicar directamente com Bruxelas. Esta tendência é reforçada pela política especial da UE em relação às regiões. Em 1991 com o Tratado de Maastricht foi criada a Comissão das Regiões que tem uma política para reforçar o papel das regiões e as identidades regionais e para a sua maior autonomia em relação aos estados.

- As pequenas comunidades etno-nacionais que querem fugir da dominação dos seus vizinhos maiores descobrem na queda das fronteiras nos processos de globalização e na integração europeia uma oportunidade de consolidação. Não é por acaso que os separatistas no País Basco na Espanha, por exemplo, são grandes adeptos do processo de integração europeia. Os bascos são capazes de considerar-se como uma nação e não tanto como uma região. Esta desintegração dos estados tem novas oportunidades graças ao desenvolvimento da integração supra-nacional. Com a abertura das fronteiras no processo de integração cada um dos Estados-Membros tem a oportunidade de actuar com os outros como com iguais. Isto é valido também para as diferentes regiões e províncias que são etnicamente específicas. Os estados que já têm começado a regionalizar-se, ou são em certo ponto federalizados, descobrem como as diferentes regiões começam a ser atraídos cada vez mais pela integração europeia do que pela identidade nacional.

- No mesmo momento desenvolvem-se umas dependências que atravessam as fronteiras nacionais e são criadas relações com as quais as zonas transfronteiriças de dois países podem ser mais ligadas uma com a outra do que com os seus próprios estados.

- No mesmo momento a base de ligações históricas, culturais, linguísticas ou económicas são criadas diferentes zonas inter-estatais a um nível de integração mais alto dentro dum grupo regional. Na UE isto é valido, por exemplo, para os países do Sul, os países escandinavos, mas os grupos sub-regionais podem

não ser apenas entre estados, mas podem ligar fortemente regiões de diferentes países, como são os eixos Baden-Vurtemberg - Baviera - Áustria Ocidental - Itália do Norte ou Bélgica Norte - Holanda - Hamburgo - Europa do Norte. A Barcelona, que é parte da Catalunha e da Espanha, está incluída numa região económica que vai fora das fronteiras da França do Sul.

Assim as fronteiras dos Estados-nação tornam-se cada vez mais indefinidas, e as identidades étnicas são reforçadas a custa das identidades políticas.

As identidades de emigrantes contra as identidades nacionais e locais europeias

O terceiro tipo de dilemas da identidade está relacionado com os fluxos de emigrantes e as tendências de multi-etnização.

Os países da UE estão em frente duma situação ambígua. Por um lado, nestes países existe grande desemprego o que cria negativismo nos imigrantes, ainda mais se eles tiverem diferentes tradições, cultura, religião e são portadores de criminalidade. Por outro lado, a população nos países europeus está a envelhecer e os prognósticos mostram que esta tendência vai continuar carregando muito os orçamentos dos diferentes países, a diferença dos EUA onde a natalidade é alta e os fluxos de emigrantes são alto, que é uma vantagem. A UE pode compensar apenas se abrir mais as suas portas para movimento de mão-de-obra. Sem emigração a população europeia vai continuar a ficar mais velha e vai diminuindo, vai sentir falta de mão-de-obra e problemas económicos.

Em muitos aspectos a UE começa a parecer o Império Romano rodeado pelos bárbaros pobres que estão a tentar atravessar as suas muralhas para ter mais oportunidades como os que viviam dentro do império. Cada dia nas águas do Mediterrâneo são detidos barcos com emigrantes. Independentemente das limitações nas condições de globalização grandes grupos de emigrantes não podem ser impedidos de ir para outros países. Segundo dados oficiais, por volta de 500 000 emigrantes ilegais entram cada ano nos países da UE independentemente do sistema Schengen que tem como objectivo impedir este processo. Estes fluxos migratórios

vêm principalmente dos países da bacia mediterrânica, da Europa de Leste, dos Balcãs, dos países da União Soviética, da Ásia e dos países da África Subsaariana.

De um milhão de emigrantes anualmente a maioria são muçulmanos. Neste momento o islão é a segunda maior religião na Europa. Tradicionalmente a Europa cristã está em frente dum desafio de islamização. Este processo provoca reacções conservativas e nacionalistas em muitos lugares. Por seu lado, isto aumenta a força de identidade de muitos muçulmanos que vivem em outras comunidades paralelas, onde a pobreza e o desemprego são mais altos. Independentemente de que grande parte dos muçulmanos são pessoas que defendem a paz e que fugiram dos seus países por razões económicas, a integração dum grande parte deles nas comunidades na Europa Ocidental é difícil. Em muitos aspectos a Europa está em frente dum alternativa: ou o islão deve europeizar-se, ou a Europa deve islamizar-se.

Por isso numa investigação de especialistas americanos e futurologistas mundiais “Tendências Globais 2020” (2004) revela-se: “As investigações mostram que os emigrantes muçulmanos integram-se nos países da Europa Ocidental, que se tornam cada vez mais capazes de inclui-los nas suas comunidades, que são segunda ou terceira geração, estão atraídos pelo islão extremo, porque encontram obstáculos naquilo que eles vêem como práticas religiosas normais. As diferenças a nível religioso e étnico vai contribuir para futuros conflitos se não forem controlados, o que vai provocar lutas regionais.”

A emigração transforma o estado da União Europeia e cria novas situações problemáticas. A pouca natalidade, junto com o aumento da emigração significa o fim da uniformidade dos tradicionais Estados-nação europeus, criados na época de progresso do Estado-nação e de assimilação das comunidades locais. Aparece a questão como integrar estas comunidades na Europa e se isto pode ser a base de processos de homogeneização e assimilação, como foi em épocas anteriores.

As comunidades de emigrantes diferenciam-se com seus territórios, com seus modos de vida, separados dos outros, pobres e capazes de provocar tensão com o resto da população. Por causa disto a opinião negativa em relação aos emigrantes na

UE aumenta e em 1998 esta é a opinião de 27,3% dos franceses, 39,6% dos alemães e 41% dos belgas, e por causa disto as fronteiras de Schengen continuam fortes.

O futuro da integração europeia, em grande escala, é condicionado pelo desenvolvimento destes três tipos de contradições. A sua intensificação e incapacidade de serem controladas, como também a falta de mecanismos de formação de uma identidade europeia comum, podem provocar no futuro na Europa situações problemáticas graves com consequências desintegrantes.

Nos anos 2005 e 2006 na Europa acontecem grandes mudanças preocupantes. Em primeiro lugar isto é a crise das identidades na UE, provocada e demonstrada com a rejeição do projecto de Constituição Europeia pelos cidadãos da França e da Holanda. Os dois referendos que sofreram fracasso colocam em frente duma crise institucional a União Europeia, que parecia estar estável e próspera. Esses referendos mostraram sobretudo a crise cada vez maior do modelo social europeu, representado pelo estado social – um compromisso institucional para defesa do padrão de vida, os postos de trabalho, o sistema de saúde e o ensino dos cidadãos europeus. Exactamente este modelo, consolidado durante o século XX, que também foi construído graças a alternativa oriental concorrente do socialismo estatal, neste momento encontra-se num processo de degradação, porque não consegue competir com a concorrência económica infinita, provocada pela globalização e também pela queda da alternativa oriental europeia. Assim aparecem as razões mais profundas para a crise na UE, isto seria que o modelo europeu de comunidade social defendida não consegue resistir em frente da concorrência dos novos poderes económicos, que ao mesmo tempo são mais pobres, mais injustos socialmente, mais exploradores, mas mais eficazes economicamente. Ao mesmo tempo estas zonas contam com a combinação de investimentos ocidentais e a sua mão-de-obra pobre, analfabeta e disposta a trabalhar em quaisquer condições.

Segundo Iskra Baeva (2007: 159), a insatisfação pública, expressa nos dois referendos para a Constituição Europeia, deve-se exactamente à crise no modelo de estabilidade social e aos reflexos ocidentais de autodefesa através de encerramento em si mesmo. Visto duma perspectiva histórica, o encerramento em si nunca deu

resultados duradouros, mas apenas adiou as mudanças iminentes. Também não se pode menosprezar a grande diferença entre as posições das instituições políticas europeia e dos cidadãos nos países europeus (a falta de confiança nas instituições é 65% da população). Provavelmente este tipo de diferença pode ser encontrada em qualquer lugar do mundo onde aumenta o afastamento dos políticos (tanto da administração europeia como dos governos nacionais) das posições dos cidadãos, isto é um dos factores mais profundos para a crise europeia. A parte visível deste problema pode ser vista nas diferentes resultados dos referendos e as votações nos parlamentos, não apenas para a Constituição Europeia, mas também em relação a outras questões importantes para o futuro da UE, inclusive o alargamento. Isto é válido tanto para os antigos estados-membros da UE, como para os novos e para os países-candidatos.

A característica da crise comum europeia tem que se acrescentar a tendência clara que apareceu em 2005 e 2006 de aumento das formações populistas, que não apenas ganham eleições, mas tomam o poder em alguns dos novos estados-membros da Europa de Leste. Um exemplo desta tendência são os irmãos Kachinski na Polónia ou Robert Fico na Eslováquia. Uma prova para a crise política comum da Europa é também os resultados das eleições em alguns antigos estados-membros da UE - a forçada grande coalizão na Alemanha do Outono de 2005, a pequena vitória eleitoral de Romano Prodi na Itália na Primavera de 2006, os resultados pouco claros das eleições na Holanda em Novembro de 2006.

Esta foi as realidades que a Bulgária e a Roménia tiveram que enfrentar na sua entrada na UE. O processo de transformação dos países socialistas dos Balcãs, que durou mais 15 anos, não é nenhum atraso, é um processo natural de transformação duma região com diversidade ideológica, étnica e social específica, como também com uma tradição histórica diferente da dos países da Europa Centra e Oriental. O maior problema desta evolução naturalmente atrasada encontra-se no que o fim dela coincide com o momento quando a crise estrutural da União Europeia torna-se visível.

Na primeira vista, parecia que os problemas da Bulgária e da Roménia eram apenas como estes países iam adaptar a sua legislação a legislação comum europeia

até a sua integração a 1 de Janeiro de 2007, se conseguiram fazer a corrupção diminuir e se a tendência para aumento do padrão de vida ia ser suficiente para aproximar os países balcânicos aos de Europa Ocidental.

1.4. A Bulgária e a Integração Europeia

1.4.1. Alguns dados históricos

Durante o período de sua existência, a UE tornou-se um factor importante nas relações internacionais não só na Europa mas também internacionalmente. A razão pela qual este poderoso agrupamento económicos da Europa Ocidental está agora no coração das relações internacionais modernos deriva da dimensão e da profundidade dos processos de integração que ocorrem tanto no seu interior, como nas ligações inevitável com os outros países que ainda não são membros da união.

Como os outros ex-países socialistas da Europa Central e Oriental, durante muito tempo a Bulgária não tinha a possibilidade de ser incluída nos processos em curso na Europa Ocidental. Os obstáculos graves para a adesão do país à comunidade dos países desenvolvidos eram o sistema de blocos político, económicos e militares diametralmente opostos, surgidos após a Segunda Guerra Mundial, e também a oposição ideológica, política e militar entre o Oriente e o Ocidente. Após o colapso do bloco oriental, para os países de Europa de Leste e Europa Central se abriu a possibilidade de integração das suas economias na economia única dos países desenvolvidos da Europa Ocidental.

A Bulgária estabeleceu relações diplomáticas oficiais com a Comunidade Europeia em 8 de Agosto de 1988. Este acto foi seguido pelo lançamento de negociações sobre um acordo comercial. Em 8 de Maio de 1990 entre a CEE e a Bulgária foi assinado o "Acordo de Comércio, Cooperação Económica e Comercial", que foi a base para o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois lados.

No início dos anos 90 nos países da Europa Central e Oriental corre um processo dinâmico de mudanças políticas, económicas, sociais e culturais

significantes. Em 1 de Novembro de 1990 a Bulgária foi incluída no programa PHARE e começou a receber os subsídios anuais da UE para apoiar as reformas e os preparativos para a adesão plena. Entre Maio de 1992 e Fevereiro de 1993 foram iniciadas negociações para a Associação Comunitária e a 8 de Março de 1993, em Bruxelas, foi assinado o Acordo Europeu de Associação, entre a Bulgária e as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros.

Em 1998, o governo búlgaro aprovou uma Estratégia Nacional para preparar o país para a plena adesão à UE. Este descreve as principais direcções da actividade do país em curto, médio e longo prazo.

As negociações foram abertas oficialmente durante a primeira reunião da Conferência Intergovernamental para a adesão da Bulgária à UE em 15 de Fevereiro de 2000 a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Em Junho de 2004, a Bulgária concluiu com êxito as negociações para adesão à UE. A partir daquele momento, o país entrou numa nova fase de preparação avançada para adesão à UE. O Tratado de Adesão foi assinado em 25 de Abril de 2005 e ratificado em 11 de Maio de 2005. Com a assinatura do Tratado de Adesão à Bulgária foi concedido o estatuto de país aderente e a possibilidade de participação real na "vida" das instituições europeias. Assim dia 1 de Janeiro de 2007 a Bulgária tornou-se oficialmente um estado-membro pleno da UE.

Durante todo o período de preparação, a adesão da Bulgária à UE foi avaliada como uma oportunidade para regresso do país aos valores europeus e a integração a União Europeia contava com o apoio da sociedade. Independentemente da paleta política colorida no país, neste aspecto estava presente um consenso político completo que se reflectia em vários documentos da Assembleia Nacional. Um exemplo pode ser encontrado no livro de G. Genov e E. Panushev "Para uma União Europeia maior e mais forte. A adesão da Bulgária".

"A adesão da Bulgária na UE é um meio para a realização dos interesses nacionais. É um objectivo estratégico importante. A adesão à UE não é um acto político único e será o resultado de esforços de muitos anos, que durante este tempo vai construir o nosso país como um Estado de direito democrático com uma economia de mercado desenvolvida..." (Genov, Panushev, 2001: 77-206).

Um aspecto importante da adesão da Bulgária à UE é a sua incorporação na política da União nas áreas das relações externas e de segurança, o que seria uma possibilidade de uma política externa eficaz de um pequeno país, incluindo também a garantia da segurança nacional através de participação na construção do sistema de segurança europeu.

As vantagens económicas da adesão à UE estão relacionadas com a participação no mercado interno único, com a livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capital. Como membro da comunidade de integração a Bulgária tem acesso aos fundos estruturais, os investimentos e as novas tecnologia.

“Com a adesão à UE, a Bulgária fará parte duma comunidade de civilização e de integração, cujos valores fundamentais está a partilhar - o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, o respeito pela supremacia da lei e os princípios do Estado de Direito, o pluralismo, a transparência, a liberdade de pensamento, de expressão e de imprensa, que garantem o progresso social acelerado. Os benefícios esperados da adesão vão ser resultado tanto das transformações internas no país, como da boa realização e conclusão do processo de adesão.” (Genov, Panushev, 2001: 77-206).

Uma das questões principais depois da entrada da Bulgária e da Roménia na União Europeia é se o alargamento vai continuar. Se este processo acabar, seria uma alternativa muito desagradável para os Balcãs, pois a criação de novas fronteiras entre o Ocidente e o Oriente podia causar novas contradições e tensão na Europa de Leste, o que por seu lado causava ameaças para a UE e para o desenvolvimento de todo o espaço da Eurásia.

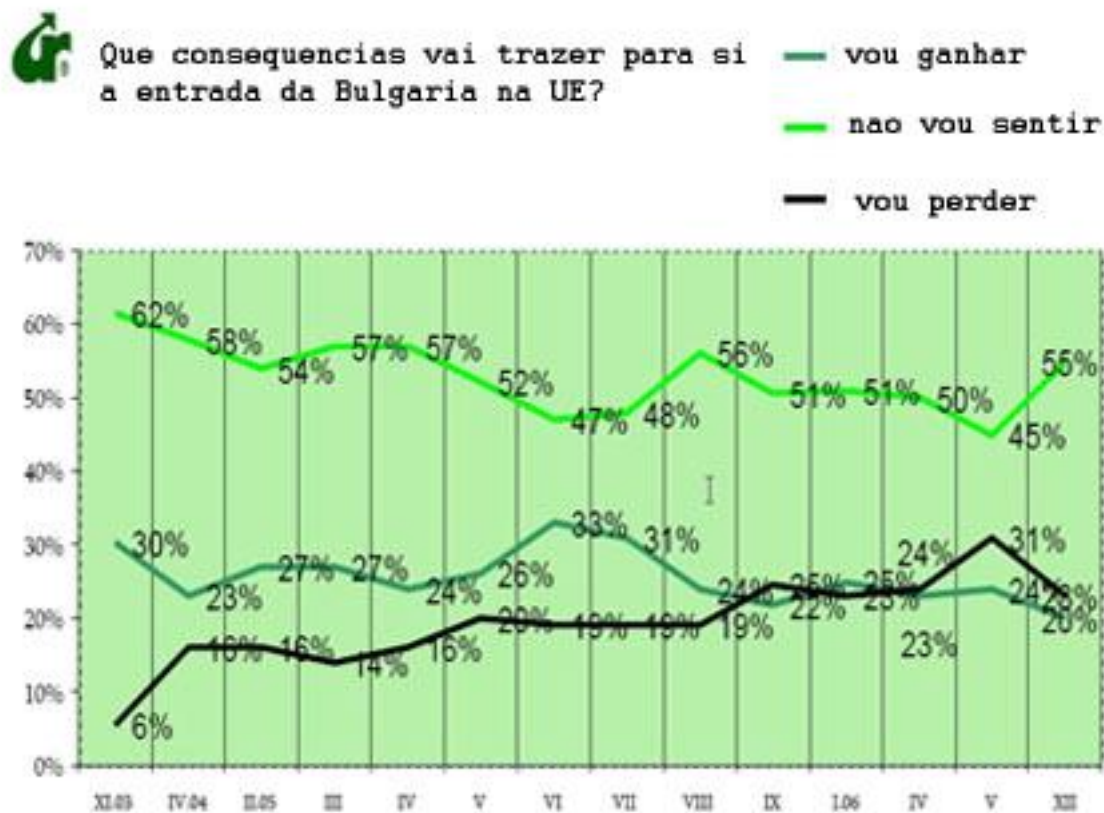
1.4.2. A opinião pública

Sobre o alargamento europeu são muito significantes as investigações sociológicas feitas na Áustria e na Alemanha em relação a integração da Bulgária, da Roménia, da Croácia e da Turquia. A maioria dos cidadãos austríacos e alemães não apoiam a integração de todos estes países balcânicos, sendo que a Turquia provoca

os maiores receios, mas menos da metade queria ver a Croácia, a Bulgária e a Roménia como membros da UE (Eurobarometer 66, September-October 2006). Os problemas não são apenas económicos, de segurança e os emigrantes dos novos estados-membros que procuram melhor emprego legal ou ilegal, alguns deles participam em organizações de tráfico de drogas e de pessoas, mas também o grande número de ciganos que vivem nos Balcãs.

Segundo a opinião pública dos búlgaros na véspera da entrada na UE este acontecimento é mais significativo para os jovens até aos 30 anos de idade, 65% deles, sendo o acontecimento mais importante de 2006. Para os estudantes a percentagem é 72%, para as pessoas com formação superior - 60% e para os habitantes da capital do país 58%. Em geral, em 2006 nota-se a tendência de grande apoio à entrada na União Europeia, 70-75%. No mesmo momento aumentava o número de pessoas que achavam que iam perder com a entrada na UE em plano pessoal.

Quando 1. Consequências esperadas da adesão à UE.



Alpha Research "Public Opinion 2006"

Em relação às suas expectativas, os búlgaros tinham mais medo do aumento dos preços, apesar de terem também esperanças de melhores padrões de vida.

Quadro 2. Resultados da adesão à UE.

Qual dos seguintes acontecimentos esperam ocorrer em 2007 em resultado da entrada na UE?

Os preços vão aumentar	84%
Muitas empresas vão ir a falência	41%
Os produtos, que se vendem, vão ter melhor qualidade	38%
Vai aumentar o desenvolvimento económico	29%
Vai diminuir o padrão de vida	28%
Vou ser mais protegido como consumidor	26%

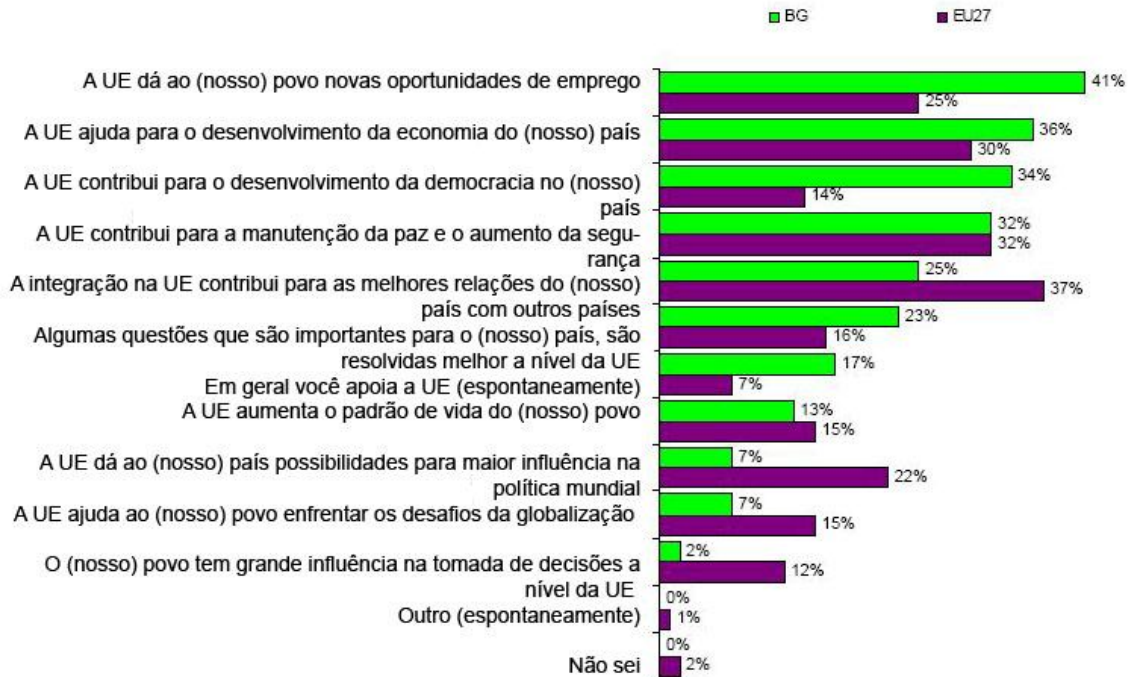
A soma dos percentos é mais de 100%, porque os entrevistados deram mais de uma resposta

Alpha Research "Public Opinion 2006"

Respondendo por primeira vez à pergunta do Eurobarómetro porque acham que o seu país ganhou com a integração na UE, os búlgaros põem no primeiro lugar as novas oportunidades de emprego 41%, depois colocam a contribuição da União Europeia para o crescimento económico 36% e o desenvolvimento da democracia no país 34%. Para o cidadão médio da UE as razões são diferentes e a mais importante é a cooperação com os outros países 37%. Em segundo lugar é a contribuição da UE para a manutenção da paz e o aumento da segurança no mundo 32%. Em terceiro lugar vem a contribuição para o desenvolvimento económico dos estados-membros 30%.

Quadro 3. O que ganhou com a entrada na UE.

B.9 quais são as razões principais para pensar que o (nosso) país ganhou com a sua entrada na UE?

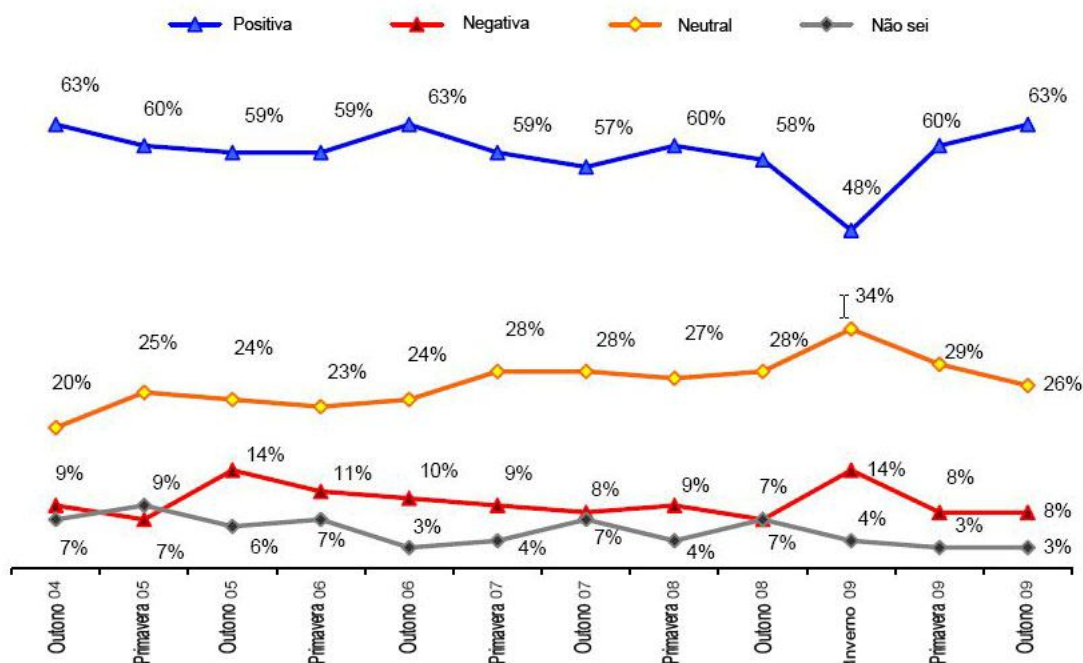


Eurobarometer 69, Public Opinion in the European Union, Spring 2008

Em 2009 a Bulgária ocupa o segundo lugar de todos os estados-membros, depois de Luxemburgo, em cidadãos com visão positiva sobre a participação na UE. 63% dos búlgaros têm uma visão positiva sobre a UE, e os que têm visão negativa são menos de 10%. A maioria das pessoas que têm visão positiva é os jovens, as pessoas com formação superior, os estudantes.

Quadro 4. Opinião positiva ou negativa em relação à UE.

QA11. Em geral, qual é a sua opinião sobre a UE, totalmente positiva, mais ou menos positiva, neutral, mais ou menos negativa, totalmente negativa? (dados para a Bulgária)



Eurobarometer 72, Public Opinion in the European Union, National Report, Bulgária, Autumn 2009

Mais de dois terços dos búlgaros (69%) declaram que têm confiança na União Europeia. Segundo este índice o país ocupa o segundo lugar, junto com a Estónia. O único país com mais confiança na Comunidade é a Eslováquia. Ao mesmo tempo a Bulgária é o estado com menor falta de confiança na UE 16%. Assim a confiança dos búlgaros na UE é com mais de 20% sobre o nível médio de confiança na Europa (49%).

Segundo estes dados por enquanto não existem receios da formação duma opinião negativa em relação à UE entre os búlgaros. Esta conclusão torna-se ainda mais forte no contexto das tendências comuns na UE, onde a opinião pública regista uma maior diminuição nas opiniões positivas do que na Bulgária (com 3 pontos, até 45%), como também aumento das opiniões negativas para a UE (com 2 pontos, até 17%).

2. Nação e Etnia

2.1. Principais teorias sobre a questão nacional

Ernest Gellner concebe a Nação como uma invenção “instrumental” da era industrial, necessária para o ser humano ter uma nova forma de lealdade que não a pessoal, uma lealdade colectiva e territorialmente limitada. Segundo Gellner (2001), a Nação exerce uma função específica de legitimação nas sociedades industriais. Ela provém do nacionalismo, entendido como um princípio político que postula a coerência entre unidade nacional, política e cultural.

Stuart Hall (1999) afirma que as culturas nacionais nas quais nascemos se constituem numa das principais fontes de identidade cultural da modernidade. Identificamos as pessoas por suas nacionalidades, como se esse atributo fizesse parte da sua natureza essencial, afirma o autor. Reflectindo sobre essa questão, Ernest Gellner (2001) declara que:

“A ideia de um homem sem uma nação parece impor uma grande tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal.” (Gellner, 2001).

Para Hall e Gellner, as identidades nacionais não são atributos que constituem a essência dos povos, mas são formadas e transformadas no interior da representação, como um conjunto de significados sociais. A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. Uma nação é uma comunidade simbólica.

Os Estados Nacionais modernos foram, em geral, formados por meios violentos de supressão da diferença de grupos minoritários pertencentes ao seu território em nome da unificação nacional. Segundo Hall, cada conquista subjugou os povos conquistados e suas culturas, costumes, língua, tradições e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada.

Quem seguirá mais de perto o traçado das análises marxistas será E. Hobsbawm e B. Anderson. Há em ambos, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma mudança em relação ao marxismo clássico.

O historiador inglês E. Hobsbawm concebe a Nação como invenção histórica (“invenção das tradições”) que justifica a existência e manutenção dos Estados nacionais. Para ele, “tradições inventadas” são um “conjunto de práticas, normalmente orientadas por regras implícitas ou abertamente aceitas e um ritual de natureza simbólica, que visam incutir certos valores normas comportamentais por repetição, o que automaticamente implica em continuidade com o passado” (Hobsbawm, 1998). Tanto para E. Gellner quanto para E. Hobsbawm, as Nações foram inventadas pelos nacionalismos e pelos Estados modernizadores. Para esses autores, respectivamente:

“O nacionalismo não é o despertar das nações para a auto-consciência; ele inventa as nações onde elas não existem” (Gellner, 2001: 169).

“O nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.” (Hobsbawm, 1998: 19)

Eric Hobsbawm, no seu livro “Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade” (1998), delimita a aparição do nacionalismo em três períodos históricos: 1830-1880, em que surge o princípio da nacionalidade (território) que, concebido pela economia política liberal, tem como características a dimensão do território, a densidade populacional e a expansão de fronteiras; de 1880-1918, surge a ideia nacional que, utilizada pelos intelectuais pequenos burgueses italianos e alemães, tem como referência a língua, o folclore, a religião e a raça. Aqui, o patriotismo se torna estatal, uma religião cívica; por fim, de 1918- (1950-60), a Nação é entendida como uma questão nacional, ou seja, como expressão de uma consciência nacional, um conjunto de lealdades políticas, seja de partidos ou de Estado; torna-se um nacionalismo militante.

Na definição feita por Hobsbawm, verifica-se uma forte carga, dada à Nação, de artificialidade e manipulação, ou seja, o fenómeno nacional nada mais seria do que um tipo de ilusão colocada pelos governantes.

Contraposto a essa carga negativa, Benedict Anderson concebe a Nação como imaginada não no sentido de invenção, manipulação, mas no sentido de criação. O livro escrito pelo antropólogo, *Comunidades Imaginadas* (1991), ainda é a concepção mais utilizada nas análises da Nação. Sua definição é directa e insinuante: nação é uma comunidade imaginada, limitada e soberana, e o nacionalismo é a adesão e a identificação a essa comunidade. Benedict Anderson afirma que essa comunidade tem a capacidade de, por meio da consciência nacional, preencher o vazio emocional advindo da desintegração das antigas redes de comunidades reais. Ou seja, a Nação expressa a necessidade que os indivíduos tem de se envolverem numa colectividade com a qual possam identificar-se. Para ele, da mesma forma que em Gellner, essa consciência nacional é produto das transformações sociais, económicas e tecnológicas surgidas em fins do séc. XVIII, como o surgimento dos meios de comunicação de massa, manifestando-se em articulação com a diversidade linguística.

Nos termos propostos por Benedict Anderson, a nação é “uma comunidade política imaginada” pelos seus membros como sendo soberana. É uma comunidade política limitada aos seus cidadãos. Nestes termos, a cada nação corresponde um Estado-nação, desde que acrescentemos à definição o território sobre o qual se exerce a soberania. Cada Estado-nação ou país, por sua vez, é constituído por uma nação, por um Estado, ou seja, por um aparelho burocrático dotado do poder de definir o sistema institucional, e por um governo formado pelos políticos e burocratas que dirigem o Estado. O nacionalismo é a expressão ideológica da nação, é o conjunto de valores e crenças através dos quais a comunidade nacional se auto-define, distingue-se das demais, e afirma interesses comuns (Anderson, 1991).

Segundo o autor, há casos até em que a identidade cultural é praticamente imposta à população para que seja realizada uma unificação nacional não da maioria, mas da elite governante. Os autores pós-colonialistas afirmam que esse processo ocorria também em âmbito internacional, na relação das ex-metrópoles com as ex-colónias, dos países europeus com os dos outros continentes, como os africanos ou americanos.

A invenção social do Estado-nação pressupõe a necessidade de manter o corpo político dentro de determinado controlo, através da propagação de padrões de

comportamento cuja população possa reconhecer-se como membro daquela comunidade e daquela formação cultural nacional. A criação dum idioma oficial e a padronização nacional do conteúdo das disciplinas ensinadas nas escolas fazem parte desse processo de formação de identidades.

As culturas nacionais são compostas por instituições culturais, símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso. As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, constroem identidades. A identidade nacional é uma comunidade imaginada, segundo Anderson e Hall. É a necessidade de passar adiante a ideia de perpetuação, de continuidade, que torna primordial a representação da identidade nacional.

Ao mesmo tempo, mas diametralmente oposto, autores como Antony Smith questionam a tese modernista de que a nação seria recente e enfatizam a persistência no tempo de referências política e culturais mais antigas associadas ao que hoje entendemos como Nação, destacando o papel proto-nacionalista da etnicidade.

Smith vê no nacionalismo uma fusão entre reivindicações ideológicas modernas e pré-modernas, no qual as comunidades étnicas têm um papel fundamental. Para ele, uma etnia tem seis atributos principais: um nome próprio colectivo; um mito de ancestralidade comum; memórias históricas comuns; um ou mais elementos diferenciadores da cultura comum; associação com uma “terra natal” específica; e sentido de solidariedade para sectores significativos da população. (Smith, 1991: 21).

Em suma, entre novas narrativas pós-modernas e velhas invenções modernas, a concepção de Anthony Smith tenta, num meio-termo, relegitimar o discurso nacional, por meio do resgate da etnia, da identidade e das origens.

A unificação logística, a universalização económica, a urbanização e em geral o alcance global dos meios de comunicação colocam as bases duma sociedade mundial, dum mundo de informação global. Neste novo ambiente civilizacional o Estado-Nação está fortemente abalado inseguro. Aparece uma discrepância entre os fundamentos tradicionais da nação e da identidade nacional, por um lado, e as exigências do ambiente de globalização, por outro lado. Exactamente por causa desta contradição provêm as profundas crises

das comunidades e identidades nacionais no mundo contemporâneo. O problema da identidade nacional é um produto da época moderna e é devido sobretudo às crises do Estado-nação.

A singularidade e a especificidade de cada uma identidade nacional são expressadas através da combinação deferente destes componentes e diferente expressão que tem cada um deles. A consciência nacional é construída exactamente a base desta relação de prioridade e validade entre os deferentes itens, sendo que alguns destes são sublinhados, e outros são oprimidos.

Podiam ser destacados os seguintes componentes da identidade nacional: território, língua e cultura, historia, origem étnica, religião, autodefinição civil e vontade de vida comum. Sendo que nas diferentes nações existe diferente validade de cada um destes componente que define a especificidade da sua combinação.

Assim a identidade nacional podia ser definida como um fenómeno sócio-psicológico de identificação colectiva com a nação a base de território, língua, cultura, historia, origem étnica, religião e autodefinição civil comuns, sendo que para cada nação os elementos de identificação existem em configuração diferente.

O processo de globalização acelera-se, a compressão do mundo por via dos fluxos financeiros, de comunicação e de cultura vem erguer forças transnacionais que silenciosamente minam a soberania dos Estados-nação. Deste se diz que é agora demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e demasiado grande para os pequenos problemas.

E quando o mundo inteiro, saído da Guerra Fria, toma consciência da rede de interdependências mundiais e do esbatimento de fronteiras vê-se de novo diante duma explosão do nacionalismo e da etnicidade, a várias escalas: desde as reivindicações dos nativos norte e sul-americanos, aos nacionalismos regionais dentro dos Estados-nação europeus (Flandres, Catalunha, País Basco, Norte de Itália, Escócia, País de Gales) e às erupções violentas na região dos Grandes Lagos, na ex-Jugoslávia e na ex-URSS. Paralelamente a esta tendência para a fragmentação nacional assiste-se, desde finais dos anos de 1980, à aceleração e aprofundamento da

integração na Comunidade Europeia, com efectiva, ainda que limitada, partilha de soberania entre os seus membros.

No séc. XX a quantidade dos estados soberanos no mundo em geral aumenta de 57 em 1990 a 202 em 1997, e na Europa o aumento é de 17 a 44. A tendência de aumento do número dos estados e o aparecimento de novos e novos pequenos estados não diminui, mas com cada situação um pouco crítica em qualquer parte do sistema mundial aumenta. Cada guerra, crise, revolução torna-se um instrumento de desfazer as estruturas estaduais e o aparecimento de novos estados. Três quartos dos países hoje não existiam há 50 anos. Entre os anos 1990 e 1998 cada ano nasceram em média 2,2 estados novos, enquanto durante o meio século anterior apareciam 1,2 estados por ano. E entre 1990 e 1998 o aparecimento de países novos aumentou até 3,1 por ano.

Tudo isto está relacionado com o número crescente de conflitos depois da Segunda Guerra Mundial. Para o período desde a Segunda Guerra Mundial até ao final do século XX o número de conflitos armados no mundo foi 190, sendo que apenas um quarto deles foi entre estados, o resto foram dentro de um ou outro país e muitas vezes relacionados com movimentos separatistas. Os estados não conseguem controlar os processos nos seus territórios, o que leva ao seu desmembramento e o aparecimento de novos estados. Praticamente grande parte dos novos estados no séc. XX não têm controlo e governo fortes, não conseguem criar estruturas efectivas, e muitos deles sofrem por causa da tensão provocada pelo facto de que as minorias étnicas dentro deles pretendem separar-se com a esperança de que sozinhos iam ser capazes de enfrentar os problemas que não podem ser resolvidos dentro dos novos estados. Assim, por exemplo, a pequena Geórgia foi reconhecida por Moscovo e logo depois a sua parte nordeste Abkhazia pediu independência. Se esta região for reconhecida, não seria exclusivo que dentro desta aparecerem movimentos separatistas poste que a sua parte norte é muçulmana e a este é cristã. Assim para os grandes estados também existem dúvidas se eles vão conseguir manter dentro das suas fronteiras as grandes minorias (Prodanov, 2006: 22).

Segundo Vasil Prodanov, a tendência de aumento das situações de conflitos e o desejo de autonomia de uma ou outra comunidade continua por duas razões. A

primeira é as divisões regionais aceleradas dentro dos diferentes estados, o que nas condições de globalização e restrições financeiras provoca cada vez mais exigências por parte das regiões mais ricas para a sua separação como estados independentes. Exemplos típicos neste sentido foram os países ex-socialistas. Na ex-URSS as iniciativas de desmembramento vieram do lado das repúblicas bálticas, que eram mais desenvolvidas, e do lado da Federação Russa que tinha um rendimento mais elevado por pessoa em comparação com todas as ex-repúblicas soviéticas da Ásia. É também um facto que entre as repúblicas da ex-Jugoslávia existem grandes diferenças económicas que influenciaram a separação da Eslovénia e Croácia da Macedónia, Bósnia e Montenegro. Duma maneira semelhante existem contradições entre Lombardia e Calábria na Itália, entre Catalunha e Estremadura na Espanha, entre Santa Mónica e o sudoeste de Los Angeles nos EUA. A globalização provoca oportunidades crescentes de fragmentação estadual do mundo, sendo que o preço das separações diminui.

O segundo factor, que beneficia os processos de desintegração estadual, é a integração a nível supra-nacional. Isto leva ao facto de que os mercados nacionais tornam-se menos significantes em comparação com os mercados locais, regionais e globais. Os países pequenos e as comunidades nacionais que querem fugir da dominação dos seus vizinhos maiores descobrem oportunidades de separação no enfraquecimento das fronteiras sob a influência dos processos de globalização e integração europeia. Por isso, não é por acaso que os separatistas na Catalunha ou no País Basco na Espanha, por exemplo, são grandes adeptos da integração europeia. Para a província canadiana Quebec são cada vez mais importantes as relações económicas com os EUA do que com a Canadá e o mercado nacional canadiano. Desta maneira o aumento das relações supra-nacionais beneficia a desintegração dos países.

2.2. A Realidade Balcânica e a crise das identidades

2.2.1. A memória otomana nos conflitos dos Balcãs

Importa relembrar que esta região da Europa geográfica sofreu um duplo corte que desligou por longos períodos históricos da evolução da Europa Ocidental. O primeiro corte deu-se em dois tempos: primeiro foi divisão do Império Romano no final do século IV, entre Roma e Constantinopla/Bizâncio; depois foi o cisma da Cristandade no século XI, entre a Igreja Católica romana e a Igreja Ortodoxa grega. O segundo corte, bastante mais profundo, ocorreu entre os séculos XIV e XIX, com a conquista e dominação otomana da região.

Quadro 5. *Períodos de duração da governação otomana nos Balcãs*

Países/regiões	Datas	Anos (duração)
Albânia	1468-1912	444
Bósnia	1463-1878	415
Bulgária	1396-1878	483
Croácia	1526-1699	173
Grécia	1456-1830	374
Herzegovina	1482-1878	396
Hungria	1526-1699	173
Macedónia (Skopje)	1371-1913	542
Roménia (Valáquia)	1476-1829	353
Roménia (Moldávia)	1504-1829	325
Sérvia	1389-1829	440

Fonte: Carl Brown, The Ottoman Imprint on the Balkans and the Middle East, Nova Iorque, Columbia University Press, 1996.³

³ As datas são apenas aproximadas. As fronteiras destes territórios mudaram ao longo do tempo. As diferentes formas de administração/domínio no âmbito do Império Otomano não estão mencionadas (sendo variáveis desde a autonomia e a independência virtual até ao governo directo de forma centralizada)

Só com a progressiva retirada, pela força das armas, dos otomanos dos Balcãs – acompanhada por inúmeras “limpezas étnicas” entre *rayas*⁴ (cristãos) e otomanos (muçulmanos) – que marcaram a emergência da Sérvia, da Grécia e dos outros Estado balcânicos, como entidades políticas independentes ao longo do século XIX, é que a sua história se voltou a ligar à do Ocidente europeu. Ponto fulcral é que o reencontro dos Balcãs com a Europa se fez com importantes períodos que moldaram a história genética do Ocidente: sem Renascimento, sem Reforma Protestante, sem Iluminismo, sem Revolução Francesa e Americana, sem Revolução Industrial. Em vez dessas experiências históricas, os povos balcânicos trouxeram consigo a matriz do *millet*⁵, com as suas experiências de sujeição para os cristãos (gregos, sérvios, montenegrinos, búlgaros, etc.) ou de proximidade com o poder instituído para os muçulmanos (bósnios, albaneses, kosovares, *pomaks*⁶ búlgaros, etc.); trouxeram uma tradição de governo que desconhecia qualquer separação fundamental entre o laico e o religioso; trouxeram a matriz religiosa como principal elemento de pertença comunitária e de diferenciação face ao “outro”; trouxeram populações frequentemente misturadas e disseminadas à maneira duma “salada macedónia”; e trouxeram uma ausência total de estruturas de Estado soberano do tipo do que se afirmou na Europa Ocidental, após a Paz de Vestefália de 1648. Não é por isso surpreendente que, operando-se o reencontro de trajectórias históricas apenas no

⁴ Raya é um remo, com o qual durante o Império Otomano são designados determinadas camadas da população de baixo nível social e são submetidas à tributação elevada. O termo é usado sobretudo para a população cristã no Império, e para os hebreus também, sendo estas duas camadas sujeitas a discriminação por razões religiosas e económicas, e em menor grau étnico ou linguísticas.

⁵ O sistema otomano dos “*millets*” (nações) organizava as diferentes populações do Império: havia assim, por exemplo, um *millet otomano* e um *millet judeu*, e também um *millet-i Rum* ou *millet grego*. De fato, este *millet grego* incluía a todos os Ortodoxos, que fossem de língua grega, búlgara ou romena. Os antigos *millet* otomanos – as comunidades étnico-religiosas sujeitas ao poder imperial e teocrático do sultão-califa – só ao longo do século XIX e inícios do século XX deram lugar a formas de organização política comparáveis às da Europa Ocidental. Neste processo de libertação do poder imperial e colonial otomano, o antigo *millet* otomano dos cristãos ortodoxos (o rum *millet*), deu lugar a novas identidades seculares nacionais: gregos, sérvios, búlgaros, etc.

⁶ Os Pomaks são Búlgaros que foram islamizados durante a ocupação otomana do século XIV ao século XIX. Seus descendentes agora formam a segunda maior congregação religiosa na Bulgária. Em 2001, havia 131.000 búlgaros muçulmanos ou pomaks na Bulgária, na região das montanhas Rhodope, assim como em algumas vilas na região de Teteven, na Bulgária norte-central. Suas origens são obscuras,^[18] mas acredita-se geralmente que eles sejam búlgaros que se converteram ao islão durante o período de domínio otomano nos Balcãs.

início do século XIX, em plena era da Nação e dos Nacionalismos, produtos culturais da genética política europeia (ocidental), como o “Estado” e a “Nação”, e ideologias como “Nacionalismo”, o “Secularismo”, e o “Comunismo”, aplicados no contexto balcânico tenham levado a resultados bastante diferentes daqueles que os europeus do final do século XX gostariam de ver. À luz desta evolução histórica, os problemas que rebentaram na Jugoslávia em 1991 “parecem ser menos consequências do comunismo, do que o retomar dum processo parado em 1912”, quando uma coligação de Estados balcânicos – a Grécia, a Sérvia, o Montenegro e a Bulgária – conquistou a Macedónia otomana, a última província da “Turquia da Europa”. Nesta, incluíam-se o mítico Kosovo dos sérvios e Salónica, a cidade que hoje é grega, mas na qual nasceu o não menos mítico Mustafa Kemal Atatürk, fundador da República da Turquia em 1923 (Fernandes, 2005).

Menos conhecido, ou reconhecido, é o fato de que, por mais denegrido que seja na historiografia ocidental, o Império Otomano, de dimensões gigantescas, aplicou sobre suas populações a primeira política “multiculturalista” no espírito das ideias propugnadas pelo pós-modernismo actual: o sistema do *millet*. De acordo com esse sistema, que perdurou longos séculos, as comunidades eram identificadas a partir da religião (muçulmana, ortodoxa ou judaica) e administradas pelo líder religioso respectivo conforme os preceitos de cada. Mas, conquanto sem atentar para “nacionalidades” – conceito que não existia na maior parte do período –, o *millet* permitiu, com todas as dificuldades de povos subjugados, aos búlgaros serem búlgaros, aos gregos serem gregos, aos sérvios se manterem sérvios, sob o “jugo” da Sublime Porta, que não os islamizou à força, por mais de quinhentos anos. Nessa mesma época, nas Américas do Norte e do Sul, as populações autóctones eram física ou culturalmente exterminadas pelos conquistadores cristãos da Europa renascentista.

Como é sabido, foi no Ocidente que emergiu a noção de Estado nacional homogéneo, inspiradora de todos os nacionalismos e “limpezas étnicas” do mundo. Foi essa ideologia ocidental “iluminista” que provocou as chamadas “guerras balcânicas”, inclusive, naturalmente, as duas que primeiro receberam esse nome, de 1912 e 1913, tendo a Bulgária (de independência recente e território sucessivamente

estendido e encolhido à conveniência das potências externas) como protagonista. Tais guerras do início do Século XX envolveram, em alianças opostas e com inimigos variados, conforme a ocasião, a Sérvia, o Montenegro, a Grécia e o Império Otomano, essencialmente em torno da “questão da Macedónia”. Foi essa questão que também levou a Bulgária a aliar-se aos Impérios Centrais na Primeira Guerra Mundial, e às Potências do Eixo, na Segunda. Quanto às “limpezas étnicas”, que então não tinham esse nome, as maiores da região ocorreram no fim do conflito greco-turco de 1921-22, com o deslocamento compulsório de enormes contingentes de cristãos ortodoxos da asiática Anatólia (muitos dos quais nem falavam grego) para a Grécia, “em troca” de muçulmanos da Grécia (muitos dos quais não falavam turco) para a Turquia, já sem sultão, sob a liderança de Mustafa Kemal, o *Atatürk* (“Pai dos turcos”).

Ainda que, antropologicamente, todas essas nações tenham sido construídas a base de “comunidades imaginadas”, na expressão cuidada de Benedict Anderson, elas são um fato histórico que não se pretende contestar. O problema que preocupa é a excessiva fragmentação embutida na óptica social pós-moderna que acompanha o neo-liberalismo dominante. Esta ensina que o indivíduo somente se realiza na respectiva “comunidade de identificação”. E um dos ingredientes identitários mais fortes sempre foi a religião.

2.2.2. A transição do sistema político e a questão nacional nos Balcãs

Antes da vinda do comunismo a Europa de Leste é considerada atrasada em aspecto político em relação a Europa Ocidental. Este atraso tem, porém, as suas explicações históricas, geográficas e culturais. Segundo muitos historiadores (Armstrong), nas terras da Europa Oriental o cristianismo encontra o islão e os países desta zona do continente são formados em torno de antigas comunidades étnicas e não a base de ideias políticas. Como resultado as identidades étnicas nestes países tornam-se mais importantes do que as identidades civis, que quase não existem.

O desenvolvimento político da Europa de Leste é desigual, mas o Estado-nação foi sempre, tanto antes do comunismo, como depois deste, o princípio

organizacional mais forte na sua política, parecido com o modelo ocidental, apesar de com um elemento étnico mais forte.

Os movimentos pela independência nacional e a formação dos estados nacionais, após o colapso do Império Otomano, os efeitos destrutivos das guerras balcânicas e da Primeira Guerra Mundial provocaram nos países dos Balcãs decepções por parte da sua governação política. No nacionalismo eles vêem a única força unificadora no contexto da realidade profundamente fragmentada. Mas, invariavelmente, o principal objectivo político da geração pré-comunista foi construir um Estado segundo o modelo europeu ocidental.

O comunismo tentou mudar todo o curso do desenvolvimento à semelhança do Estado-nação ocidental. De acordo com a ideologia comunista o atraso político da Europa de Leste é uma consequência do desenvolvimento capitalista, que devia ser removido, e é necessário introduzir um novo tipo de modernismo supranacional. O comunismo defende que traz uma nova visão para o futuro que iria corrigir todos os “erros” do passado, incluindo o nacionalismo, que considerava obsoleto.

Na Bulgária o comunismo promovia a chegada duma nova era histórica. Os comunistas búlgaros desenvolveram um plano de modernização grandiosa na história do país.

O comunismo proibiu o desenvolvimento europeu da Bulgária e declarou que a modernização do país ia acontecer em isolamento do Ocidente. Este cortou as relações da Bulgária com a Europa Ocidental e virou-se para parte soviética e euro-asiática comunista do mundo. Apesar da relação entre cultura búlgara e a russa, essa orientação foi imposta pela força. O comunismo acredita que o progresso da sociedade consiste em estabelecer um controlo total e permanente institucional sobre ele e o indivíduo, juntamente com o poder não declarado dos partidos. O desenvolvimento desta fórmula, com todos os seus detalhes e exceções, desfigura de sua própria maneira o atraso político da Bulgária e da Europa Oriental.

Após a Guerra Fria e o colapso do comunismo soviético e, portanto, do internacionalismo, o mundo foi submetido a uma nova escolha - o caminho do nacionalismo e prioridade dos interesses nacionais, por um lado, e a impensável, há décadas, globalização e integração dos países em alianças e uniões de

desenvolvimento económico e político, por outro lado. A Bulgária, como parte do ex-socialista, também foi afectada por esses processos - o problema da política nacional e os compromissos que devia fazer para ser incluída nos assim chamados países desenvolvidos são complexos e muitas vezes associados a choques dolorosos para a sociedade. Isto é devido à transição sem precedentes que ocorria no país, dois processos que iam lado a lado - o processo de democratizar e o de construção duma democracia estável, e ao mesmo tempo a transição dum sistema económico centralizado para uma economia de mercado (Petkova, 2007: 125).

A violência das guerras que assolaram a Jugoslávia associadas à complexidade etno-religiosa das suas populações mostrou, para grande surpresa da generalidade dos europeus da Europa Ocidental, a existência duma Jugoslávia e de uns Balcãs num registo histórico bastante diferente do da União Europeia, construída depois da Segunda Guerra Mundial. Este tempo histórico de grande violência real diferente, que tanto surpreendeu a opinião pública, os media e os políticos europeus, por ter feito sobressaltar a tranquilidade da “paz perpétua kantiana” em que imaginavam viver, e pela ininteligibilidade das causas do conflito, levou frequentemente a uma visão da região como uma espécie de não-Europa. Esta atitude típica dos europeus do final do século XX denota certas facetas de continuidade histórica face às atitudes e percepções dos políticos e as sondagens de opinião pública, quando tiveram que lidar com as diversas crises da “questão do Oriente”, resultantes da retirada do Império Otomano dos territórios do sudeste europeu.

Vale a pena recordar algumas das mais célebres afirmações atribuídas a políticos da época. Na segunda metade do século XIX, Otto von Bismarck, o “chanceler de ferro” da Prússia e unificador da Alemanha imperial novecentista dizia que “os Balcãs não valiam os ossos de um soldado da Pomerânia”. Na visão típica dos europeus do século XIX a Península Balcânica era o início dum Próximo Oriente retrógrado, intratável e marcado pelo “despotismo oriental”. Como afirmava o escritor vitoriano Rudyard Kipling, o “Oriente era Oriente e o Ocidente era Ocidente” e pelos parâmetros europeus novecentistas o sudeste europeu era mesmo “Oriente”. Se abstrairmos da linguagem “eurocêntrica” e “politicamente incorrecta” do século XIX vemos que a percepção europeia (ocidental) é essencialmente similar:

para os europeus do final do século XX e início do século XXI os Balcãs são uma espécie de “outro” quase intratável, que rejeita irracionalmente as virtudes da paz kantiana, os direitos humanos e o multiculturalismo em nome de nacionalismos étnico-religiosos retrógrados.

Segundo o livro de Maria Todorova “*Imaging the Balkans*” (1997), quase não existe diferença no modo como o resto do mundo vê os Balcãs. A sua imagem parece um estereótipo do tempo do Império Otomano. Na opinião de Todorova, o tempo transformou os Balcãs num “armazém de características negativas”, que o termo “Balcãs” está afastado do objecto que representa e são-lhe atribuídas diferentes características. Isto quer dizer que os Balcãs não são tanto o “outro” como o “mal” europeu que os europeus não querem.

Todorova cita o filósofo alemão Conde Hermann von Keyserling: “Hoje em dia os Balcãs não são outra coisa do que uma caricatura dos Balcãs dos tempos antigos. O espírito dos Balcãs é o espírito do conflito eterno. Povoados de raças primitivas, eles são uma imagem primária da luta entre o homem e tudo.”

Um facto bem elucidativo das dificuldades da apreensão da realidade balcânica pelos europeus é o duplo equívoco em que incorreram os geógrafos do século XIX, quando assinalaram a designação “Península Balcânica”, que hoje está perfeitamente enraizada. Durante o período medieval e o Renascimento predominavam os nomes oriundos da Antiguidade Clássica greco-romana, como “Península Helénica”, “Península Bizantina” ou “Península Ilírica”. Mais tarde, nos séculos XVII, XVIII e XIX, os cartógrafos europeus passam a utilizar para esta região designações como “Império Otomano da Europa”, ou “Turquia da Europa”, ou ainda “Império do Grande Turco”.

A maneira como os europeus viam no passado e tendem a ver actualmente os povos balcânicos e os seus conflitos não é certamente igual à percepção que estes têm de si próprios. Por sua vez, a compreensão da maneira como os diferentes povos balcânicos se vêm a si próprios e dão significado aos factos do presente à luz da sua própria história colectiva é um ponto de partida fundamental para qualquer trabalho que queira tentar compreender correctamente a complicação do conflito.

O resultado mais frequente é visões parciais, não invulgarmente simplistas, e, sobretudo, pouco clarificadoras das raízes mais profundas desses conflitos. Um dos aspectos surpreendentemente tratados com ligeireza na maioria das análises feitas pelos académicos das Relações Internacionais – a exceção meritória são principalmente os textos de historiadores dos Balcãs e do Império Otomano/Turquia – é o das implicações das instituições sociais e religiosas e da forma de governação política otomana, na realidade dos países balcânicos do século XX. Importa recordar que o “cunho otomano” moldou os Balcãs durante vários séculos, e duma forma normalmente profunda, atingindo nalgumas áreas mais de quatrocentos anos de domínio imperial, que só se extinguiu com o fim da chamada “Turquia da Europa”, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial.

No século XX as estruturas étnicas continuam a existir na forma de organizações políticas supra-nacionais não apenas por causa de consequências históricas de organizações imperiais, que ultrapassam as fronteiras e as identidades nacionais, mas também por causa das coligações ideológicas entre os estados, que estão orientadas para a unificação das pessoas sob o signo de causas comuns ou interesses comuns.

Tanto uma como a outra causa são validas para os Balcãs, tanto como resultado de integração das nacionalidades sob o controlo do Império Otomano através da autonomia parcial dos *milliet* no final do século XIX, tanto por causa da organização funcional das nacionalidades balcânicas em torno da ideologia da integridade política e a defesa militar, que se deve, principalmente, às necessidades que apareceram durante a Guerra Fria. Nos Balcãs a etnia e o sistema religioso comum são as características básicas da nacionalidade.

A existência de línguas nacionais é acompanhada por vários dialectos. As características comuns entre as línguas são resultado de influências recíprocas ao longo de séculos de convivência. A união linguística nos Balcãs facilita a comunicação entre os povos.

Nos territórios, praticamente herdeiros do Império Otomano, as ideias de nação, de nacionalidade, de identidade nacional e de Estado-nação desenvolveram-se não à base da proximidade social e tribal da povoação, mas através do aumento da

consciência etno-religiosa e a identidade étnica única da povoação que vivia dentro do sistema do *milliet*. As características históricas das identidades étnicas e nacionais nos Balcãs desenvolveram-se até no final do século XX manifestar-se como políticas de limpezas étnicas, como aconteceu com o nacionalismo sérvio, seguido pelo desmembramento da ex-Jugoslávia.

Por estas causas o nacionalismo balcânico desenvolveu-se como uma ideologia de exclusão do outro por parte dos Estados-nação consolidados em certos territórios e portadores de fronteiras duradouras de identificação, que tendem a defender as fronteiras étnicas e nacionais das suas próprias nações a cada custo. Tem que se notar que a segregação das comunidades cristãs locais dentro dum espaço islâmico maior, estabelecido nos Balcãs pelo Império Otomano, faz com que os históricos balcânicos acentuem na alienação destas comunidades cristãs da sua origem europeia natural e na separação das características nacionais destas comunidades da cultura otomana dominante, junto com tentativas de aumentar a consciência nacional.

O desenvolvimento do nacionalismo balcânico, mais precisamente na segunda metade do século XX, é analisado segundo métodos incompatíveis, quando não o desenvolvimento histórico, mas certas interpretações históricas definem o conceito de nação. A história balcânica é vista também não nos quadros do desenvolvimento das nações e dos estados como uma acção de integração entre a população, mas como diferenciação de estruturas económicas, formações sociais e análises das classes numa sociedade feudal “crescida”. A influência soviética sobre a região (com excepção da Grécia, que assimilou o modo ocidental de estado ainda no início do século XIX) e o ideal socialista de assimilação de todas as etnias e nacionalidades dentro duma ideologia unificada, impostos pela política durante a Guerra Fria, desenham o desenvolvimento do Estado-nação nos Balcãs. Apesar disto a estrutura e as características da nação e do nacionalismo nos Balcãs aparecem como uma unidade na qual, por razões históricas, existem muitas nacionalidades, que se encontravam sob domínio imperial comum.

Assim os nacionalismos balcânicos estão baseados na exclusão do outro. Os povos balcânicos têm pretensões claramente expressas em relação aos territórios históricos de estabelecimento da sua pátria. Todas as pessoas nos Balcãs têm fortes

relações étnicas com as suas próprias nacionalidades, devidas a história, mitos e memória histórica comuns. Os Estados-nação modernos dos Balcãs estão baseados aos princípios de direitos e obrigações legais comuns de todos os cidadãos para com o estado e a existência de uma economia comum para todos os membros da nacionalidade. A estes princípios podem ser acrescentados que os povos balcânicos têm visões nítidas sobre a experiência histórica dos outros, uma interpretação diferente sobre a sua origem religiosa e percepção subjectiva muito forte sobre as suas origens culturais. Estas três características (história, religião e cultura únicas) são as características que são inerentes para cada nacionalidade balcânica e são a razão principal para a formação do nacionalismo de exclusão dos Balcãs no século XX (Boztemur, 2001).

Por conseguinte na Europa Central e de Leste, onde fica a Península Balcânica, a nação é uma noção básica, mas esta não se percebe da mesma maneira como na parte ocidental do continente ou mais precisamente na França. Na França a nação está ligada à pertença a um estado, posto que, do ponto de vista histórico, o estado antecede a nação. Assim a nacionalidade, ou a pertença a uma dada nação e a soberania ou a pertença a um dado estado equivalem. A nação francesa inclui todos os cidadãos do estado francês. Mas o que para os franceses parece óbvio, não o é noutros países, onde a nação tem sido construída antes de ter sido criado o estado. Este é o caminho dos estados nacionais da Europa Central, que sobreviveram os impérios que dominaram a Europa Central e de Leste até finais do século XIX, nomeadamente o Império Austro-húngaro e o Império Otomano nos Balcãs.

Por exemplo, na Federação Jugoslava no período entre 1945 e 1991 os cidadãos que se autodefiniam como jugoslavos nos recenseamentos periódicos nunca ultrapassavam os 5% da população. O resto dos cidadãos definia-se como sérvios, croatas, eslovenos, muçulmanos, etc. Isto é válido também para toda a Europa Central e de Leste, como também para a ex-URSS. A identidade nacional nestes países é uma característica individual e não tem nada a ver com a soberania. Assim os turcos na Bulgária autodefinem-se como turcos apesar das tentativas por parte do governo comunista de Todor Zhivkov de serem “bulgarizados”.

Assim a diferença entre estas duas concepções da nação é uma das principais fontes de mal entendimentos entre observadores de diferentes partes da Europa. Segundo Beneddick Anderson, a nação é uma “comunidade imaginada” porque a sua existência é baseada no forte sentimento de que os seus membros pertencem a mesma nação. Mas esta não é “comunidade imaginária” porque a sua história é marcada por diferentes consequências más e boas, inclusive guerras. Os povos balcânicos acreditam que a nação pode ser explicada com critérios objectivos (língua, religião, história, etc.), que na realidade não são seguros. Na Europa Ocidental, ao contrário, alguns rejeitam a ideia da existência da nação. Noutras palavras, a nação existe, mas como consciência fortemente subjectiva das pessoas, e não como consequência de certos marcadores objectivos. Portanto a identidade nacional é um fenómeno comum, porque é um sentimento de ligação entre um grande número de indivíduos. Isto quer dizer que ela tem sentido apenas se existir em muitas pessoas simultaneamente. Assim existe apenas uma única definição dos povos: grego é a pessoa que se sente grego, búlgaro é quem se sente búlgaro, etc. Isto não impede que o sentimento de pertença seja baseado a muitas particularidades linguísticas, religiosas ou territoriais.

Portanto a exclusão, proveniente das interpretações nacionalistas da religião, da cultura e da história leva as políticas balcânicas contemporâneas a crises e guerras e determina as suas políticas internas e externas. Apesar de tudo o desenvolvimento do nacionalismo nos Balcãs foi sempre um processo de separação de império, de federação, de estado, ou de exclusão de nacionalidade, de minoria ou de grupo de países existente. Nos dois casos o nacionalismo é definido não no sentido das suas características, mas nas condições de exclusão, baseado a diferenças exageradas na religião, na língua e na história. O acento que os estados contemporâneos nos Balcãs colocam sobre as características subjectivas do nacionalismo, ou exactamente a sua singularidade em sentido religioso, cultural e histórico, continua a ser um factor determinante para o futuro dos nacionalismos balcânicos e razão principal para os conflitos armados nacionalistas na região.

Neste caso a saída das políticas étnicas de conflitos nacionais e regionais está na redefinição da noção de nação e de Estado-nação. Apenas uma redefinição destas

noções que determinava o Estado-nação como uma interdependência de organização burocrática independente que tem a sua ordem e legitimidade e funciona em territórios determinados governando a povoação sem importância das suas diferenças étnicas, religiosas ou linguísticas, podia diminuir a tensão proveniente dos nacionalismos agressivos nos Balcãs.

Os Balcãs não têm fronteiras certamente definidas. Esta noção geográfica é sinónimo de guerra e discórdias. Os Balcãs são os outros. Eles são uma zona intermédia entre a Europa Central e o Oriente Médio. Nos países do Oriente Médio (Síria, Líbano, Iraque, Egípto, etc.) as comunidades autodefinem-se com a religião e a fé, mas elas não são nações e não querem criar novos estados. Na Europa Central (Alemanha, Polónia, os países atravessados pelo rio Danúbio, etc.) as comunidades autodefinem-se com as línguas, eles constroem nações e se for possível as nações formam estados. Nos Balcãs estes dois princípios existem ao mesmo tempo: as comunidades autodefinem-se com a religião (herdado dos tempos do Império Otomano), e ao mesmo tempo com a língua. Assim criando nações, tentam, construir estados.

Se em muito países no mundo as particularidades étnicas são consideradas parte da esfera privada, nos Balcãs estas diferenças étnicas põem os alicerces da identidade nacional, que nestes países não tem nada a ver com a soberania. Assim as minorias étnicas podem ser consideradas minorias nacionais, ou como foram chamadas na ex-Jugoslávia nacionalidades.

Em todos os países da região existe o nacionalismo em diferentes formas. As raízes destes nacionalismos dos povos balcânicos podem ser encontradas durante o domínio otomano. Em cinco séculos o Império Otomano não conseguiu homogeneizar os povos e etnias que viviam dentro das fronteiras. Com isto foi provocado o processo contrário, o encerramento dentro de si mesmo de cada povo com o anseio de sobreviver. Em "Nações e Nacionalismo" (2001) Ernest Guellner representa uma opinião interessante sobre este tipo de império, segundo a qual, a sua estrutura desfaz-se em burocracia fortemente centralizada e em poderes locais fortes, em comunidades locais. A essência da herança otomana não é apenas nacionalismo

relacionado com territórios, etnias, etc., mas atitudes de comunidades fechadas, psicologicamente conservativas e não comunicativas.

Existem várias hipóteses em relação ao nacionalismo contemporâneo nos Balcãs (Daskalov, 1994):

- O nacionalismo nos Balcãs é resultante da decomposição do Império Otomano;
- É resultado da construção dos novos estados nacionais, uma grande parte dos quais, ainda não conseguiram consolidar as suas fronteiras tanto geográficas, como étnicas;
- O nacionalismo é um refúgio para os povos balcânicos. Pode-se falar dum refúgio no nacionalismo por causa do medo da modernidade, do estado de abertura. Este tipo de nacionalismo surge quando os povos tem que conservar o seu individualismo, a sua importância num espaço diferente, onde os valores estão em competição e os povos não tem a certeza nos seus próprios valores;
- O nacionalismo é resultado da queda do sistema comunista. O comunismo dos tempos do seu auge foi construído a base duma ideologia supranacional – internacionalismo proletário. Mas depois dos anos 70 este sofreu uma crise ideológica e começou a procurar apoio e legitimidade num tipo de identidade nacional. A crise dos regimes completa-se pela etnicidade, pela fé e pela esperança de alguma magia espiritual como o bulgarismo, o albanismo, romanismo, etc.;
- O nacionalismo hoje é construído politicamente. Nos países em transição, como é a Bulgária, existe um vácuo ideológico nas comunidades não habituadas a uma vida política verdadeira, que é substituída por mitos históricos. Neste sentido o problema da identidade, portanto do nacionalismo, torna-se um problema político enquanto tem que atender certos interesses estratégicos;
- Na base das manifestações contemporâneas do nacionalismo, que está também na base da tensão interétnica, é a crise da identidade.

Portanto como a identidade cultural dos povos balcânicos foi consolidada e unificada durante a Idade Média, isto pode ser razão para orgulho, mas não sempre para desenvolvimento. É até pressuposto para atraso, que não sempre pode ser explicado com o domínio otomano. O encerramento etno-cultural dos povos balcânicos durante o domínio otomano protegeu-os de assimilação ou indiferença cultural. Mas ao mesmo tempo este comportamento isolou os povos dos grandes movimentos político-culturais na Europa. Portanto depois da independência estes povos ficam alheios um com o outro apesar do desejo comum de modernização cultural.

Na Península Balcânica o processo de autodeterminação, da pertença e da identidade é visivelmente doloroso por causa da memória comum das diferentes etnias e as suas tentativas de diferenciar-se e de encontrar o seu lugar num espaço de diversidade étnica, religioso e cultural, de conflitos infinitos e de lutas entre os grandes poderes para supremacia nos mercados e no desenvolvimento interno dos cristãos no Império Otomano.

O etno-nacionalismo, o etno-separatismo e todos os conflitos étnicos na península, até certo ponto, podem ser explicados com as diferenças na religião. Nos Balcãs a religião foi transformada em legitimação para a pertença a uma certa etnia. A perda e o desaparecimento das diferenças por causa da herança comum do Império Otomano e do comunismo provocaram a cristalização de todas as diferenças.

O problema da balcanização não é um problema novo. Ele apareceu ainda no século XIX para designar os processos que aconteciam em relação ao desejo dos povos balcânicos de consolidar-se como comunidades diferentes fora das fronteiras dos impérios existentes, ou mais concretamente com a separação de diferentes comunidades e territórios, principalmente nos Balcãs. Mais tarde o termo balcanização deixa de ter o seu significado geográfico inicial. Segundo Vasil Prodanov, o primeiro que sugere uma definição para o termo balcanização é um correspondente de Daily News em 1921, que diz que a balcanização significa: um grupo de países pequenos, instáveis e em conflitos entre si, que se baseiam na ideia de nacionalidade numa região, onde o estado e a nação não coincidem, que entram

em conflitos uns com os outros, com pretensões territoriais e minorias étnicas, que deveriam ser assimiladas ou oprimidas, que entram em uniões instáveis e variáveis entre si, que procuram o apoio de poderes estrangeiros para proteger a sua existência nacional e por sua vez, utilizados por estes poderes para o seu próprio benefício estratégico. Ou resumindo a balcanização significa nacionalização sem nação e sem mecanismos para construção de cidadãos e cultura civil.

Assim a sociedade búlgara foi obrigada a realizar a sua modernização sem instituições nacionais estáveis e sem elite nacional estável e assim caiu sob a influência dos processos de balcanização, o que provocou a deformação nas consequências sociais do processo de integração europeia.

Indicadores sociais para a balcanização da transição na Bulgária foram fenómenos como: a promessa de Simeão de Saxe-Coburgo-Gota⁷ de “consertar” o país em 800 dias e assim ganhou o voto de milhões de pessoas, mas só conseguiu “consertar” a sua própria situação social e económica; o presidente da Comissão de Combate contra a Corrupção, que definia o seu próprio salário a 7 000 levas, quando o salário médio para o país era de 350 levas, etc. Assim o resultado da balcanização da transição foi que o preço social deste processo tiveram que pagar as pessoas da classe média e da classe mais baixa.

Por outro lado, é conhecido que as influências culturais europeias que entraram nos Balcãs nos séculos XVIII-XX eram assimiladas de todas as nacionalidades através de fortes relações comerciais, o ensino de estudantes nas escolas superiores da Europa Ocidental, a literatura e a arte, a moda, em condições de complexas de interações entre tradição e modernidade. Assim a assimilação da cultura europeia foi concebida como um forte desenvolvimento dos povos balcânicos.

A experiência jugoslava não podia ser um exemplo por causa do seu fim trágico, mas devia ser analisado como lição, para a Europa evitar muitos erros.

⁷ Nasceu em Sófia, 16 de Junho de 1937 e é um importante político da Bulgária. Foi o último rei (ou *tsar*) do país e, mais tarde um político da oposição búlgara, já tendo ocupado o cargo de primeiro-ministro. Simeão II é um caso único na história: monarca deposto, conseguiu retornar ao poder (de 24 de Julho de 2001 a 17 de Agosto de 2005), já não como rei numa monarquia, mas como chefe de um governo democrático de cariz republicano.

Felizmente a UE está construída a base de princípios diferentes, ou o princípio da democracia e não da ditadura, da paz e não da guerra, da paciência e não da precipitação (a UE foi construída em mais de meio século, a Jugoslávia foi criada em apenas um mês em 1918). A cidadania europeia não elimina as nações, ao contrário, ela introduz uma filiação comum, que cada um aceita com a plena consciência que continua a pertencer a sua própria nação.

Assim a cidadania europeia podia ser um exemplo e refúgio para os povos balcânicos e ajudar para a consolidação das suas relações a respeito de cada identidade.

Assim podemos concluir que na parte oriental da Europa o desenvolvimento das nações e as lutas para autodeterminação no século XIX marcaram o desenvolvimento desta parte do continente. Para a Bulgária e para as nações que ficaram sob o domínio do Império Otomano, um papel importante teve a identidade nacional, que foi um obstáculo base frente à fusão com a nação dominante. Como consequência do passado, hoje em dia o problema da identidade é outra vez muito actual, sendo desta vez em relação aos processos de globalização, que estão a ameaçar as nações com a perda de identidade e a construção duma supra-identidade que tem como objectivo unir o melhor de todas as identidades menores, este é o caso da identidade europeia. Neste contexto a resistência a estes fenómenos aumenta cada vez mais e parece que a união entre as nações provoca uma desintegração dentro deles com o objectivo de conservar as particularidades.

2.2.3. Integração Europeia dos Balcãs

Durante muito tempo, desde o início do séc. XIX, os Balcãs representam uma parte específica do continente europeu, uma região com tempo histórico confuso. A península fica longe de importantes processos na Europa, como por exemplo, o Renascimento, o aparecimento da ideia do Estado-Nação, a criação dos modernos Estados-Nação da Europa, a Revolução Industrial, etc. Este atraso no

desenvolvimento dos povos balcânicos marcou toda a história deles nos últimos dois séculos.

O caminho dos povos balcânicos para a época moderna passa pela fundação de Estados-nação. Por esta razão a comunidade internacional considerou um facto normal o aparecimento de novos estados na região no final do séc. XX e no início do séc. XXI. A questão é se hoje a criação de Estados-Nação tem o mesmo significado que nos séculos XVIII e XIX.

O desmembramento dos estados multinacionais, como a Republica Jugoslava e a URSS foi seguido pelo reconhecimento de novos Estados dentro das já existentes fronteiras administrativas. Estas fronteiras não seguem nenhum princípio etno-nacional, mas foram criadas com objectivos políticos. Assim as novas fronteiras internacionais foram inaceitáveis para muitos povos e isto provocou a criação de novos estados dentro dos já existentes.

Num momento quando as Comunidades Europeias se estavam a transformar em União Europeia, quando se estava a consolidar o princípio supra-nacional, nos Balcãs apareceu uma nova onda nacionalista. No dinamismo das mudanças apareceu uma falta de sincronia entre o nacionalismo não vivido e o novo princípio europeu.

No mesmo momento em que os países da Europa Ocidental concediam cada vez mais poderes a estruturas supranacionais, os países balcânicos tornavam-se cada vez mais soberanos e nacionalistas.

Assim mais uma vez os Balcãs não conseguiram inserir-se no tempo histórico concreto e perderam uma oportunidade de se integrar às tendências dominantes da Europa a tempo. A Europa Ocidental também tomou medidas para prevenir a penetração de problemas balcânicos, que podiam pôr em causa o projecto de unificação da Europa. Tudo isto tornou mais difícil o processo de integração europeia.

Depois de certos receios em relação aos Balcãs, a UE decidiu, nos anos 90 do século passado, dar “perspectivas europeias” aos países da região. Assim foi criado o Pacto de Estabilidade da Europa Sudeste.

Apesar das dúvidas e receios da UE, no contexto de transformações radicais no sistema internacional, foram realizadas grandes mudanças na parte mais agitada e

com mais conflitos no continente. As reformas políticas e económicas em diferentes países, as novas tendências no desenvolvimento da situação da região, garantem que está a ser ultrapassada a fama passada da região e a consolidação da perspectiva da sua transformação em parte integral das estruturas europeias.

Não há dúvida que sem a integração dos Balcãs no projecto europeu, ele não vai ser terminado. A europeização dos Balcãs é um facto. Todas as mudanças na região, a aplicação dos assim chamados princípios e normas europeus com a sua integração no Conselho de Europa, o alargamento da UE com a integração da Eslovénia, da Bulgária e da Roménia. A Croácia, a Turquia e a Macedónia têm o estatuto de países candidatos. O Processo de Estabilização e Associação dos países dos Balcãs Ocidentais também está a avançar, sendo que todos os países da região estão constantemente a declarar a sua vontade de serem membros da UE.

Por outro lado, depois do Conselho Europeu em Salónica em 2003, a UE também está a confirmar as suas obrigações em relação à futura integração da região, caso os países candidatos cumpram as condições necessárias.

Apesar das tendências positivas, os diferentes países encontram-se em etapas diferentes no seu caminho para a integração na EU. Alguns dos países ainda têm economias fracas, o poder do estado é frágil, pouca eficiência na assimilação das ajudas financeiras. Existem muitas razões para insegurança. Ainda existe a possibilidade de Europa ser balcanizada. A última guerra na Europa estava a acontecer precisamente nos Balcãs. Existiam protectorados e países com estatutos ainda não esclarecidos como é o caso do Kosovo.

Os receios em relação à integração da Turquia também são um ponto muito delicado na integração dos Balcãs, visto que a UE não pode aplicar o mesmo tipo de negociações com este país como com os outros países da região, seja por razões estratégicas, históricas, culturais ou religiosas.

Sem dúvida a maior prova para a UE são os processos na ex-Jugoslávia. É paradoxal, mas a UE, que é o portador do princípio supranacional, compromete-se com a consolidação de novos Estados Nacionais na Europa.

Por outro lado a cada vez maior importância da região da Europa Sudeste e do Mar Negro do ponto de vista energético pressupõe uma maior interdependência nesta parte do mundo.

Neste momento na política de cooperação regional de todos os países da Europa Sudeste domina a orientação europeia. Todos estão de acordo que para diminuir os riscos na região é preciso aumentar a sua compatibilidade com o que está a acontecer no espaço comum europeu. Segundo a Declaração de Sófia de Boa Vizinhança, Estabilidade, Segurança e Cooperação nos Balcãs, assinada pelos ministros de assuntos exteriores dos países de Europa Sudeste em Julho de 1996 na capital búlgara, a cooperação entre os países da região é o caminho para a sua integração plena nos processos europeus.

Desde a desagregação da ex-Jugoslávia que a estabilidade dos Balcãs Ocidentais constitui um importante objectivo da UE. De acordo com Javier Solana, um dos principais objectivos estratégicos da União consiste em contribuir para a “estabilidade e boa governação da nossa imediata vizinhança”. Este compromisso, combinado com a entrada da Eslovénia na UE em Maio de 2004 e o reconhecimento da Croácia e da Macedónia como países candidatos à adesão (Junho de 2004 e Novembro de 2005, respectivamente), encorajou as aspirações destes estados em tornarem-se futuros membros da UE.

2.3. O modelo étnico na Bulgária

A razão principal de se acentuar sobre o problema do modelo étnico da Bulgária não é a necessidade da Bulgária adaptar-se aos princípios de relações étnica, válidos na UE, mas o facto de o país encontrar-se nos Balcãs e apesar de isto conseguir realizar um modelo étnico bastante diferente dos modelos que provocaram inúmeros conflitos e guerras, como aconteceu na ex-Jugoslávia.

O modelo étnico búlgaro é uma noção formulada durante os anos da transição e cujos objectivos e aplicação prática são sobretudo políticos.

Desde a sua construção a Bulgária, a diferença da maioria dos estados medievais, nunca representou uma unidade étnica. Do ponto de vista histórico, os búlgaros são descendentes de três principais grupos étnicos que se misturaram nos Balcãs entre os séculos VI e X: tribos locais, que incluíam os trácios; invasores eslavos, dos quais os búlgaros modernos herdaram a língua; e os proto-búlgaros (*bolgars*) falantes de línguas turcas, dos quais o gentílico e a mais antiga condição de estado foram herdados. Mesmo que nos primeiros anos o estado era muito forte com o tempo surgiu a necessidade de unificação da população. Esta unificação foi feita pelo maior reformador na Bulgária Medieval o príncipe Boris I que impôs o cristianismo ortodoxo (que também desempenha o papel de factor de integração europeia) e o novo alfabeto cirílico (que representa um factor identificador do estado).

Depois da conquista turca das terras búlgaras, para os búlgaros não foi muito difícil definir e manter a sua identidade própria contra à cultura hegemónica estrangeira. De facto a identidade étnica e nacional búlgara foi definida muito antes da segunda metade do século XIX quando a Bulgária adquiriu um estatuto autónomo dos seus territórios. O desenvolvimento do sentimento de identidade nacional búlgara volta por volta do século XX quando o uso da língua búlgara, a criação duma cultura típica, a utilização do alfabeto cirílico e a formação de igreja nacional constroem os instrumentos de poder com o objectivo de diferenciação dos búlgaros da cultura imperial grega do Império Bizantino. Por estas razões a instituição principal para a conservação da língua e do alfabeto búlgaros desde o início foi a religião. A identidade búlgara própria, dependente destas características nacionais subjectivas, foi conservada nos mosteiros até ao século XVIII. Os mosteiros e as igrejas ortodoxas ensinavam aos jovens a sua língua materna, o seu alfabeto, davam-lhes identidade nacional misturada com cristianismo ortodoxo, e conservavam a memória nacional nas bibliotecas das igrejas. Foram assim os mosteiros, que com decreto especial do sultão tinham privilégios e liberdades, ajudaram aos búlgaros conservar as suas características nacionais contra todas as influências exteriores e o aumento do nacionalismo búlgaro de exclusão.

Momento de viragem para o modelo étnico na Bulgária foi o nascimento do estado búlgaro moderno em 1878, que naquela altura não era capaz de aceitar outro tipo de carácter nacional do estado do já existente na Europa Ocidental. Mas a comunidade nacional búlgara (com a consciência nacional construída durante o Renascimento búlgaro) encontrava-se longe da já existente unidade etno-nacional na Europa Ocidental.

Tal como o historiador turco Kemal Karpat⁸ diz, logo depois de que em 1878 o exército russo conquista a autonomia búlgara, o novo estado começa a reescrever a sua história e logo cria a ideia de homogeneidade étnica histórico-nacional dos búlgaros. Durante o processo de formação nacional o método foi de criação duma nação búlgara homogénea, foi assimilar, liquidar ou excluir as minorias nacionais. O novo governo declara os territórios povoados por nacionalidade balcânicas para búlgaros e começa a integrar não apenas os territórios correspondentes à “Grande Bulgária”, mas também as minorias que os habitavam na nação búlgara, reivindicando que os turcos, os pomaks e outras minorias macedónias eram, de facto, búlgaros islamizados. As pretensões étno-nacionais e territoriais do Estado-nação búlgaro continuaram durante as duas guerras mundiais. A união com a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial não levou à realização das aspirações búlgaras, e a ocupação de parte da Macedónia e da Grécia do Norte durante a Segunda Guerra Mundial não teve os resultados desejados. Apesar de que depois das guerras os governantes búlgaros tiveram que deixar as ambições de ter territórios balcânicos etnicamente mistos, a memória de assimilação forçosa e a expulsão em massa de 300 000 turcos étnicos que eram cidadãos búlgaros e tornados vítimas da política de exclusão do governo de Todor Zhivkov, ainda existe na consciência social (Ivanov, 2007).

Hoje em dia as questões étnicas, com os quais tem que lidar o processo de integração, provavelmente não são os mais difíceis, mas com certeza os mais complicados e delicados.

⁸ Kemal Karpat é historiador turco, autor de mais de 20 artigos científicos e professor de historia na University of Wisconsin–Madison. Nascido em Medgidia, Romania.

Nos países da União Europeia as situações problemáticas vêm antes de tudo dos imigrantes, dos recém-chegados e os filhos deles. Só em segundo plano aparecem outro tipo de problemas. Existe uma minoria étnica europeia que se integra dificilmente - os ciganos. Existem problemas específicos da migração interna - o comportamento para com os migrantes internos quase como emigrantes, como acontece na Espanha (Mitev, 2005).

Mas nas ex-republicas socialistas os problemas étnicos são absolutamente diferentes. Em primeiro lugar pode ser destacado o fenómeno do “estatuto inverso”. Em países que sofreram desmembramentos (a URSS, a Jugoslávia, a Checoslováquia) os representantes da maioria tornaram-se minorias (os russos na Ucrânia, os checos na Eslováquia, os sérvios na Croácia e no Kosovo, etc.). Aqui trata-se não de desenvolvimento multicultural de países consagrados através da integração de minorias novas, mas sim da formação de estados novos com a participação de diferentes comunidades étnicas. Além disso, aparecem etnias novas, línguas novas. Assim nos estados novos aparece separatismo das minorias, que motiva lutas armadas e guerras, como aconteceu na Moldávia, na Eslovénia, na Croácia, na Bósnia, no Kosovo, na Macedónia.

As maneiras de encontrar soluções dos problemas das minorias étnicas na Europa Ocidental são diferentes das maneiras nas ex-republicas socialistas, principalmente na Europa Sudeste e na ex-URSS. No primeiro caso trata-se meios especiais na defesa social dos imigrantes e a sua integração. Meios contra a discriminação e o racismo. No segundo caso trata-se de criação de comunidade civil estável e de democracia política efectiva. Na Europa Ocidental “as outras” etnias encontram problemas particulares, enquanto na Europa Sudeste estas têm que lidar com problemas fundamentais.

2.3.1. O modelo étnico na Bulgária como alcance do período de transição

Segundo o censo demográfico realizado em 2001, 85,5% da população são búlgaros étnicos, 9,3% são turcos búlgaros, 4,6% são ciganos búlgaros, 0,6% são

outros. Este censo foi feito segundo a auto-determinação de cada pessoa (Instituto Nacional de Estatística da Bulgária).

Assim o maior grupo étnico na Bulgária moderna é o dos turcos. Eles representam a herança otomana para o estado. O processo mais importante para o estado búlgaro, mesmo depois da libertação do domínio otomano, foi a expulsão quase total dos turcos das mais altas camadas sociais, que em maior escala tinham receios duma vingança. Na Bulgária ficaram os turcos mais pobres que viviam nas regiões mais periféricas e menos férteis e para os quais o carácter do estado, no qual viviam, tinha menos importância. Mesmo assim o número dos turcos que ficaram no país não foi pouco, 500-600 mil em 1880-1887. Os turcos que ficaram no país reagiram de maneira diferente em consequência da sua nova posição no estado búlgaro. Uma parte organizou actos armados (rebeliões na montanha dos Rodopies entre 1878 e 1903, organizações terroristas nos anos 30), outros emigraram (nos anos 80 do século XIX 15 mil turcos emigravam anualmente, entre as duas guerras mundiais o número foi de 130 mil turcos no total), a maior parte dos turcos encerraram-se na sua comunidade etno-religiosa (Mitev, 2005).

No período das guerras no início do século XX, quando os exércitos búlgaros conquistaram territórios significantes com população na sua maioria turca, esta população foi sujeita a repressões, características para cada guerra, os pomaks foram obrigados a mudar de nome e foram proibidos conservar as suas tradições muçulmanas. Mas depois da sua derrota na Primeira Guerra Mundial a Bulgária foi obrigada a assinar e cumprir (o que não acontece nos países vencedores dos Balcãs) O acordo para os Direitos das Minorias de 28 de Junho de 1919, elaborado pela Conferência de paz de Paris. Assim a Bulgária continuou a sua política anterior às guerras de não intervenção nos assuntos internos das comunidades étnicas.

Assim entre os anos 1878 e 1944 os turcos construíram-se como uma maioria pouco desenvolvida em aspecto cultural e quase analfabeta, mas que tinha autonomia cultural e judiciária.

Durante o socialismo aconteceram mudanças súbitas em relação às relações étnicas, desde o reconhecimento da Bulgária como um país multiétnico até à tentativa de transformar o país forçadamente num estado com “uma única etnia,

uma única cultura, estilo de vida, religião, costumes” (segundo as palavras de Todor Zhivkov⁹).

O governo socialista realizou a maior tentativa de assimilação forçada depois da Segunda Guerra Mundial, quando a Bulgária depois de perder foi obrigada outra vez a seguir as exigências dos países vencedores. Assim o governo socialista teve como objectivo de formar uma comunidade internacional e conseqüentemente nacional comum, onde não existissem comunidades étnicas.

Depois de 1944 o Estado pouco a pouco tomou o poder sobre as escolas turcas, foi limitada a actividade dos clérigos muçulmanos. Em 1949 apareceu um movimento, entre os turcos búlgaros, de emigração em massa para a Turquia. Os governos da Bulgária e da Turquia concordaram em abrir as fronteiras para os emigrantes. Assim num período relativamente curto, da metade de 1950 ao início de 1951, mais de 150 mil pessoas emigram de Bulgária para a Turquia. (Baeva, 2007)

A partir de 1958 começou uma política nova em relação aos turcos búlgaros. O ensino nas escolas começou a ser apenas em búlgaro, as escolas estavam a ser separadas das mesquitas. Ao mesmo tempo o governo investia muito nas infra-estruturas e no desenvolvimento das regiões onde viviam os turcos búlgaros.

Os anos 70 e 80 pareciam mais calmos apesar da propaganda nacionalista por parte da Turquia exercida sobre os búlgaros turcos e as expectativas da construção dum novo país autónomo. Para resolver o problema o governo búlgaro procurou soluções em dois sentidos. Primeiro expulsar os turcos da Bulgária e segundo a tentativa da sua assimilação. Finais do ano 1984 o governo decidiu alterar todos os nomes turcos e árabes por nomes búlgaros (eslavos). Isto provocou grande tensão no país e durante a primavera de 1989 escalou desordem e agitações em massa nas cidades com povoação predominantemente turca. Para resolver o problema o governo decidiu fazer passaportes para todos os que queriam emigrar para a Turquia. Assim em Junho de 1989 grandes massas de pessoas foram para a Turquia.

Apesar da herança pesada da política de assimilação, em relação às minorias, existente até 1989 por parte do governo comunista, nos últimos 30 anos na Bulgária

⁹ Todor Hristov Zhivkov, (Pravets, 7 de Setembro de 1911 – Sófia, 5 de Agosto de 1998) foi o líder e ditador comunista que governou a Bulgária de 4 de Março de 1954 até 10 de Novembro de 1989.

foi consolidado um modelo de relações interétnicas de sucesso, que é baseado aos princípios da sociedade civil e a democracia pluralista.

A essência deste modelo era resolver os problemas das minorias no caminho dum equilíbrio e harmonização entre o princípio de integração das minorias na sociedade civil e o princípio de defesa da sua identidade étnica, religiosa e linguística.

Durante muitos anos o governo búlgaro estava a convencer a sociedade que o termo minoria nacional era perigoso, porque se uma minoria fosse nacional esta ia ter direitos colectivos, ia levar ao aparecimento de territórios autónomos, a Bulgária já não seria um país unitário e de uma só nacionalidade e a defesa nacional ia estar ameaçada. Segundo o relatório do Conselho de Ministros de 2003 em relação ao modo como a Bulgária estava a cumprir os princípios da Convenção-Quadro para Protecção das Minorias Nacionais, as minorias iam adquirir um estatuto especial e muito perigoso.

Segundo o Tribunal Constitucional, “A constituição da Republica Bulgária reconhece a existência de diferenças religiosas, linguísticas e étnicas, respectivamente de portadores deste tipo de diferenças”. Assim nos territórios búlgaros vivem cidadãos búlgaros, portadores de etnias, línguas e religiões diferentes.

Em 1989 em nenhum país balcânico a tensão étnica foi maior do que na Bulgária. A Jugoslávia ainda era o país balcânico mais próximo da Europa e era difícil supor que poucos anos depois seria um campo de guerra.

Nos anos 80 o regime de Todor Zhivkov tomou uma decisão estratégica de homogeneizar o país, “bulgarizando” os turcos étnicos. A acção, feita num estilo totalitário parecido a uma operação armada e chamada “processo renascentista”, foi realizada formalmente com sucesso. Informalmente foi explicado ao povo que sem este tipo de medidas os búlgaros turcos iam ficar ligados de alguma maneira à Republica Turquia e cedo ou tarde iam querer ser autónomos e depois aconteciam os acontecimentos como em Chipre. A verdade é que através de renascimento do nacionalismo e de violência étnica, o regime queria mais poderes psicológicos e ideológicos.

O assim criado conflito étnico pode ser caracterizado com várias dimensões. A violência estatal contra a personalidade de mais de um milhão de búlgaros turcos. Consequentes actos terroristas. Um atmosfera de insegurança, onde as relações entre as duas comunidades iam piorando muito rápido. Desalojamentos. No verão de 1989 mais 300 mil turcos étnicos tiveram que atravessar as fronteiras. No país foi criada uma situação explosiva.

Iniciada em 1984, essa política se estenderia, com facetas diversas, até a primeira “abertura de fronteira” (ainda não-democrática) de 1989, dirigida especificamente aos turcos, que a ela não se adaptavam e contra ela protestavam (levando ao deslocamento, a princípio forçado, depois voluntário, de 350 mil habitantes de etnia turca da Bulgária para uma Turquia em crise económica que não tinha condições de os absorver).

Em contrapeso à intolerância anti-turca do governo de Todor Zhivkov, assinala-se que a Bulgária, na Segunda Guerra Mundial, sob o reinado de Boris III (pai do posteriormente exilado jovem Rei Simeão II, ou Simeão de Saxe-Coburgo-Gota, democraticamente eleito para o Parlamento da República em 2001 e hoje Primeiro-Ministro), foi a única aliada da Alemanha de Hitler que se recusou a obedecer a ordem de deportação dos judeus para campos de extermínio. Salvou, assim, do Holocausto os 50 mil israelitas do país, em demonstração de que não era impossível incumprir ordens de crimes contra a humanidade quando para isso se tinha dignidade e coragem – como tiveram, em espontânea revolta, a Imprensa, a Igreja Ortodoxa, o Parlamento e o Rei.

O aparecimento de medos étnicos e paixões nacionalistas não ficou sem consequências. Em 1990 houve pessoas a encher as ruas e gritar “Bulgária dos búlgaros”, “Os turcos na Turquia”, etc. Existiu também a República de Razgrad¹⁰. O país encontrava-se a ponto duma guerra civil.

¹⁰ Razgrad é uma cidade na parte Nordeste da Bulgária, onde em 1990, por causa dos conflitos étnicos, os nacionalistas proclamaram a existência da República de Razgrad, cuja existência só durou um dia.

A experiência búlgara foi importante para a comunidade internacional comparada com a experiência frustrada da ex-Jugoslávia e o caminho relativamente com sucesso da Roménia que procurou saída incentivando os partidos étnicos.

De maior importância para os líderes reformadores do Partido Comunista Búlgaro, que substituíram Todor Zhivkov depois de 10 de Novembro de 1989, foi reconstruir a confiança da comunidade internacional e receber uma nova legitimação democrática do próprio partido. Tudo isto era impossível de ser atingido sem ser superada a crise étnica. A nova oposição, a União das Forças Democráticas, não queria nem conseguia continuar a política nacionalista. Era um absurdo político pensar que a coalizão anticomunista podia continuar a política nacionalista do Partido Comunista Búlgaro e ao mesmo tempo levar uma política democrática e procurar apoio externo. No Movimento de Direitos e Liberdades, o partido apoiado pelos eleitores turcos e muçulmanos, prevaleceu a participação construtiva na vida política do país. O nacionalismo turco encontrou o seu locutor, mas este ficou isolado e foi excluído do partido, sem que isto provocasse revoltas (Mitev, 2005).

Para serem evitadas destruições políticas, importância básica houve a tradição da tolerância búlgara, que foi implementada na ideia nacional em séc. XIX. O apóstolo da libertação nacional búlgara Vasil Levski¹¹ definiu claramente o seu carácter civil e não étnico: na futura Bulgária livre “todos os povos vão viver segundo umas leis claras e sagradas, como é dado por Deus viver o homem, o turco, o hebreu, etc. ... Nós não expulsamos o povo turco, nem a sua fé, mas sim o sultão e as leis dele, quer dizer, o governo turco que domina nós e não só, mas também os próprios turcos de uma maneira bárbara.”

Em 1999 o líder do partido direito conservador União das Forças Democráticas e primeiro-ministro do país naquela altura Ivan Kostov declarou que o modelo étnico existente era uma “maldição para a Bulgária”. Segundo os motivos do primeiro-ministro, o modelo dava vantagens ao Movimento de Direitos e Liberdades e ao Partido Socialista Búlgaro, ou a oponentes políticos, concebidos como inimigos.

¹¹ Vasil Ivanov Kountchev, ou Vasil Levski (18 de julho de 1837, Karlovo, Bulgaria - 18 de febrero de 1873, Sofía) foi um revolucionario bulgaro e heroi nacional. Foi fundador do Comité Búlgaro Revolucionario. Criou una rede de comités em todo o país, com o objetivo de organizar o levantamento geral e conseguir a libertade definitiva de Bulgaria.

Naquela altura na Bulgária existia o assim chamado modelo político bipolar. Em 1997 os socialistas perderam as eleições e a direita conseguiu maioria absoluta no parlamento. Assim num ambiente de mudanças eleitorais constantes, quedas e subidas dramáticas dos principais poderes políticos, o Movimento de Direitos e Liberdades converteu-se numa provocação com a sua independência e estabilidade. A sua orientação centrista e o papel de equilibrista infringiam o conforto singular da confrontação bipolar.

Em 2004 a direita búlgara dividiu-se em dois partidos. O papel de catalisador desempenhou exactamente o centro político, O Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso e o Movimento de Direitos e Liberdades. A direita extrema, o novo partido Democratas para uma Bulgária Forte com líder o ex-primeiro-ministro, continuou o ataque de 1999-2000 e começou o novo debate político sobre as relações étnicas no país.

Apesar da existência de partidos étnicos¹² em toda a península, segundo os críticos do modelo étnico búlgaro, o Movimento de Direitos e Liberdades monopolizava o voto dos turcos búlgaros. Este tipo de acusação teria grande valor se as eleições no país não se estivessem a organizar livre e honestamente e alguém impedisse aos outros partidos ganhar a confiança dos turcos búlgaros (Kavalski, 2003).

A mudança dos nomes dos búlgaros turcos foi acompanhada pela expansão do movimento nacionalista turco na Bulgária. Em diferentes partes do país foram organizados actos terroristas, que causaram danos materiais e vítimas. Foram criadas novas organizações como por exemplo o Movimento Nacional Turco de Libertação na Bulgária, cujo líder foi Ahmed Dogan¹³ (que foi arrestado e condenado). Esta organização motivava os turcos a sair do país, a organizar sabotagens na produção e a levar uma “guerra sem armas”. O objectivo final desta organização era conseguir

¹² Por exemplo, na Roménia a variedade de partidos políticos é impressionante (União Democrática dos húngaros na Roménia, Fórum Democrático Alemão, União democrática dos ciganos, União democrática turca na Roménia, etc.)

¹³ Ahmed Demir Dogan é um político conhecido, fundador e presidente do Movimento de Direitos e Liberdades (partido liberal que representa os interesses da minoria turca) desde 1990. É deputado na Assembleia Nacional desde 1990.

autonomia cultural e política e a separação de regiões inteiras do estado búlgaro. Depois de 10 de Novembro de 1989 (queda do regime socialista) à base daquela organização apareceu o Movimento de Direitos e Liberdades.

Assim a especificidade principal do modelo étnico búlgaro foi construída a base do papel do Movimento de Direitos e Liberdades, que se tornou o partido dos turcos búlgaros e dos muçulmanos. A presença do Movimento de Direitos e Liberdades, que defendia os interesses da minoria turca, que era discriminada pelo assim chamado “processo renascentista”, no início do período de transição na vida política representava uma garantia para que o país pudesse superar a tensão étnica nos anos mais perigosos no início da transição.

A presença estável do Movimento de Direitos e Liberdades na vida política da Bulgária ajudou para superar mais facilmente as contradições entre búlgaros e muçulmanos numa altura quando nos países vizinhos da Bulgária estavam a acontecer guerras motivadas etnicamente (Baeva, 2007: 170).

No início do século XXI o Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso tornou-se também parte do governo quando no poder subiu o Movimento Nacional Simeão II¹⁴ (entre 2001 e 2005), também no governo de Serguei Stanishev¹⁵ continuava a aumentar o seu poder e conseguiu entrar também, com grande apoio da população no actual governo, que foi eleito em Junho de 2009.

No final de 2006, na véspera da entrada na UE, a convivência pacífica entre as diferentes comunidades étnicas e religiosas na Bulgária foi até certo ponto violada por causa da reacção por parte dos búlgaros contra toda a nova classe política. Esta reacção foi mais evidentemente expressa pelo voto de protesto contra a elite política,

¹⁴ O Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso é um partido político liderado por Simeão de Saxe-Coburgo-Gota (antigo rei da Bulgária). Participou nas eleições de Junho de 2001 com o nome de Movimento Nacional Simeão II e conseguiu ganhar a maioria dos votos. Em 2005 o partido foi o segundo mais votado formando parte junto com o Partido Socialista e o Movimento de Direitos e Liberdades uma coalizão tripla. Nas eleições de Julho de 2009 o partido ficou fora do governo. Desde Novembro de 2009 o ex-rei Simeão já não é presidente do partido, o seu lugar foi ocupado por Hristina Hristova.

¹⁵ Serguei Stanishev é Primeiro-Ministro da Bulgária (2005-2009) e líder do Partido Socialista Búlgaro que nas eleições parlamentares de 2005 conseguiu ganhar a maioria dos votos (34,2%) e logo depois fez uma coalizão tripla com o Movimento de Direitos e Liberdades e com o Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso.

o que foi a fonte de sucesso eleitoral na Primavera de 2005 para uma nova formação nacionalista chamada Ataka com o líder Volen Siderov, que entrou no parlamento como quarto poder político. Siderov confirma a tese que na Bulgária democrática as minorias têm privilégios e os búlgaros são discriminados. Esta tese, mesmo não sendo verdadeira, ganhou grande popularidade porque dava respostas fáceis às dificuldades que sentiam muitos cidadãos búlgaros durante os anos de transição.

O poder parlamentar de Ataka, que tem posições evidentemente contra os turcos e os ciganos, em primeira vista ameaça o bom funcionamento do modelo étnico do país. Mas na realidade não muda nada, mas inclui nele aquela parte dos búlgaros que querem uma definição clara dos direitos e das obrigações de todos os grupos étnicos no país. Assim de facto o voto populista para Ataka não se deve tanto à discriminação das minorias turcas e ciganas, mas é devido a insatisfação da atitude e do modo de vida de toda a classe política.

Assim o modelo étnico búlgaro, que é construído sobre a construção duma convivência pacífica entre as comunidades étnicas a base de estimular o seu desenvolvimento cultural e a sua representação no poder, continua a ser uma das grandes vantagens da Bulgária como um estado balcânico que é dos mais novos estados-membros da UE.

Até ao início do século XXI a minoria cigana não estava incluída no modelo étnico búlgaro, mas ele torna-se cada vez mais um factor social importante, sendo um grupo com o qual estão relacionados a maioria dos principais programas sociais, mas também a criminalidade, a prostituição, o tráfico de drogas, etc. A necessidade dos ciganos serem incluídos no modelo étnico é reforçada pelo facto que depois da integração da Bulgária e da Roménia na União Europeia na comunidade entra também a maior comunidade cigana na Europa.

Assim podemos concluir que o modelo étnico búlgaro é uma noção concreta histórica; é um modo específico de encontrar saída do beco das relações entre etnias, no qual o processo renascentista tinha levado o país. O modelo étnico búlgaro é uma transformação das contradições e conflitos étnicos em processo político, que os neutralizou e deu possibilidade de serem restauradas as relações de boa vizinhança no dia-a-dia dos cristãos e muçulmanos antes do início da situação conflituosa. O

processo contrário aconteceu na Bósnia, nomeadamente, as contradições políticas foram transformadas em conflito étnico.

2.3.2. Os paradoxos étnicos na Bulgária

Existe um paradoxo contraditório na vizinhança entre cristãos e muçulmanos na Bulgária e ao mesmo tempo a negação dos direitos das minorias no nível sócio-psicológico. Os dados sociológicos mostram um fenómeno. Uma única pessoa declara que mantém relacionamento pessoal próximo com o seu vizinho turco (fazem visitas, ajudam um ao outro, trocam prendas, etc.), mas não quer nem pensar dos direitos das minorias turcas (nem sequer o direito do seu vizinho de ler o jornal em turco). Trata-se duma relação ambígua. O vizinho, como pessoa, dá a sensação de segurança. O vizinho como representante da minoria dá a sensação de insegurança. No dia-a-dia prevalece o relacionamento pessoal. Mas em momento de crise as comunidades opõem-se uma em frente da outra. Assim o vizinho torna-se um dos turcos. Aqui está também a raiz do paradoxo na Bósnia: bons vizinhos que nunca brigaram um com o outro, um dia começam a matar-se. Parece ilógico pôr em causa o direito de criar organizações culturais ou de estudar a língua materna nas escolas. Mas a diferença é pressuposto para particularidade que une a minoria em caso de poder, e, por conseguinte, em caso de desconfiança étnica, é percebida como ameaça potencial (Mitev, 2005).

Os medos étnicos não desapareceram por completo, eles encontram-se num plano esquecido. Eles encontram-se desmobilizados, motivam umas ou outras opiniões e avaliações na vida particular de cada indivíduo. Hoje em dia quando a Bulgária e a Turquia não se encontram em dois blocos militares opostos, mas sim numa mesma organização político-militar, era suposto que o medo que os búlgaros tinham do enorme vizinho sudeste fosse parte do passado. Mas não é assim para todos: 40% daqueles que não consideram o “processo renascentista” como um crime, o futuro da Bulgária pode correr perigo e ser conquistado pelo estado turco, e 67% dos búlgaros tem medo de fundamentalismo islâmico (Mitev, 2005).

Os últimos 20 anos na história da Bulgária estão cheios de viragens inesperadas. O maior obstáculo converteu-se na maior vantagem do período de transição. O maior conflito étnico acalmou mais rapidamente daquilo que esperavam todos em 1989. O partido com eleitorado étnico, que era capaz de destruir o estado, acabou por ser um equilibrista em situações críticas e um factor de estabilidade importante. No início da transição foi um partido que todos negavam, mas depois conseguiu encontrar lugar na coalizão governante. Depois de vários obstáculos o turco como língua materna começou a ser ensinado nas escolas. A democracia deu oportunidades de livre profissão do islão.

Enquanto os conflitos pareciam ser resolvidos, estavam a aparecer outros. Apareceu uma tensão étnica muito forte. Hoje os ciganos estão a ser associados aos ladrões e as crianças a pedir esmola nas ruas. Durante o socialismo as minorias étnicas sofriam de assimilação e igualdade. Hoje em dia o problema é a diferenciação e a marginalização. Dantes a pressão vinha da esfera político-administrativa, do estado. Hoje vem da realidade económica e da opinião pública. No primeiro caso, era posta em causa a identidade étnica, e no segundo a existência física (Mitev, 2005).

Segundo os sociólogos existe um paradoxo impressionante. A minoria mais oprimida nos últimos anos do socialismo, a minoria turca, considera o socialismo mais positivamente do que a transição democrática, quando recebe direitos e liberdade.

2.3.3. Partidos étnicos na Bulgária

Desde o início de 1990 na Bulgária existe o Movimento de Direitos e Liberdades, que é um partido centrista da etnia turca na Bulgária, que se considera a si mesmo como um partido liberal. O partido apareceu com o nome Movimento Nacional Turco Liberdade como uma resposta a política levada por Todor Zhivkov de “bulgarização” forçada da minoria turca no país.

Em 1991 o Partido Comunista Búlgaro pediu ao Tribunal Constitucional que declarasse o Movimento de Direitos e Liberdades inconstitucional, citando o artigo

11.4. da Constituição do país, que proíbe a existência de partidos políticos “formados sobre bases étnicas, racistas ou religiosas”. Em 1992 o Tribunal rejeitou o pedido e declarou o partido como constitucional. Apesar desta decisão alguns ultranacionalistas búlgaros, particularmente o partido da direita extrema União Nacional Ataka, continuam a afirmar que o partido é inconstitucional por estar composto principalmente por pessoas da etnia turca.

Mesmo assim o estatuto do Movimento de Direitos e Liberdades estabelece claramente que é “uma organização pública e política independente, fundada com o propósito de contribuir para a unidade de todos os cidadãos búlgaros”.

Nas eleições parlamentares de 2001 o partido conseguiu 7,5% do total dos votos e desta maneira conseguiu entrar na Assembleia Nacional com 21 representantes dum total de 240 deputados. O poder do partido ia aumentando e nas eleições de 2005 ganhou 13,7% dos votos. Nas eleições para o Parlamento Europeu em 2007 ganhou 20,26% dos votos e desta maneira conseguiu 4 representantes no Parlamento Europeu (Dados do Instituto Nacional de Estatística de Bulgária).

Segundo vários politólogos este grupo partidário é responsável para o modelo étnico no país e ajudou para serem evitados acontecimentos como os na Jugoslávia.

Na verdade a razão da não existência de graves problemas étnicos é a grande tolerância que o povo búlgaro tem em relação às etnias alheias. Uma realidade que é facilmente explicável com o facto de que no país existem grupos turcos desde a libertação do Império Otomano.

Por outro lado o aparecimento do grupo alternativo da direita extrema Ataka é capaz de provocar grandes conflitos no modelo étnico no país. Com o aparecimento deste partido no país aconteceu uma diferenciação da etnia cigana, cujos representantes costumam ser crianças a pedir esmola na rua e ladrões (Petkova, 2007).

3. Nacionalismo e identidade nacional

3.1. Entre a identidade nacional e a identidade europeia

3.1.1. A existência duma identidade europeia comum

Este fim de milénio e início de um novo ficou marcado pelo desmoronamento do modelo europeu de Estados-nação frente à Nova Ordem Internacional. Está cada vez mais em voga o surgimento de entidades político-económicas transnacionais, como as ONGs, a União Europeia, o Mercosul, o NAFTA, entre outras. Estas, por sua vez, põem em cheque a ideia de nacionalismo agregada a um território, idioma ou uma etnia, uma vez que evidenciam-se por alcançar objectivos que ultrapassam a esfera meramente nacional de colectividade.

A identidade nacional é um conceito que surge com mais força no século XIX e, num primeiro momento, é uma experiência positiva, é uma experiência de irmandade das nações e não de luta entre elas. Mas que mais tarde apresenta-se na sua vertente extremista, chamada nacionalismo, que está presente no nazismo e comunismo.

Define-se como um sentimento de pertença a um país, partilhado por um grupo de pessoas. Difere do nacionalismo porque este sobrepõe a identidade nacional às outras identidades colectivas como a religião, por exemplo.

A identidade nacional é uma das ideias provenientes do liberalismo. O liberalismo promove a igualdade entre as pessoas, quando as pessoas são iguais perante a sociedade e o Estado, quando todos sentimos que fazemos parte do Estado, sentimos que o bem público também nos pertence.

Num mundo onde grupos separatistas crescem em número e expressão, ganhando força com a ajuda de órgãos internacionais, a definição de identidade nacional, tal qual a antiga burguesia e a nobreza europeia conseguiram moldar com a ajuda das massas e, curiosamente, em prejuízo delas, vê-se diante da necessidade do reconhecimento de novos limites territoriais. As grandes potências vêem os seus ideais nacionalistas ameaçados pelo surgimento de outros nacionalismos que têm por base grupos excluídos ou marginalizados.

O debate em torno do que vem a ser nacionalismo ou identidade nacional tem como divisor a crescente pressão de pequenos grupos marginalizados (cujas identidades foram, por longo tempo, suprimidas) sobre Estados-nação já estabelecidos, tais como a Rússia, a Espanha, a Itália e o Reino Unido. Essa pressão fortalece-se extremamente com o apoio de órgãos como a Aliança das Repúblicas Autoproclamadas e a “clandestina” Organização dos Estados Não-Reconhecidos.

Uma das principais fontes de identidade cultural é a ligação que o indivíduo tem com a localidade em que foi socializado. A identidade nacional é, portanto, um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania. Ela é resultado das instituições culturais da nação que somadas a símbolos e representações, produzem significados estruturantes para os indivíduos.

O conceito de identidade nacional visa tornar homogêneas as diferenças que existem no interior da nação, estabelecendo um discurso de unidade; de um povo unificado em torno de ideais comuns. Nota-se, nesse sentido, uma cultura hegemónica que assume o papel da cultura nacional, suprimindo as outras culturas que ajudaram a formar a nação. Portanto, enfatiza-se o poder cultural, pois a cultura dominante constrói as representações da unidade a partir das diferenças internas da sociedade.

Portanto o conceito de identidade europeia torna-se cada vez menos problemático. A maior parte dos habitantes do nosso continente sente-se, com maior ou menor agrado, “europeu”, ainda que a maioria dos cidadãos sinta de maneira mais clara e forte, a sua ligação a França, a Espanha, a Alemanha ou o Portugal, ou também a Catalunha, a Escócia, Bretanha, ou Flandres. É certo que todas essas identidades são dificilmente separáveis e que regularmente se misturem com outros sentimentos pertinentes (género, grupo étnico ou racial, ideológico, político, afinidades culturais...).

A unificação europeia requer a construção duma identidade europeia mas esta existe. Não há uma homogeneidade linguística nem cultural. Não se pode construir sobre elementos como o cristianismo, nem a democracia, nem a identidade económica, nem, e muito menos, sobre uma identidade étnica.

São muitos os estudiosos que têm tratado de analisar o que significa isso de ser europeu. Samuel Huntington (1996), célebre teórico norte-americano afirma que a Europa termina onde inicia a Cristandade oriental ortodoxa e o Islão. Podíamos então dizer que a Grécia, membro da UE, não é um país europeu. Os muçulmanos que vivem, há décadas em qualquer bairro de Londres, Paris, Düsseldorf, também.

O que é evidente é que a identidade europeia não poderá surgir duma uniformização cultural impossível, nem deverá construir-se contra o “outro” (o Islão seria o mais possível candidato a personificar esse “outro”).

Uma das propostas mais sugestivas foi popularizada pelo pensador alemão Jurgen Habermas (1999). Numa democracia liberal, os cidadãos devem ser leais e sentir-se identificados não com uma identidade cultural comum, mas sim com princípios constitucionais que garantam plenamente os seus direitos e liberdades. Esta proposta é especialmente sugestiva, engloba o melhor da tradição liberal e tolerante da Europa, combate o nacionalismo étnico, o grande inimigo da paz e liberdade na Europa que penetra no século XXI.

O alargamento histórico da União Europeia a Leste com os assim chamados países pós-comunistas coloca a questão das fronteiras e do conteúdo cultural e político da “nova” União Europeia. Quando as novas democracias na Europa de Leste colocaram a entrada na UE como prioridade básica na sua política exterior, elas tinham dois motivos para isto: a UE era um exemplo e até certo ponto garantia para democracia política e ao mesmo tempo foi exemplo para um bem-estar mais ou menos justamente distribuído.

Ao mesmo tempo é claro que o grande alargamento da UE não deve menosprezar os valores políticos e os alcances da União, e a política exterior comum deve defender estes valores e tentar impô-los nas relações internacionais. A sua conservação depende tanto dos antigos estados-membros como dos novos.

Assim a questão das fronteiras da UE é muito importante, dela depende a qualidade da UE. A globalização económica e a euforia da assim chamada comunidade multicultural do futuro não devem menosprezar a resposta desta questão fundamental. Segundo o ex-presidente francês e ex-presidente da Convenção para o Futuro da Europa Valéry Giscard d'Estaing, as fronteiras da UE devem ser

definidas segundo dois critérios, cultural e geográfico, porque a mesma democracia precisa de homogeneidade geográfica e cultural. A cultura, inclusive política e histórica, é um elemento importante da identidade da sociedade. Segundo d'Estaing, a cultura é uma simbiose entre conhecimento religioso e humanista e as tradições da sociedade. Daí provém a cultura política. Naturalmente a identidade cultural da Europa está dividida entre identidade nacional e identidade europeia (Nikolov, 2002).

As identidades nacionais vão ser, e devem ser, conservadas, porque sobre a base delas está construída cada democracia nacional. Segundo o presidente checo Václav Klaus (2005), não pode existir democracia sem nação, e a Europa nunca vai ter uma nacionalidade ou uma nação comum. As identidades nacionais são também a base para a segurança e para a estabilidade social. A integração europeia não significa assimilação. O objectivo da UE é conseguir harmonia através de entendimento mútuo e aproximação das visões, mas não através de unificação. Exactamente por esta razão os estados pequenos, respectivamente as comunidades pequenas, sentem-se seguros na UE, porque ela não admite mudanças agressivas dos outros.

Também não se pode negar que na Europa existe qualquer tipo de identidade europeia, que é resultado de pontos de interferência das identidades culturais nacionais.

Continuando a alargar-se a UE deve conservar as identidades nacionais das suas regiões fronteiriças para evitar uma crise na identidade, que sempre tem consequências destabilizadoras e perigosas para os estados e para as comunidades.

Assim podemos concluir que o desenvolvimento da integração europeia é um processo não apenas visível com a criação de instituições e diferentes elementos desta organização histórica única, mas também na sua essência com a alteração dos estereótipos e as atitudes da consciência, com o aumento do sentimento de uma unidade única. Há poucos anos a integração era apenas ligada a mudança, modernização e integração das economias e a conservação das culturas nacionais. Hoje em dia existe a questão do desenvolvimento da identidade europeia e as

variantes para a globalização das culturas e o aparecimento de novas identidades a nível regional e local.

É um facto que a UE é uma comunidade que contém dentro de si várias comunidades nacionais, que tem diferentes níveis de desenvolvimento económico e tecnológico, com diferentes culturas e mentalidades. Mas o objectivo da integração não é uniformizar a diversidade cultural, mas conservá-la superando os desequilíbrios, as contradições nas economias, nas esferas sociais e a conservação do ambiente.

O problema hoje em dia na Europa não é a integração económica e política, mas a integração cultural, não apenas para os estados-membros principais, mas dos grupos étnicos e das minorias, capsulados desde séculos e que não têm capacidade de se integrarem com facilidade. Por exemplo, os ciganos em quase todos os países da Europa de Leste, os albaneses no Kosovo e na Macedónia, os grupos cada vez maiores de imigrantes da África e da Ásia, que na sua maioria são muçulmanos e que não querem integrar-se nos países onde residem.

Hoje a questão é como o processo de integração cultural, que faz parte da globalização cultural, vai desenvolver-se. Segundo os autores Huntington e Fukuyama, existem duas perspectivas: a luta das culturas e o diálogo das culturas. O principal problema, que provoca conflitos, é que no mesmo momento no mesmo espaço encontram-se e influenciam uma sobre a outra várias culturas, cujos povos-portadores se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento económico e social, funcionam com ritmos diferentes (Moreira, 2007).

Segundo o primeiro cenário no processo de globalização ainda na primeira parte do século XXI poderemos falar de identidade global, mas não com as noções que todos vão beber Coca-Cola, vão comer no Macdonalds e vão falar inglês, mas com uma realidade mais complicada. Além do inglês vão existir mais alguns grandes espaços linguísticos e culturais como o chinês, o árabe, o espanhol, o russo, o francês. Segundo a segunda variante na época global, vai aumentar o papel das regiões, das culturas regionais e civilizacionais, vão destacar-se as identidades regionais e locais e vão agravar-se os movimentos e as visões anti-globalistas.

Existe também a variante duma simbiose dos dois cenários. Neste caso nas diferentes regiões vão realizar-se em diferente nível sínteses complicadas de tradições e valores culturais, e junto com isto vão continuar a existir pacificamente as diferentes culturas poderosas.

A concretizar-se um projecto europeu de integração política, a União Europeia tomaria, por certo, um modelo federativo de geometria variável, com os Estados-nação membros a desviarem-se para um estatuto "regional", ao jeito dos estados norte-americanos, dos cantões suíços ou dos länder alemães, com as devidas adaptações, ou seja, num cenário de partilha aprofundada das soberanias e de manutenção enquanto unidades culturais e identitárias. Esta hipótese acerca do formato político que a UE poderá assumir ajuda a delimitar o debate sobre a igualdade "identidades nacionais - identidade europeia". Desde logo se afasta a premissa étnica que sustenta boa parte das reivindicações nacionalistas. Aquilo que para os autores das correntes etnicista e primordialista é o fulcro da nação - uma comunidade de origem étnica que partilha uma história, uma religião, uma língua, mitos, símbolos e práticas culturais - está ausente da Europa, a menos que queiramos ir tão longe na busca das origens do sangue que cheguemos aos mitos da raça. Todavia, se atenuarmos um pouco esta concepção vamos dar à perspectiva que distingue os casos nacionais entre nações culturais (Hastings, 1997) e nações políticas (Schnapper, 1997). As primeiras estão próximas da noção de comunidade étnica e "natural" e referem-se aos casos em que é o sentimento de pertença cultural (com particular ênfase para a comunidade linguística) que fornece o cimento nacional (na Europa os exemplos clássicos são o da Alemanha e o da Inglaterra, mas pensemos também na Irlanda, na Arménia, no País Basco ou na comunidade judaica). As nações políticas ou cívicas são uma construção racionalista e voluntarista assente numa associação estatal de cidadãos livres, portanto, uma comunidade territorial de direitos civis e valores políticos firmada por um contrato social (o modelo primeiro de nação política é a França moderna, saída da Revolução). Há utilidade analítica nesta distinção e é nítido que cada nação particular penderá mais para um formato ou para outro. Mas é inegável que nenhuma nação assume apenas uma das formas: mesmo as nações políticas têm necessidade de um grau mínimo de coesão cultural,

sacralizam os seus símbolos e deitam mão da força do Estado para homogeneizarem a língua e o sistema educativo nacional, assim como as nações étnicas, cujas fronteiras estão idealmente no sangue, na linhagem e na cultura, fizeram e fazem quase sempre apelo à formação de um Estado soberano, senão independente.

A separação da identidade nacional do político e da consciência civil é um fenómeno muito grave porque compromete os princípios fundamentais do estado democraticamente construído. Esta alienação do político pode ter consequências radicais e extremas.

Posto isto, pode perguntar-se se há disponível na Europa uma base eminentemente cívico-política ou antes uma base eminentemente cultural que sirva de molde à construção e integração europeia. Esta é a questão a que procuraram responder vários autores e as respostas que nos fornecem dependem essencialmente do lugar teórico de onde falam. Assim, o campo teórico dos etnicistas, por considerar que o vínculo identitário nacional é uma função da etnia e que no mundo actual a identidade nacional se sobrepõe a todas as outras identificações, apresenta uma argumentação fortemente céptica relativamente ao sucesso de uma Europa superadora dos Estados-nação. Diz Anthony Smith que "é a própria configuração política dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a fortificar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado. Não é, por conseguinte, em quaisquer alinhamentos ou blocos 'supranacionais' de 'estados-nação' que devemos procurar a causa da anulação das nações ou do nacionalismo; esses agrupamentos inter-estaduais, quer sejam coligações, comunidades, ou organizações, só ajudam a perpetuar, se não mesmo a inflamar, o poder das identidades nacionais e das aspirações nacionalistas". (Smith, 1999) A concretizar-se um projecto de união política, ela só poderia avançar partindo dos princípios do nacionalismo aplicado a uma família de culturas, isto é, um pan-europeísmo análogo ao pangermanismo, ao pan-eslavismo, ao arabismo, etc.

O sucesso do projecto europeu só poderá dever-se aos "padrões de cultura europeia" sedimentados por séculos de experiência comum - "Se for criada uma comunidade política europeia que tenha uma ressonância popular podemos estar certos de que será fundada com base numa herança cultural europeia comum, por

um movimento nacionalista pan-europeu, capaz de compor memórias, valores, símbolos e mitos comuns a partir desta herança comum, de forma que estes não concorram com as culturas nacionais, ainda poderosas e vigorosas. Apenas desta maneira poderá o pan-nacionalismo criar um novo tipo de identidade colectiva, abarcando, mas não abolindo, as nações individuais" (Smith, 1999). Ora, o que é curioso na cultura e história da Europa é que quase todos os elementos que compõem a sua história, a sua memória a sua experiência comum têm demonstrado igual capacidade de união e de separação. Por exemplo, quando o cristianismo é referido como base ético-religiosa de todos os povos europeus, logo vêm à memória as guerras religiosas, as expulsões, os massacres e ainda hoje as diferenças nacionais, mesmo de "carácter nacional", são aplicáveis às diferentes confissões cristãs. Este mesmo paradoxo encontramos em praticamente todos os traços históricos e culturais que se considera comporem o fundo histórico e cultural da Europa: o racionalismo, a Reforma, o imperialismo, a industrialização e o capitalismo, o nacionalismo, as utopias igualitárias ou a democracia, já para não falar nas remotas guerras interestaduais. Assim se o passado europeu estiver ensombrado por memórias dolorosas e profundas, não poderíamos encontrar os mitos e os símbolos que traduzam a ideia de Europa.

Lucidamente Anthony Smith acrescenta que as identidades não são um jogo de soma nula e que é possível que as identidades nacionais e a identidade europeia se acomodem ambas naquilo a que habitualmente se designa de "círculos concêntricos da identidade". Isto quer dizer que os indivíduos podem sentir-se envolvidos em pertenças múltiplas: ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu. Ainda assim o autor está convicto de que, a nível colectivo, a lealdade para com a nação se sobrepõe a todas as outras formas de identificação e que assim será num futuro previsível (Smith, 1999). A identidade europeia tem ainda muito caminho para fazer.

Na mesma linha argumentativa, embora com uma perspectivação teórica menos preocupada com a fundamentação etno-histórica, Alain Dieckhoff vê pouca alma na Europa tal como tem vindo a ser construída - "Partilhar valores cívicos comuns não é o bastante para fundar um vínculo nacional duradouro. É preciso um

pouco mais do que esta adesão a princípios políticos abstractos para manter uma sociedade unida. Eis porque o patriotismo constitucional, caro a Jürgen Habermas, nos parece algo escasso" (Dieckhoff, 2001). Isto significa que uma Europa meramente "cívica", "política" e "contratual", isto é, como resultado racional da conjugação de vontades, ponderando interesses e objectivos, é insuficiente porque insuficientemente sólida (e legítima) do ponto de vista da adesão emocional dos seus membros individuais. É verdade que já muitos se auto-sacrificaram por ideais abstractos como a liberdade, a democracia, os direitos, mas as massas dificilmente sacrificariam hoje pela ideia da Europa. Ora a construção europeia tem sido um processo voluntarista e racional. Se é verdade que grandes e nobres ideais políticos marcaram o seu nascimento, é também verdade que a representação que a maioria dos cidadãos europeus tem da União Europeia é a dum aparelho burocrático gigantesco que controla fundos financeiros "inesgotáveis".

As duas últimas décadas da União Europeia mostraram, porém, que há da parte dos líderes europeus uma preocupação em fazer da ideia de Europa uma outra coisa. Foi quando a União começou a traduzir-se em símbolos e a estar presente nos espaços públicos nacionais. Trata-se essencialmente da bandeira, do hino e da moeda europeus mas também de momentos fortemente simbólicos e emotivos como as mais recentes celebrações das I e II Guerra Mundiais (sobretudo da Segunda) com a participação dos principais países beligerantes em cerimónias conjuntas, lembrando as perdas de todo o povo europeu, independentemente das cerimónias nacionais, que também têm o seu lugar.

Um dos sinais mais claros de que a categoria da nação não é passível de ser (para já) ultrapassada é os "novos" nacionalismos regionais. Os mais activos adeptos do avanço rápido e profundo da integração europeia são os nacionalistas que estão em luta com o Estado-nação (bascos, catalães, flamengos, etc.), precisamente porque uma União Europeia forte eliminaria do seu caminho os Estados nacionais de que não puderam por outras vias desembaraçar-se.

Depois de 50 anos de construção europeia, ou se pára às portas da unificação política ou as elites e o método de decisão intergovernamental vão dando "pequenos passos" até ao federalismo. Parece razoável dizer que a União Europeia se prepara

para ser uma entidade geopolítica supranacional singular na história, mas parece que os povos europeus não são capazes de aceitar identidades supranacionais.

O Estudo Europeu dos Valores (*European Values Study (EVS) 2008*) estuda como são aceites a identidade nacional e a identidade europeia pelas pessoas, se são aceites como identificação com uma determinada comunidade política, quer dizer civil, ou étnica, através da importância da origem histórica e cultural comum. Esta separação vem da tese de Friedrich Meinecke¹⁶ de que “as nações podiam ser divididas em culturais e civis, em umas que estão baseadas em património cultural vivido por todos, e outras que se baseiam ao poder unificador duma única história política e constituição comuns.” (Altermat, 1998:37).

Com outras palavras, a identidade nacional pode ser pensada etnicamente, a comunidade é consolidada em torno de mitos comuns de origem, história, etc., ou pode ser político-civil, baseada em determinados leis e direitos que constituem uma dada comunidade como política. Diz-se que a França, a Inglaterra, os EUA, a Suíça foram construídos como nações políticas com identidade político-civil. Enquanto a Itália, a Alemanha e os países dos Balcãs, inclusive a Bulgária, são exemplos de nações culturais, onde a identidade étnica é principal, quer dizer, a identidade nacional é definida a base da ideia de origem e língua comuns.

A identidade político-civil pressupõe identificação com a comunidade política dum determinado país e exige o cumprimento das suas instituições, dos direitos dos seus cidadãos e participação política. Este tipo de identidade é um alcance crucial para a modernidade da Europa Ocidental, ela é possível em condições de democracia estável, quando todos os indivíduos são iguais em frente da lei e têm direitos iguais. A identidade cultural ou étnica é particular, ela separa as pessoas segundo a diferente passado histórico que definiu um grupo como tal (Kabactchieva, 2009).

Em geral a identidade europeia também pode ser vista como identidade segundo origem que formou uma cultura política comum (Habermas, 1999). Para esta identidade o respeito para com os outros, para os direitos dos outros

¹⁶ Friedrich Meinecke (1862 - 1954) foi um historiador e professor universitário alemão. Foi provavelmente o mais famoso historiador alemão durante a primeira metade do século XX.

independentemente da origem e da raça, o cumprimento das leis e a actividade civil são componentes indispensáveis.

O sentimento europeu é a chave para o fortalecimento da integração europeia. Em Eurobarómetro 1999, os europeus expressaram os seus sentimentos de uma maneira diferente. As respostas são polarizadas entre o sentimento apenas nacional (45%) ou apenas europeu (42%). Luxemburgo é o país onde os cidadãos se sentem mais europeus. No Luxemburgo há muitos cidadãos europeus residentes de outros países da UE, que é um grande mosaico representativo da diversidade europeia. O Reino Unido é o lugar onde eles se identificam mais com a sua própria nacionalidade. Em outros países como Suécia, Finlândia, Grécia e Dinamarca a identidade nacional está profundamente enraizada. Apenas seis países estão acima da média da UE em sentimento europeísta.

Quadro 7. *Existe uma identidade cultural europeia? (em%).*

Países	De acordo	Em discordo
Grécia	49	42
Portugal	47	37
Alemanha	42	43
Itália	42	47
Suécia	41	53
Irlanda	41	42
Áustria	40	44
Luxemburgo	39	50
UE	38	49
Dinamarca	36	59
França	36	59
Bélgica	35	52
Holanda	35	57
Espanha	34	43
Finlândia	31	65
Reino Unido	28	53

Fonte: Eurobarómetro 52.0 (Outubro / Novembro de 1999) a identidade nacional e europeia (em%).

Depois da União Europeia ter lançado uma série de políticas destinadas a criar uma identidade europeia no final dos anos 80, os Estados-Membros responderam incluindo um parágrafo no Tratado de Maastricht, que especificou que a União respeitará as identidades nacionais (Secção F, 1). Esta reacção, juntamente com a introdução do princípio da subsidiariedade e da rejeição do termo "federal", supõe que muitos Estados-Membros viram na criação de uma identidade europeia, uma potencial ameaça à sua própria identidade nacional. Devido à estreita relação entre a identidade nacional e a independência nacional, muitos pesquisadores têm argumentado que o processo de integração europeia pode ser vista como uma ameaça à identidade nacional, que é em si um grande obstáculo à sua realização. Na verdade, no início dos anos 90 várias elites nacionais argumentavam contra a transferência de competências para a União Europeia, utilizando este argumento.

3.1.2. Cidadania Europeia na Bulgária

Na União Europeia foi desenvolvido um novo conceito de cidadania a partir do Tratado da União Europeia, que estabeleceu a base jurídica para o desenvolvimento de profundos laços de identidade numa Europa dos quinze. O processo de identificação tem sido desenvolvido nos últimos anos com novas formas de carácter social e, especialmente, educativo. A Europa alargada é um novo desafio para o aprofundamento da cidadania como uma questão não apenas conceitual, mas também integradora da construção europeia. A situação do significado de cidadania, como sentimento e reconhecimento dos direitos, é uma base importante para verificar a cidadania desse crescimento na Europa alargada. O desafio é a educação dos antigos e dos novos cidadãos para aderir ao novo espaço europeu com uma identificação cada vez maior nessa área e uma clara manifestação dum sentimento positivo de cidadania europeia.

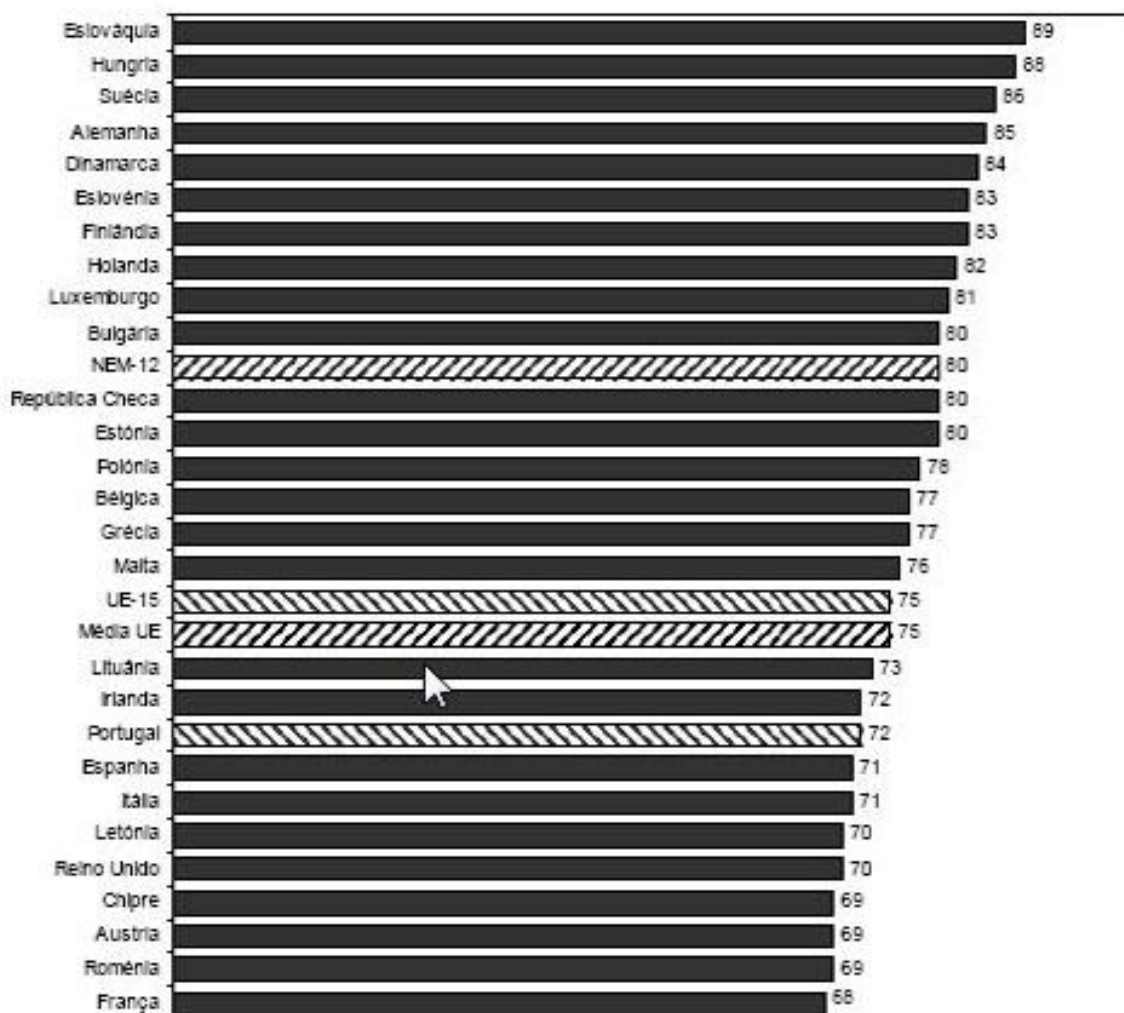
A ideia de cidadania europeia pressupõe uma identidade cultural comum. Esse sentimento é experimentado por cada pessoa de acordo com o seu sentimento que responde ao facto de pertencer a uma área geográfica com a qual se quer identificar. De acordo com o Eurobarómetro de 1999, 38% dos cidadãos da UE-15, afirma que existe uma identidade cultural comum, e 49% negaram este facto. Essa relação mostra que, na opinião dos entrevistados, bastante menos da metade da população da UE-15 não mostrou uma identificação grande com a pertença ao âmbito cultural da UE.

Segundo os dados para 2009, 80% dos búlgaros afirmou concordar com a existência de uma identidade europeia ou, mais especificamente, com o facto de que aquilo que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que o que os separa.

A comparação entre Estados-membros mais antigos e mais recentes mostramos que estes últimos (ou seja, aqueles cuja adesão ocorreu depois de 2004) apresentam uma proporção mais elevada de cidadãos que reconhecem a existência de aspectos comuns importantes entre os povos da União Europeia (80 por cento, contra 75 por cento no caso dos Quinze).

Quadro 8. A partilha duma identidade europeia.

Gráfico 2.8. A partilha de uma identidade europeia
(percentagem de inquiridos que concorda com a frase "O que aproxima os cidadãos de diferentes países da UE é mais importante do que aquilo que os separa")



Eurobarómetro 72, Opinião Pública na União Europeia, Outono 2009, Relatório Nacional, Portugal

A identidade europeia é um fenómeno que acompanha a situação social contemporânea e mais concretamente a descentralização do Estado-nação, a formação de comunidade civil global, a maior densidade do tempo e do espaço social e multiplicação dos papéis sociais. No fim da era moderna e no início da era global os mundos vitais multiplicam-se e os indivíduos estão a habitar ao mesmo tempo muitos deles. A correlação das pessoas não é com um único grupo, comunidades rigorosamente definidas como a etnia e a nação.

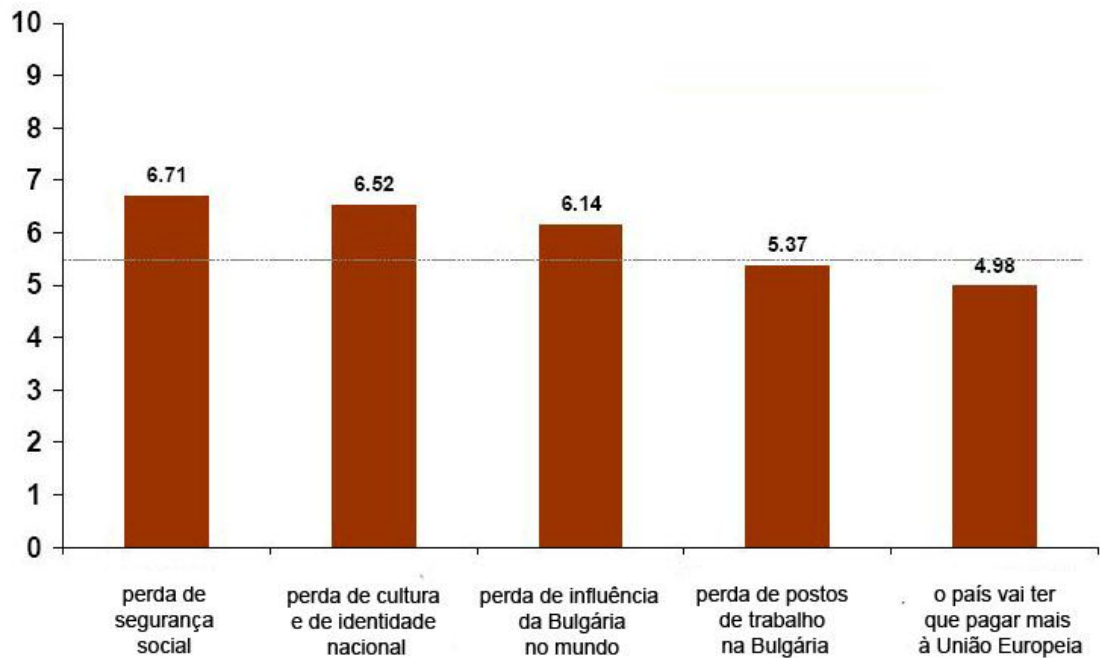
Neste ambiente para as pessoas é cada vez mais difícil definir a sua identidade dentro das estruturas rigorosas da nação, do sexo, do idade ou de qualquer outra distinção categórica. Ainda mais que grande parte das pessoas não querem isto (Albrow, 1996). A identidade torna-se relativa e trata-se cada vez mais duma questão de negociação. Neste tipo de negociação papel principal têm os factores culturais.

Os búlgaros, por exemplo, não se estão a sentir europeus, eles são mais capazes de se definir como cidadãos do mundo do que como europeus. Apesar de os búlgaros não se sentirem europeus, ou exactamente por isso, eles valorizam a UE, a diferença das instituições estatuais, isto quer dizer, eles querem ser búlgaros. Razões para estas declarações são:

- A maioria dos entrevistados apoia o alargamento da UE, o que é um sinal de euro-optimismo, apesar de que 1/5 dos entrevistados não têm opinião sobre este assunto;
- O prestígio da UE é provado pelo facto de que para os cidadãos búlgaros a UE leva, provavelmente, consigo algumas vantagens, e não medos. Os dados médios das respostas sobre o prestígio e se as pessoas sentiam medo de uma série de fenómenos relacionados com a construção da UE (na escala de 1 a 10, sendo 1 para “tenho muito medo” e 10 para “não tenho medo nenhum”) são: perda de segurança social 6.71, perda de identidade e de cultura nacionais 6.52, perda da influência da Bulgária no mundo 6.14, perda de postos de trabalho 4.98. Segundo estes dados, a maioria das pessoas não têm medo de ser membros da UE. Do ponto de vista das identidades, é evidente que a União Europeia não é pensada como uma ameaça para a identidade nacional búlgara.

Quadro 9. Os medos que provoca a integração europeia.

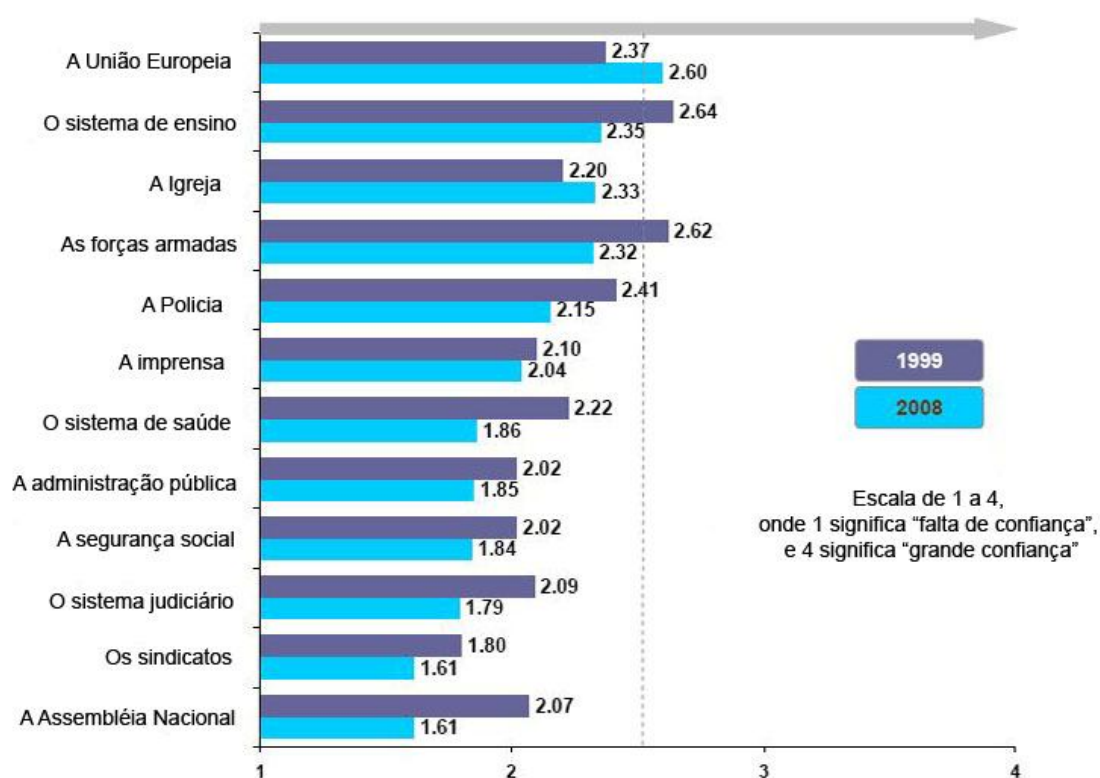
Você pessoalmente tem medo de (*Valores médios na escala de 1 a 10, sendo 1 "tenho muito medo" e 10 "não tenho medo nenhum"*):



Fonte: European Values Study (EVS) 2008

- As instituições da UE têm muito mais confiança do que todas as instituições valorizadas, sendo que a confiança neles subiu de 2,37 em 1999 a 2,60 em 2008;

Quando 10. Confiança nas instituições (1).

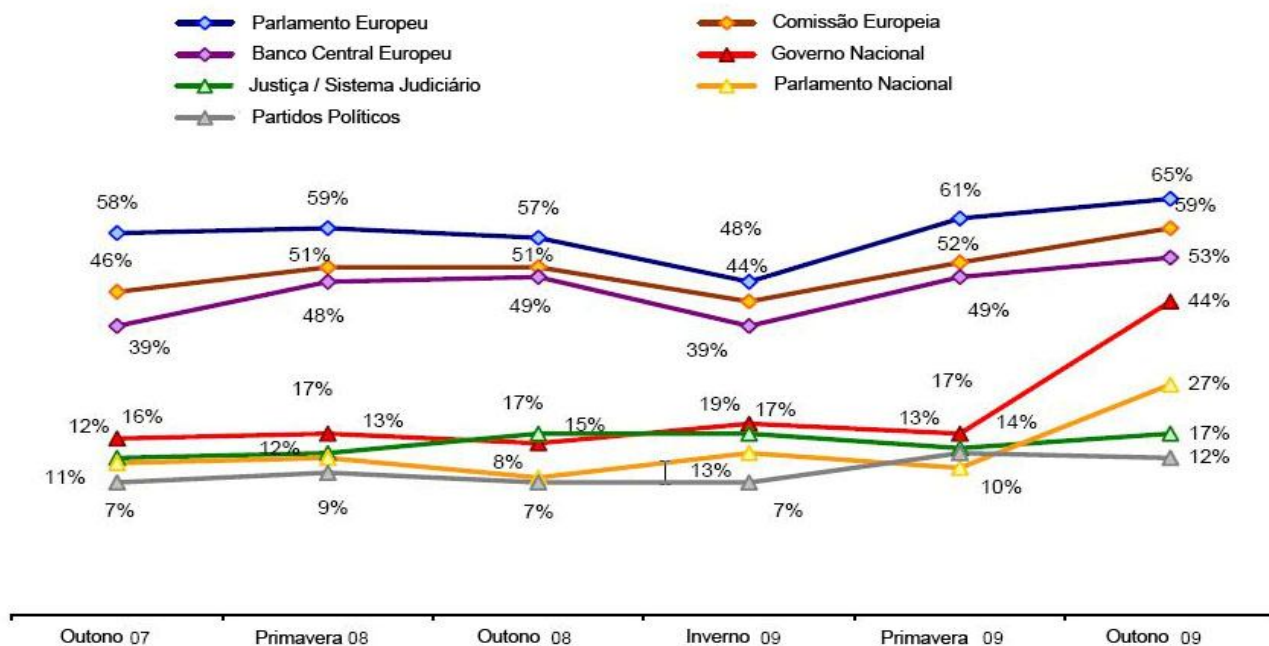


European Values Study (EVS) 2008

Assim durante muito tempo a Bulgária foi um dos Estados-membros com maior diferença entre a confiança nas instituições nacionais e nas europeias. No Outono de 2009 a confiança no governo búlgaro alcançou valores muito parecidos com os níveis de confiança nas instituições europeias, 44% de confiança no governo búlgaro e 59% de confiança na Comissão Europeia.

Quando 11. Confiança nas instituições (2).

QA10, QA14. Confiança nas instituições europeias e nas instituições búlgaras (% dos búlgaros que têm confiança)



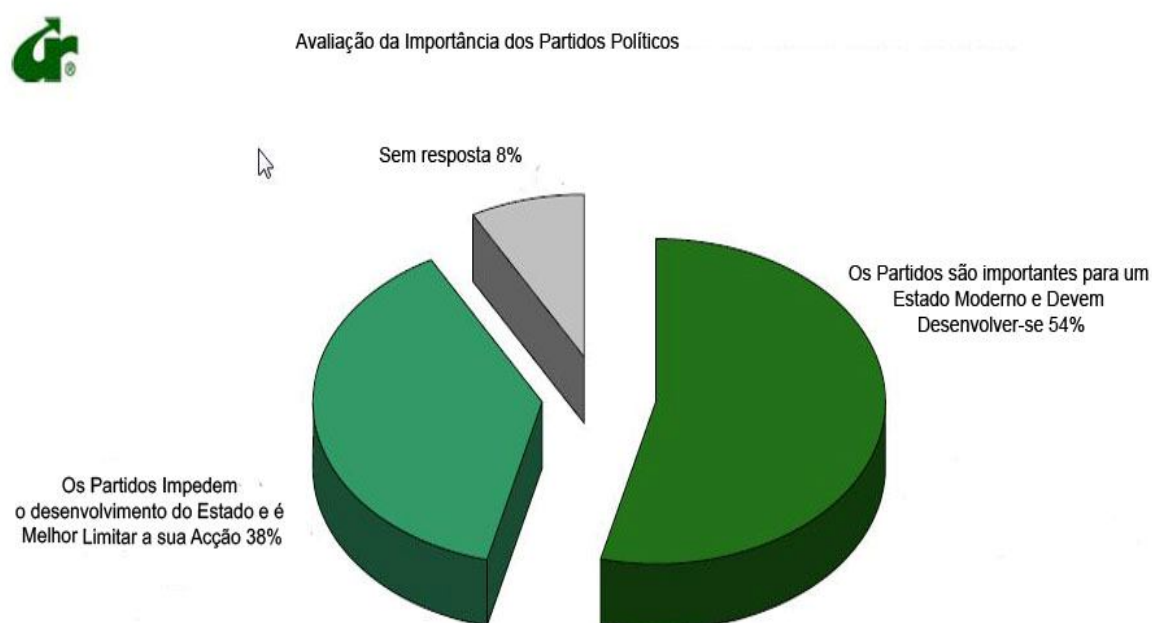
Eurobarometer 72, Public Opinion in the European Union, National Report, Bulgária, Autumn 2009

A confiança dos búlgaros nas instituições nacionais é tradicionalmente mais baixa em comparação com a média para a UE. Apenas no Outono de 2009 esta confiança subiu e 44% das pessoas declaram confiança no governo búlgaro. Estes dados são com 15% mais do que no resto da Europa e com 27% mais do que a confiança registada no país no Inverno de 2008. A média de confiança nos governos nacionais na UE27 é 29%.

A entrada em poder do novo governo da Bulgária teve um impacto significativo sobre a confiança dos búlgaros para esta instituição. Assim a confiança no governo aumentou de 17% a 44% entre a Primavera e o Outono de 2009. Foi registado também aumento com 17% da confiança no parlamento nacional.

A desilusão dos partidos políticos é também muito notável nos últimos anos antes da entrada na UE. A grande maioria, 80% da população, acha que os partidos búlgaros não têm capacidades de governar o país. Esta opinião é compartilhada por pessoas de todos os níveis sociais, que acham que as actividades dos partidos têm a ver com interesses pessoais ou partidários. Como resultados apenas 33% da população pensa que existem partidos que defendem os seus interesses. Afastados dos partidos políticos sentem-se pessoas de todos os grupos sociais e demográficos, a única excepção é a etnia turca, 58%, pensam que existe um partido que defende os interesses deles.

Quadro 12. Importância dos partidos políticos.



Alpha Research "Public Opinion 2006"

A dominante desilusão dos partidos leva cada vez mais ao aparecimento de partidos novos. Eles aparecem como alternativas e pouco tempo depois da sua formação têm acesso ao poder. Em 2005-2006 este papel tinham os partidos Ataka e

GERB, sendo que o apoio público para ambos os partidos é dominado pela mesma lógica.

Neste contexto, a Bulgária entrou na UE com um dos níveis mais baixos de confiança nas instituições - legislativas, executivas, judiciais, civis. Nos anos de transição não se notava nenhum período mais significativo durante o qual as instituições tinham a confiança da população. O modelo mais frequente é o aumento das expectativas nos primeiros meses depois da formação dum novo governo que diminuíam com o tempo até ao final do mandato. Existe um grande contraste em comparação com os outros países europeus em negativismo das pessoas em relação as instituições e a falta de confiança. A falta de confiança pode ser explicada como um resultado de uma série de particularidades no desenvolvimento histórico do país, os défices durante o período de transição como também a falta de regulamentos. Isto, por seu lado, torna-se um pressuposto para a fraca eficiência das instituições, do afastamento dos cidadãos do estado e a consolidação de modelos para a resolução dos problemas que eliminam as instituições estatais. Exactamente este modelo torna-se a base das práticas de corrupção, a criminalidade económica, etc.

Portanto a entrada na UE não assusta os búlgaros, mas ao contrário, o facto das instituições da UE terem tido uma maior confiança entre todas as instituições, mostra que os búlgaros queriam ter um centro de poder alternativo que guiasse a própria nação.

Esta confiança podia até ser interpretada como maior identificação política com a UE do que com o Estado-nação Bulgária, como desejo por parte das pessoas de serem cidadãos deste espaço supranacional do que do seu próprio estado. Mas este desejo de ser cidadãos da UE não sempre quer dizer que os búlgaros têm consciência para uma cidadania europeia.

Como foi dito anteriormente para Habermas a cidadania transnacional está ligada com a cidadania democrática, o que supõe “a socialização de todos os cidadãos numa cultura política comum”. Até que ponto os búlgaros têm esta cultura política que os vai associar à “cidadania europeia” pode-se ver nos dados sobre como os búlgaros aceitam a democracia. Para 83% dos entrevistados a democracia não tem outra alternativa, 50% aprovam a ideia de existir “um líder forte que não tome conta

do parlamento e das eleições”, e 55% pensam que o objectivo principal do estado nos próximos 10 anos deve ser “a manutenção da ordem no estado”. Existe também uma fraca tolerância para com as minorias, principalmente com a minoria cigana.

Ao mesmo tempo a cultura política búlgara tem aspectos positivos. A grande maioria dos búlgaros compartilha valores básicas para a comunidade europeia como a democracia e a liberdade. Para 83% dos entrevistados a democracia não tem alternativa, 57,6% acham que a liberdade pessoal é muito importante e que cada pessoa deve viver livremente e poder desenvolver-se sem obstáculos. Existe grande tolerância religiosa, apenas 12,3% pensam que existe apenas uma religião correcta. A grande maioria 41% acha que todas as religiões mundiais contêm verdades. Existe também uma tendência para o aumento da tolerância para as pessoas de outras raças e emigrantes, para estrangeiros em geral. Nota-se aumento das pessoas dispostas que o país seja aberto para cada um que queira viver lá. A maioria das pessoas não vêem os emigrantes como uma ameaça para a sociedade e para a vida cultural, mas apesar disto quase a metade das pessoas têm medo dos estrangeiros que vão para a Bulgária porque assim podiam ficar com menos postos de emprego e porque a criminalidade podia aumentar.

Assim comparando os negativos e os positivos da cultura política búlgara, pode-se concluir que a cultura política búlgara fica longe da noção normativa da cidadania europeia:

- Nota-se uma separação clara entre identidade e cidadania, falta a consciência de identidade político-civil;
- Existe uma forte identidade nacional, percebida etnicamente, que se encontra fora da consciência de cidadania nacional e não expressa pertença à comunidade política do Estado-nação. O Estado-nação foi dividido em búlgaros étnicos e um Estado não respeitado por eles;
- Existe o desejo de cidadania europeia como consciência de pertença à UE, mas falta identidade europeia e consciência civil europeia;
- A integração na UE é um facto muito importante do ponto de vista da cultura de certas políticas civis e do ponto de vista do poder disciplinar alternativo.

Isto quer dizer que existe uma identidade nacional fora da cidadania nacional e desejo de cidadania europeia fora da identidade europeia; a identidade real búlgara está a procurar a sua pertença civil utópica. As consequências desta ambiguidade podiam ser diferente:

- Muitas pessoas vão fugir do país apesar de estar orgulhosos de serem búlgaros, porque se estão a identificar com o Estado Bulgária, mas não têm confiança nenhuma nas instituições. Se pessoas jovens e qualificadas deixarem o país, o resultado vai ser uma auto-isolação do estado, a sua separação da “comunidade do conhecimento”;
- A maioria das pessoas valorizam tudo o que é búlgaro, mas com a falta de identidade civil existe o perigo que tudo búlgaro, entendido como búlgaro étnico, seja cada vez mais substancializado. Com a crise do sistema democrático e a aspiração declarada de ordem podia aparecer um cenário político autoritário e nacional-populista. Isto quer dizer que não existe ordem no estado, e alguns “outros”, vistos como “alheios” parecem obstáculos. Assim o povo vai ter que procurar o seu líder autoritário e o país vai fechar-se e auto-isolar-se;
- A UE vai cultivar as práticas civis na Bulgária e pouco a pouco junto com a identidade cultural nacional vai começar a aparecer consciência civil.

Supostamente nos próximos anos na Bulgária vai estar presente uma mistura dos três cenários. A separação da identidade nacional da consciência política e civil é um fenómeno alarmante, pois compromete os princípios básicos do estado democraticamente construído.

3.2. O nacionalismo búlgaro

Segundo a investigação, realizada na Bulgária, “O Estado da Sociedade” (2002-2006-2007), nos anos 2005 e 2006 mesmo na véspera da entrada na União Europeia, quando se faziam todo tipo de esforços para ser evitado eventual adiantamento da integração, a retórica nacionalista foi muito forte. De repente

aumentou o número de formações nacionalistas no país, um fenómeno típico para os novos estados-membros logo depois da entrada na UE.

Segundo Benedict Anderson, o nacionalismo é resultado do declínio de três importantes fenómenos, que garantiam a união das formações religiosas e dinásticas durante a Idade Média - a função decrescente das línguas e religiões sagradas; a legitimidade reduzida das dinastias tradicionais e do poder monárquico; a destruição da noção de história sagrada como um modelo do novo tempo. Assim nos dias de hoje aparece o desejo dum novo tipo de comunidades, que sejam capazes de recriar o sentimento de pertença comum.

Segundo Ernest Gelner (2001) e Eric Hobsbawm (1998), o nacionalismo estava a desaparecer. A nova história mostra, porém, que o nacionalismo está muito mais vivo daquilo que é pensado, por exemplo na ex-Jugoslávia e a ex-União Soviética. Os nacionalismos modernos são diferentes dos nacionalismos anteriores que tinham como objectivo o estado e que criavam nações, que tinham como base a união entre o Estado e a nação. Neste momento a situação é diferente, não sempre o Estado e a nação coincidem, existem nacionalismos fora do estado e nacionalismos dentro do estado. Cada vez mais o nacionalismo torna-se cena de confrontos ferozes entre minorias e maiorias, (Brubaker, 2006). Neste sentido os nacionalismos contemporâneos, a diferença dos nacionalismos característicos durante a ascensão dos Estados-nação, que tinham o papel de homogeneizar, hoje estes são separadores, que sublinham a diferença.

Os nacionalistas apoiam um grupo de critérios que definem a nação: a língua comum, a cultura comum e a pertença a um grupo étnico. Estes critérios definem a identidade nacional. Para os nacionalistas a pertença à nação é um facto inadvertido e único. Isto significa que ninguém pode tornar-se membro da nação como se fosse um partido ou organização.

O século XX foi o período de explosão da globalização, o que ocasionou um grande movimento disseminador de culturas e integrador entre os países. Com isso o nacionalismo, antes tratado com ênfase por alguns países, foi tornando-se um assunto de pouco interesse, já que, o propósito do momento era meramente internacionalizar economias, ou melhor, a globalização abrangeu a política,

segurança, comunicação, entre outros. Mas a partir do século XXI, esta característica globalizante está saindo um pouco da cena, dando destaque novamente ao nacionalismo, principalmente quando se trata de países em desenvolvimento, como é o caso dos países da Europa de Leste.

Logo, é possível concluir que esta análise dos termos globalização e nacionalismo, nos trás uma visão de interacção entre eles, já que a globalização ocasionou muitos desafios à economia, cultura, e a política dos actores internacionais – Estados. Contudo o novo nacionalismo conduzido por alguns países, ainda consegue assegurar uma manobra por parte do Estado em seu território, dessa forma a globalização estimulada por instituições supranacionais não deve ser encarada como uma forma de roubar a legitimidade do Estado. A soberania apesar desse processo se mantém intacta, e assim podemos afirmar que o nacionalismo e a globalização não são termos que se estão a excluir, pelo contrário podem andar lado a lado.

Quando se fala de nacionalismo búlgaro tem que se ter em conta as suas particularidades desde o seu aparecimento e os processos que decorreram no final do século XIX no território do país. A construção de nações na Europa Ocidental aconteceu com a transição de sociedade feudal para sociedade industrial e aconteceu junto com o desenvolvimento económico e tecnológico. Por isso aparece a ideia de que as bases das nações são as leis comuns, a igualdade dos cidadãos e o território comum (Dimitrov, 2001).

Na Bulgária pode ser observado um processo de desenvolvimento do nacionalismo que durante o período antes da Segunda Guerra Mundial podia ser definido como “nacionalismo defendido e subordinado”, e no período depois da Segunda Guerra Mundial como nacionalismo comunista ou comunismo nacionalista. Este é um nacionalismo com o qual se estava a expressar uma certa dominação em relação a União Soviética como uma metrópole.

Depois do desmembramento da União Soviética o nacionalismo da Europa do Leste virou-se para o Ocidente com a esperança de melhor adaptação e integração. Mesmo assim os países do Leste ficaram na periferia da Europa.

Mas a necessidade de alargamento da UE criou a necessidade de mudanças nas visões nacionais e supra-nacionais na Europa Ocidental. Trata-se da criação de capacidade das forças de integração europeia de absorver os diferentes tipos de nacionalismos. Assim a necessidade de sincronia e standardização com as culturas é a tarefa principal depois da integração. Neste sentido a integração não é uma ameaça para a identidade nacional, ela é capaz de fortalecê-la.

Em muitos lugares do mundo o nacionalismo não é considerado uma noção positiva. É visto como xenofobia, agressão e chauvinismo, como demonstração de supremacia da própria nação sobre as outras. Isto é muito típico para países como a Bulgária, onde o período depois de 1944 é altura para curar as mágoas de catástrofes nacionais, portanto o nacionalismo é visto como algo negativo. Por isso durante décadas o nacionalismo é substituído pelo termo patriotismo, com o seu significado de amor à pátria, apesar de este estar mais ligado ao território.

Em contrapartida o nacionalismo tem muitos outros significados, inclusivamente positivos. Este pode ser agressivo ou defensivo, pode estar ligado ao sentimento de supremacia em relação aos outros, mas também simplesmente defender o seu povo, pode ser político ou étnico. Em primeiro lugar o nacionalismo é uma ideologia que põe no centro a defesa dos interesses não de um grupo de indivíduos na sociedade, mas sim dos interesses nacionais e capacidade dos diferentes indivíduos de ter responsabilidades e obrigações para com a nação como um todo.

A noção de nacionalismo tem pelo menos dois significados correspondentes aos dois tipos da noção de nação, étnica (oriental) e civil (ocidental). Portanto temos também dois tipos de nacionalismos, étnico e civil. O nacionalismo étnico tem a ver mais com a necessidade de que todos os indivíduos pertencentes a mesma comunidade étnica, ligados com história tradição, cultura e língua comuns, sejam unidos num estado e num território, e quando não existe esta união, ele estimula expansão para atingir esta união. Quando uma determinada comunidade étnica encontra-se dentro dum Estado com outras comunidades, isto provoca tendências separatistas (Dinkov, 2008).

Nas condições de globalização o mundo está dividido entre o nacionalismo étnico e o civil. Por um lado, o renascimento étnico e o nacionalismo étnico encontram-se em auge em muitos lugares do mundo, o que leva ao desmembramento de nações civis unidas, à separação de territórios étnicos em nações diferentes. Foi isto que aconteceu nos territórios da ex-URSS, que estava a tentar construir uma nação civil unida de povoação etnicamente diversa. A mesma coisa aconteceu na Jugoslávia.

O nacionalismo civil ou político supõe lealdade e disposição de ter obrigações para com uma determinada comunidade política, onde todos são cidadãos iguais sem ter importância a sua origem étnica ou cultural. Este, porém, também pressupõe a criação de língua e cultura comuns, leis para todos os membros da nação que tem direitos iguais independentemente da sua raça, sexo, etnia ou religião. Neste sentido, a diferença do nacionalismo étnico, que exclui as outras etnias, este os inclui e por conseguinte é muito mais assimilativo porque sendo cidadão de um país aceita-se a sua cultura, língua, história como próprios e tem que se ser leal. É por isso que em países como os EUA, Inglaterra, Holanda, etc. cada um pode ser cidadão, vindo de qualquer das comunidades étnicas ou religiosas existentes, mas para receber cidadania tem que saber a língua, conhecer a cultura e a história do país concreto para poder integrar-se.

O nacionalismo búlgaro é um fenómeno local e tardio na história europeia, uma ressonância de processos que estavam a acontecer activamente na Europa Ocidental, especialmente depois de 1848 e o auge dos movimentos de libertação nacional. Nele aparecem tanto elemento de nacionalismo étnico e cultural típico da Alemanha, tanto elemento do nacionalismo civil francês. Ele desenvolve-se em condições de clara determinação da nação étnica búlgara e tem carácter predominantemente étnico. Tendo em conta as diferentes etnias que vivem no território búlgaro, no nacionalismo búlgaro podem ser encontrados também elementos de nacionalismo civil. Exactamente por causa do seu carácter fortemente étnico, este tipo de nacionalismo integra de maneira mais difícil as restantes comunidades em torno de uma identidade comum.

A Revolta de Abril, a Unificação e a Guerra Balcânica são uns dos períodos mais fortes de auge nacional, sentido de pertencer a um todo e capacidade de fazer sacrifícios por este todo. Os búlgaros criam o seu estado nacional moderno depois da maioria das nações na Península Balcânica. Ao mesmo tempo o Renascimento búlgaro foi um período mais curto e cheio de contradições, a nacionalismo búlgaro depois da libertação foi esmagado depois duma série de catástrofes internacionais, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, etc., relacionadas com tentativas de incluir a população que falava búlgaro dos países vizinhos no território búlgaro. Infelizmente para um pequeno e dependente país estas ambições levaram a muitas catástrofes que influenciaram, a ainda fraca, consciência nacional.

Exactamente como uma reacção ao nacionalismo depois de 1944 apareceu um regime supra-internacionalista. Nos anos 70 e 80 o socialismo estatal na Bulgária tentou usar o aumento da identidade nacional, a temática patriota, a volta à história para consolidação do orgulho nacional e a compensação da erosão dos valores socialistas que legitimavam o sistema político. A comemoração dos 1300 anos da criação do estado búlgaro (no ano 1981) tornou-se um evento extraordinariamente grande e caro. A culminação desta tendência foi o “processo renascentista”, que copiou em certos aspectos experiencias de outros países como a Turquia e a Grécia. A queda do regime socialista na Europa Oriental, porém, levou ao fracasso deste tipo de nacionalismo socialista.

O atraso do desenvolvimento búlgaro em comparação com os países da Europa Ocidental e a necessidade de alcançar o nível destes países pressupõem mobilização para sair desta situação. Esta mobilização podia ser realizada com sucesso depois de serem encontrados tradição, cultura, historia e ideias comuns que unissem as pessoas e dessem para eles vantagens e esperanças que podiam alcançar ou até superar os mais desenvolvidos. O problema é que com o desenvolvimento da época moderna a distância entre um pequeno grupo de nações desenvolvidas e a o resto dos povos não diminui, mas ao contrário, está a aumentar. Paralelamente com o desenvolvimento das comunicações e a informação isto leva a comparação dos sucessos e dos fracassos das nações, nas menos desenvolvidas nascem complexos e deformações.

Entre as muitas identidades de cada pessoa, o Estado-nação impõe no séc. XX a identidade nacional. E cada identidade é possível e se desenvolve em comparação com outras identidades. Portanto cada nação tenta guardar a sua auto-estima, o seu orgulho, procurando no seu passado e presente argumentos que não a façam pior ou inferior das outras. Quando nesta comparação são encontrados vários factores que mostram bastantes atrasos em relação às outras nações aparecem graves complexos. Por exemplo, culpar os outros para os próprios fracassos, ou procurar salvação de fora, dos que tem sucesso e copiar as suas acções e modelos com a esperança de ter um sucesso igual.

Isto cria contradições entre identidade nacional real e identidade nacional desejada, que é típico para os Estados-nação que se desenvolveram mais tarde na época moderna como o estado búlgaro, onde a transferência de modelos e o processo de europeização tem importância chave no desenvolvimento. Assim aparece a duplicidade da identidade nacional ou étnica, falta de coincidência entre o “eu” real e o “eu” desejado, de sentimento de estatuto sócio-histórico inferior da própria nação e o desejo de esta ocupar um lugar conveniente no mundo contemporâneo.

Por um lado, vendo os salários 20 vezes menores do que no resto da Europa e a alta criminalidade, aparece o sentimento de distância étnica entre o “eu” e os “outros” e o desejo de ser como os “outros”, Por outro lado, aparecem pessoas que estão a demonstrar uma auto-estima exagerada que criam mitos para uma supremacia nacional, declarando que o estado búlgaro é o mais antigo, mais heróico e mais importante do que os outros estados.

No tipo de modernização de recuperação, o que aconteceu na Bulgária, o atraso provoca duas reacções extremamente contrárias em relação a Europa Ocidental, mitologias supra-patrióticas para o estado mais antigo e grandioso no continente, para o povo mais inteligente e trabalhador, por um lado, e auto-negação niilista e respeito extremo aos poderes externos, por outro lado. A autodefinição nacional torna-se indecisa, específica, mas provoca um comportamento de duplicidade.

O refúgio no outro ou o refúgio em si mesmo são os dois destinos pelos quais pode ir a complexidade nacional por causa das diferenças étno-nacionais no sistema

mundial. O refúgio em si mesmo e o constante elogio da própria história, passado, origens, valores, etc. muitas vezes manifestam-se em chauvinismo e xenofobia. E ao contrário, o refúgio no outro provoca niilismo nacional, desejo de abandonar o estado, de ser outro, pouco auto-estima nacional. As múltiplas catástrofes nacionais fizeram o búlgaro mais capaz de fugir de si mesmo, em vez de ficar fechado em si. O niilismo nacional foi sempre mais forte do que o nacionalismo, e o chauvinismo e a xenofobia são fenómenos marginais em todas as etapas da história moderna do país a diferença da história dos outros países balcânicos.

Desta maneira o desenvolvimento de recuperação vem acompanhado por complexos claros e outros escondidos de culpa e deficiência, pelo balanço entre a insatisfação constante de si próprio e o elogio do Ocidente, por um lado, e pela volta inadequada ao passado, a história e o acento exagerado sobre este passado, onde se procura apoio para auto-estima e identidade, por outro lado.

As tentativas de serem usados modelos estrangeiros na Bulgária, de ser copiado algo que nasceu em outras condições, em vez de desenvolver o país, muitas vezes tiveram carácter destrutivo e não um efeito socioeconómico, político e cultural acelerado. A combinação de identidade nacional búlgara e as conquistas da Europa resulta um processo difícil e contrário. As tentativas de serem copiados modelos externos, que tiveram sucesso para princípios relativamente simples, são extremamente complicados e negativos quando se trata de inovações institucionais e mercantis complexos que não tem raízes na realidade búlgara.

Ficando muitas vezes em frente das contradições daquilo que é ela própria e daquilo que são os outros, daquilo que quer ser e daquilo que lhe impõem ser, a identidade dos búlgaros torna-se instável. As periódicas crises nacionais tornam-se crises da identidade.

Por causa disto tudo, na Bulgária depois de 1989 existem muito menos condições sócio-psicológicas, não só para a criação de partidos nacionalistas e patrióticos, mas simplesmente para postura da elite política que o faça capaz de lutar pelos interesses nacionais. Isto torna a identidade búlgara e a auto-estima nacional menos sólidas e resistente, não cria raízes para defender as posições nacionais e a

identidade nacional, torna-se condição prévia para uma negação mais fácil desta identidade, maior disposição para obedecer as forças exteriores.

O próprio partido comunista estava a levar a culpa para o processo renascentista, o que impediu a troca desta ideologia transitória com o nacionalismo e levou a versão ocidental da social-democracia. A diferença do partido socialista sérvio, o Partido Socialista Búlgaro desistiu de trocar a fracassada importância da sua identificação ideológica com a nacionalista. Novas fontes de legitimidade foram procuradas no sentido da europeização e não do nacionalismo, nos valores europeus e universais e não na especificidade do búlgaro.

Através do “processo renascentista” de troca dos nomes muçulmanos o partido comunista realizou uma forma extrema de homogeneização nacionalista, e na sua negação grande parte da nova oposição considerou, segundo a lógica da negação, uma forma extrema de anti-nacionalismo. As formações com ideias nacionalistas não conseguiram ocupar um lugar importante na sociedade até a primeira metade do séc. XXI. Esta foi a diferença com a Sérvia, que em todos os casos de catástrofes nacionais na Bulgária, encontrava-se do lado dos vencedores, e as ideias de identidade nacional importante e única neste estado foram muito mais fortes do que na Bulgária.

O outro motivo é que durante todo o período da “guerra fria” os povos jugoslavos estavam a demonstrar um caminho de desenvolvimento independente, o que lhes deu auto-estima e disposição de ter em consideração a pressão e os modelos exteriores. Outra foi a situação na Bulgária, que durante décadas tinha perdido a sua auto-estima de lutar por causas, que não eram aprovadas pelos grandes poderes, e o reflexo, formado no ex-partido comunista, de ter em consideração os outros, agora está orientado para a União Europeia e não para a ex-URSS e para a busca de legitimidade através do processo de europeização.

Nos anos 90 os partidos, os média, e os eventos nacionalistas ficam com influência relativamente periférica. Aparecem vários partidos e organizações que proclamam o nacionalismo e o patriotismo, mas a sua influência é limitada.

O início das mudanças chegou finais dos anos 90 e o início do séc. XXI. O primeiro que sentiu as diferenças foi Ahmed Dogan. Enquanto o primeiro-ministro

naquela altura Ivan Kostov declarava que o nacionalismo estava “morto”, ele começou a falar da necessidade de “nacionalismo liberal” e “moderado” a base de “ideia nacional actualizada e limpa de atmosferas conflituosas”.

As tendências de aumento da componente nacional na política tornaram-se mais fortes em 2005. A razão principal foi a tendência de desaparecimento das possibilidades transitórias de legitimação dos partidos pela linha comunismo - anticomunismo, quando a ameaça do inimigo unia as pessoas num todo.

Paralelamente começou a crise da total negação de grande parte da classe política, que é considerada corrompida e anti-populacional. A desilusão do período de transição é característica para grande parte da população. Com a crise do anticomunismo como característica chave da consolidação de novas forças políticas, eles são obrigados de procurar novas bases de legitimação. Estes não podem ser encontrados nas ideologias ocidentais da social-democracia, liberalismo ou conservatismo, que parecem vazios na opinião da maioria das pessoas. Foi consumida também a situação de “libertador de fora” na cara de Simeão II e o único que ficou foi o voto nacionalista que contem grande elemento populista. Neste ambiente o nacionalismo parecia um recurso insuficientemente explorado e assim a ideia patriótica e nacional entrou nos slogans de todos os partidos.

Depois da total privatização grande parte da população foi perdendo do assim chamado período de transição, o que aumentou o negativismo e a negação de todos os partidos que participaram na transição. Pode-se acrescentar também o balanço étnico em mudança, o que fortaleceu as posições do Movimento de Direitos e Liberdades, cujos resultados nas eleições andam a crescer.

Todos estes processos tiveram a sua culminação nas eleições parlamentares em 2005. Todos os partidos apostaram na Bulgária e em tudo búlgaro. A direita mandou para trás a democracia, a esquerda, o socialismo. O poder político que conseguiu ganhar forças nestes processos foi Ataka. Mas aquilo que aconteceu e o que está a acontecer na Bulgária não se pode perceber sem o contexto e os processos globais.

3.2.1. Partidos Nacionalistas

Os dois partidos nacionalistas que recentemente apareceram na Bulgária são Ataka, que foi construído em Junho de 2005 e GERB¹⁷, nascido em Março de 2006 como uma ONG e tornando-se formação política em 3 de Dezembro de 2006. Ambos se encaixam no clima populista que tomou o poder em 2001 com a eleição do ex-czar Simeão II como primeiro-ministro após a vitória do seu partido, o Movimento Nacional para a Estabilidade e o Progresso nas eleições parlamentares. A tática vencedora de Simeão de Saxe-Coburgo-Gota é caracterizada pela sua presença insistente nos meios de comunicação e por evitar a especificação da sua agenda política, enfatizando por sua vez o seu carácter de homem de negócios estranho para a política.

Parece que os dois líderes dos partidos começaram pelo mesmo caminho: o líder do Ataka, Volen Siderov, jornalista (em 2000 ganhou o premio da União dos Jornalistas Búlgaros), e desde 2005 participa num programa de televisão Ataka. Através das suas acções, caracterizadas por uma linguagem fortemente xenófoba e às vezes fascista, denunciava a corrupção da classe política búlgara e atribuía as causas da falta de crescimento económico às minorias étnicas. O líder de GERB Boiko Borisov, em contrário, apesar de ter vindo do centro do poder, inicialmente fundou uma ONG que, depois, se tornou um partido baseado mais a relações de lealdade pessoal do que a ideias políticas (Ragazzi, 2007).

Nas eleições legislativas de 25 de Junho de 2005, a Coalizão para a Bulgária¹⁸ venceu por maioria, com 34% dos votos, e ganhou 82 representantes e para primeiro-ministro foi eleito Serguei Stanishev. O governo que se formou incluía a Coalizão para a Bulgária, o Movimento Nacional Simeão II e o Movimento pelos Direitos e Liberdade. A União Nacional Ataka, evidentemente nacionalista,

¹⁷ Cidadãos pelo Desenvolvimento Europeu da Bulgária (as iniciais em búlgaro GERB significam escudo) é um partido político de centro direita fundado em 2006. O seu actual líder e Primeiro-ministro búlgaro é Boiko Borisov, ex-polícia e ex-prefeito da capital Sófia. Nas eleições parlamentares de 6 de Julho de 2009 o partido ganha 39,7% dos votos.

¹⁸ A Coalizão para a Bulgária é o nome usado desde 1999 para as coligações políticas, construídas pelo Partido Socialista Búlgaro e outras organizações satélites menores.

surpreendentemente ganhou 9% dos votos e 21 dos 240 assentos e se tornou o quarto grupo parlamentar.

A ideologia da União Nacional Ataka inclui muitos estereótipos nacionais. Referem-se à unidade da nação búlgara, afirmam a supremacia do Estado e da nação búlgara sobre as minorias étnicas e religiosas, dão à Igreja Ortodoxa da Bulgária o poder legislativo e de tomada de decisão de governo e apresentam a necessidade de ensino da religião na escola primária.

A onda de nacionalismo parecia ir principalmente contra a etnia turca, presente principalmente no sul e no leste do país, que representa 9% da população e é a maior minoria. Este grupo étnico é provavelmente o mais politizado sendo representado no Parlamento pelo Movimento pelos Direitos e Liberdade, embora a Constituição define a Bulgária como um "estado uninacional" e que no país estejam expressamente proibidos os partidos étnicos. Neste contexto, parece importante a manifestação anti-turca organizada em Sófia, em Março de 2006, por ocasião da libertação do "jugo otomano" 128 anos atrás, quando o líder de Ataka afirmou que "a Bulgária ainda não é um país livre, mas ainda sobre ela pesa o jugo turco. "

O voto de protesto da população búlgara apareceu nas eleições presidenciais de Outubro de 2006, que no primeiro turno, o líder do Ataka ficou em segundo lugar (21,5% dos votos) após o vencedor Georgi Parvanov, que ganhou no primeiro turno 64% dos votos e 76% no segundo turno (foram realizados dois turnos porque não foi atingido o quórum necessário de 50%, a taxa de participação foi de 42,51%) (Dados do Instituto Nacional de Estatística da Bulgária).

Durante as eleições para o Parlamento Europeu em 20 de Maio de 2007, as primeiras desde a entrada da Bulgária na União Europeia (1 de Janeiro de 2007) foram eleitos dezoito deputados, a coalizão União Nacional Ataka conseguiu 3 representante, ganhando 14% dos votos. Estas eleições foram realizadas num atmosfera de falta de comunicação entre a população, profundamente decepcionada, e a classe política. Votaram apenas 28% da população (quase sete milhões), enquanto, entre a população turca e cigana a afluência foi de 60-70%. Esta baixa participação foi interpretada como um sinal de protesto e descontentamento com a classe dominante.

Neste partido pode ser encontrada uma corrente que pretende redefinir alguns dos acordos, assinados com a UE, que considera que vão contra os interesses do país. A luta para o encerramento dos reactores nucleares de Kozloduy¹⁹ duas semanas antes da entrada da Bulgária na UE é significativa neste sentido.

Boiko Borisov, criador de GERB, escolheu dar ao seu partido um carácter europeísta, além dum nacionalismo marcado. As trezes estrelas do seu símbolo são semelhantes aos da bandeira europeia, ao que é adicionada a estrela nacionalista búlgara, que representa as tradições nacionais. O partido visa melhorar as condições de vida dos cidadãos e usa a mesma retórica populista presente em Ataka. Neste caso uma característica particular que caracteriza o partido é a importância do líder carismático, sem oposição, num partido que se distingue por um baixo grau de democracia interna.

O líder formal de GERB foi Tsvetan Tsvetanov, enquanto Borisov era prefeito de Sofia (2005-2009) e não podia, segundo a lei, desempenhar ambas as posições, mas Tsvetanov era um mero executor da vontade de Borisov. O partido afirmou ter três prioridades: a luta contra o crime organizado, a educação dos jovens no seio da família e a independência energética da Bulgária. Em relação às decisões no cenário europeu, GERB está alinhado com os cristão-democratas alemães, com os quais compartilha o compromisso ambiental e a ideia duma "Europa das Nações", em oposição à tese federalista.

No plano económico, o partido optou pelo liberalismo, tem como objectivo eliminar os impostos sobre o investimento em sectores estratégicos, reduzir os impostos directos, realizar privatizações, a luta contra os monopólios e descentralizar o fisco. GERB considera o papel do Estado na economia sufocante e pretende reduzi-lo, para poder assim também criar oportunidades para a expansão do capital privado.

¹⁹ A usina Nuclear de Kozloduy, situada a 200 km a norte da capital, é a única central nuclear na Bulgária, que foi construída em 1970. Segundo um acordo entre a Comissão Europeia e o governo búlgaro, os reactores 1 e 2 foram desconectados em 2002, e os reactores 3 e 4 em 2006. Ficaram a funcionar apenas os reactores mais novos 5 e 6. A usina fornecia 44% das necessidades de electricidade da Bulgária e permitia ao país exportar 20% da sua electricidade a Sérvia, a Roménia e a Turquia.

Os eleitores de GERB não procuram, como os de Ataka, uma mudança drástica do sistema, mas sim novas figuras políticas, que são procurados com a exigência de não terem antecedentes e não terem trabalhado para as agências de espionagem. No que diz respeito à questão da nacionalidade, Borisov eliminou as referências xenófobas do seu vocabulário, e, apesar de ter discutido com o Movimento dos Direitos e Liberdades, se comprometeu a cooperar tanto com a minoria turca, como com a cigana, garantindo a sua representação.

No que diz respeito às eleições para o Parlamento Europeu, GERB conquistou a maioria, com 21,68% dos votos e 5 lugares, ganhando à Plataforma dos Socialistas Europeus (21,41% dos votos e 5 lugares), o Movimento pelos Direitos e Liberdades (20,26% dos votos e 4 lugares), a União Nacional Ataka (14,20% dos votos e 3 lugares) e do Movimento Nacional Simeão II (sede 6,27% e 1 lugar). O sucesso com que o GERB ganhou a coligação que estava no poder naquela altura, fez com que Borisov solicitasse eleições antecipadas para Outono de 2007, "antes que a Bulgária perca tudo o que pode perder."

Com o tempo GERB e o seu líder Boiko Borisov iam ganhando a confiança da população e nas eleições parlamentares de Julho de 2009 ganharam a maioria dos votos (39,7%), sendo que por pouco o partido não conseguiu uma maioria absoluta na Assembleia do país.

3.3. Características da identidade nacional búlgara no contexto de integração europeia

Para se poder falar de identidade nacional é preciso uma certa nação ter ou conservar a memória para isto num determinado espaço histórico ou pátria, ter mitos, tradições e memórias históricas comuns, possuir uma cultura espiritual pública, seguir as exigências dum estilo de vida comum, seguir regras e obrigações comuns em relação a instituição ou a organização que representa esta comunidade, ter uma vida económica e mobilidade dentro dum determinado espaço comuns, ter a sua própria língua que conserva independentemente do lugar onde se encontra esta

comunidade, ter uma religião determinada que seja base do seu modelo étnico e social, ter os seus próprios símbolos, bandeira, hino, moeda, destino histórico compartilhado e responsabilidade para com o futuro, mentalidade comum, consciência comum. (Smith, 1991). Sendo que algumas destas características são constantes, outras variáveis (por exemplo a língua na Áustria ou na Suíça não é factor para a construção da identidade nacional).

A identidade nacional búlgara tem um carácter ambíguo. Dentro da identidade nacional búlgara coexistem numa união as características orientais e as ocidentais. Apesar de fazer parte do espaço geográfico e cultural da Europa ainda no século VII, a influência da cultura política e espiritual europeia é muito forte na última etapa do Renascimento, durante a revolução de independência nacional e depois da Libertação. Exactamente estas características históricas junto com as tecnologias da Alemanha, Austro-Hungria e Itália, na sociedade búlgara ficam fortemente enraizados os princípios político-económicos modernos e as ideias culturais e políticas da Europa. Por outro lado, a religião comum, a língua semelhante, a lembrança dos libertadores russos provocam o sentimento de proximidade com a Rússia e os países da Eurásia. Assim os búlgaros ficam ao mesmo tempo perto e ao mesmo tempo longe da Europa. Mas esta ambiguidade na identidade nacional dos búlgaros, não devia ser uma contradição, mas sim uma unidade. Os búlgaros têm que perceber que a sua identidade foi construída naturalmente sob a influência de dois núcleos civilizacionais, de dois centros geopolíticos. Esta síntese os búlgaros só podiam ganhar tornando-se numa das unidades estáveis entre os diferentes espaços socioeconómicos e culturais do sistema global, mais precisamente entre a Europa e a Eurásia.

Em plano etno-genealógico os búlgaros são herdeiros da tradição estadual dos proto-búlgaros, da arte e da cultura dos trácios, do amor a liberdade e da tolerância dos eslavos. O estado búlgaro não é apenas o primeiro estado construído dentro do Império Bizantino Oriental, mas também um dos primeiros estados no continente europeu. Assim a Bulgária é construída como um dos primeiros modelos no mundo de convivência interétnica voluntariamente realizada.

O facto de a Bulgária transformar-se num país cristão em 864 é um elemento crucial para o desenvolvimento cultural do país e para o desenvolvimento histórico dos Balcãs e da Europa.

É importante também a contribuição dos irmãos Círiilo e Metódio, que criaram o alfabeto cirílico. Com a chegada a Bulgária dos alunos dos dois irmãos são criados muitos centros literários, e o estado búlgaro transformou-se num centro principal da literatura e da escrita eslavos.

O domínio otomano impediu a desenvolvimento dos búlgaros durante quatro séculos, afastando-os das tradições e valores europeias.

Nos processos contemporâneos de globalização papel básico tem a posição geográfica, tanto geopolítica como estratégica, da Bulgária. Como uma zona estável na Península Balcânica, a nação búlgara tem as capacidades de se transformar em intermediário económico, político e cultural entre dois mundos e ter papel importante no diálogo entre tradições, valores e ideais diferentes.

Na consolidação dos processos de globalização, principal importância tem a questão se as nações pequenas vão conseguir manter a sua cultura e características únicas, ou serão progressivamente assimiladas e desnacionalizadas. Exactamente esta questão define a importância do problema da identidade nacional para países como a Bulgária. Por isso o estudo da dinâmica histórica da autodefinição nacional búlgara ajuda para maior entendimento da situação contemporânea da identidade nacional.

Portanto o destino dos búlgaros desde a recuperação do Estado Búlgaro no século XIX até hoje é um processo contínuo de auto-identificação e de auto-determinação. O caminho da Bulgária rumo a Europa desde o Renascimento é um exemplo para as mudanças na identidade nacional dos seus cidadãos. As mudanças na história búlgara relacionadas com a queda do comunismo provocaram alterações na atitude dos búlgaros em relação à sua identidade, e portanto a tudo que é alheio, ou mais concretamente à comunidade europeia. Os valores dos búlgaros mudaram quase ao invés.

Um exemplo muito significativo para a mudança dos valores dos búlgaros e a mudança da orientação "Oriente - Ocidente" é a eleição do ex-monarca búlgaro

Simeão II para primeiro-ministro em 2001. Parece que a alteração da orientação está ligada ao conhecido mito para a salvação, ao mito da libertação dos búlgaros, que vem sempre do exterior.

Até há pouco tempo o libertador e o salvador foi a Rússia e a União Soviética. Depois foi Simeão II, que por um lado é “próprio”, por outro é “estranho”, herdeiro dos Saxe-Coburg-Gothas que vivia na Espanha, mas filho do último rei (czar) búlgaro Boris III. Assim chega-se à história e a procura de resoluções dos problemas actuais no passado e nos estereótipos tradicionais, o que foi provocado pelos governos fracassados da direita e da esquerda que estavam sempre a mudar.

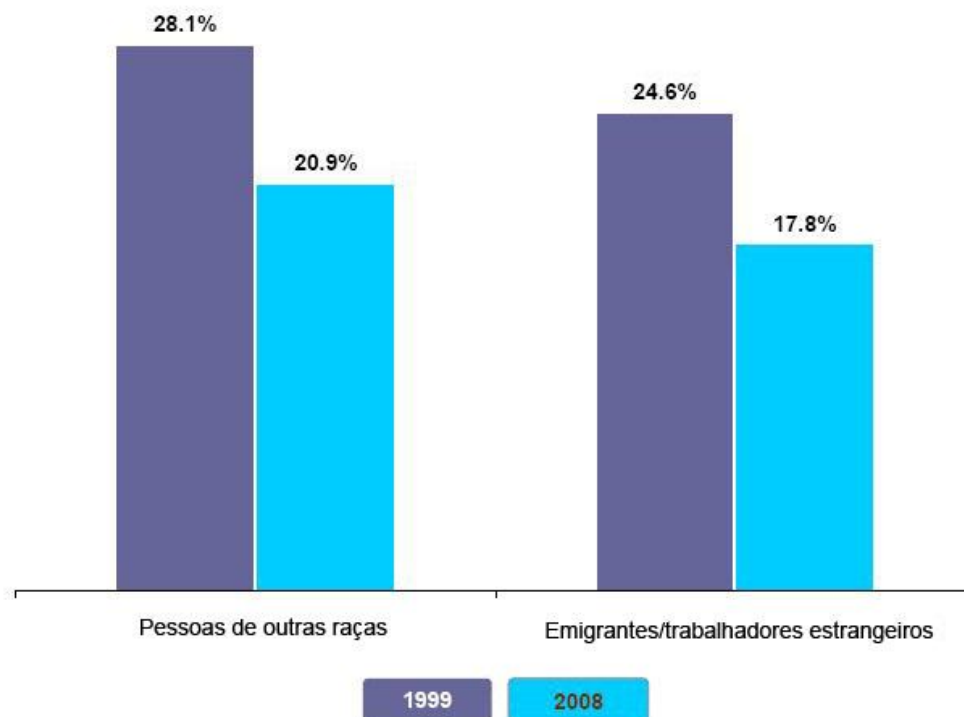
A quarta edição de European Values Study, realizada em 2008, ajuda para ver as tendências e o desenvolvimento dos processos na realização do projecto histórico de construção duma nova Europa unida e próspera.

A falta de confiança, como já vimos no ponto 3.2.2. (Cidadania Europeia na Bulgária), é índice para a crise no desenvolvimento dos processos democráticos na comunidade. Esta falta de confiança nas instituições torna-se perigosa porque é seguida por falta de participação política dos cidadãos e crescente desilusão da democracia em geral.

Em 1999 a Bulgária estava no segundo lugar, depois da Hungria, em atitudes discriminatórias em relação às outras raças. Em 2008 a negação de conviver com pessoas de outras etnias diminuiu quase 50%, aumentou também com 8% a tolerância para com os imigrantes.

Quadro 13. Preferências em relação aos vizinhos de outras raças ou nacionalidades.

Quais das seguintes categorias de pessoas não gostariam de ter como vizinhos?

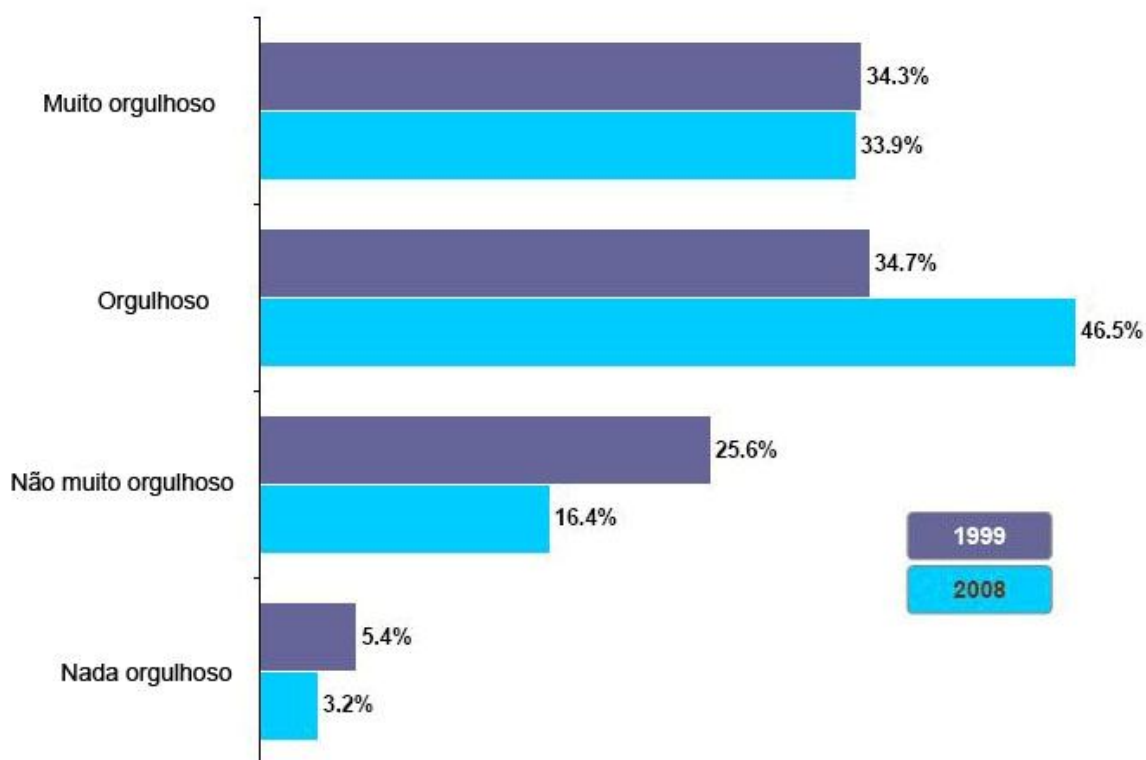


European Values Study (EVS) 2008

A abertura da Bulgária para o mundo, tanto institucionalmente, como a entrada na UE, tanto socialmente, como possibilidades de conviver com imigrantes, não é considerada, pela maioria das pessoas, como uma ameaça para a identidade e a cultura nacionais, ao contrário, nota-se ao mesmo tempo aumento da tolerância com os estrangeiros e da auto-confiança nacional. A investigação, feita em 2008, regista aumento com 10% das pessoas que se sentem orgulhosas de serem búlgaros, como também diminuição das pessoas que se preocupam com o facto de serem búlgaros.

Quadro 14. Orgulho nacional.

Até que ponto está orgulhoso de ser búlgaro?



European Values Study (EVS) 2008

Quase todos os entrevistados se autodefinem como possuidores de nacionalidade búlgara 98,9%, e 1,1% dizem que têm outra nacionalidade, sendo 1% de nacionalidade turca. Os ortodoxos são 58,6%, e os muçulmanos são 12,8%. A sondagem de 2008 mostra que o número de pessoas que estão orgulhosas de ter identidade búlgara são com 10 pontos mais em comparação com a sondagem anterior. Em geral 81% dos que se autodefinem como muçulmanos estão “orgulhosos ou muito orgulhosos” da sua identidade nacional búlgara, 77% dos ortodoxos e 73% dos ateístas também estão muito orgulhosos deste facto. Isto quer dizer que a identidade religiosa muçulmana não contradiz a identificação nacional com a Bulgária.

Os dados na sondagem deixam claro que não existe uma identificação forte com o Estado-nação como comunidade política, porque o confiança nas instituições

do Estado-nação é pouca, a simpatia com os co-nacionais, a confiança neles e o preocupação com os outros são poucos, a desilusão da acção da democracia é alta, existe falta de participação política voluntaria, tanto em eventos civis, como para dar maiores poderes às pessoas no processo de tomada de decisões, apenas 19,4% se importam com estes assuntos.

Daqui pode-se concluir que a identidade nacional para os representantes da etnia búlgara é concebida etnicamente, e os cidadãos búlgaros que se autodefinem como muçulmanos têm uma identificação política com a Bulgária e não étnica. Sendo os búlgaros uma maioria pode-se concluir que eles são orgulhosos com a sua origem, mas não com a sua pertença ao Estado búlgaro. Assim existe uma identidade nacional fora ou até contra o Estado-nação, sendo que esta identidade não é uma identidade nacional política. O Estado-nação parece desfeito em búlgaros étnicos e o estado desprezo por eles.

Quadro 15. Factores que definem a identidade nacional em anos (%)

Factores definidos como "muito importantes"+ "importantes"	Categoria	1995	Categoria	2003
Sentir-se búlgaro	1	91,1	1	94,5
Falar língua búlgara	2	84,8	2	92,0
Ter cidadania búlgara	3	83,5	3	86,5
Ter nascido na Bulgária	4	82,7	4	87,7
Respeitar as leis búlgaras e as instituições políticas	5	79,2	5	87,5
Ser descendente de mais de uma geração de búlgaros	6	75,1	6	83,7
Ser cristão	7	64,5	7	70,6

DIMOVA, Lília, Identidade Nacional e a Tolerância para com a Diferença dos Outros, Agencia de Analises Sociais, 2005

O que nos interessa aqui é qual é a relação que tem os búlgaros contemporâneos com a pátria, quais são as características desta relação, se a identidade nacional cede o caminho a outro tipo de identidades, se existe patriotismo, etc.

Quadro 16. O que significa Bulgária para os cidadãos.

Para si a Bulgária é: (até 3 respostas)	2006	2007
1. A família, os pais	68%	79%
2. Os amigos	25%	38%
3. O lugar, onde nasci	29%	31%
4. As memórias	10%	13%
5. O país, a pátria	42%	30%
6. As pessoas, os búlgaros	19%	12%
7. A história búlgara e as relíquias	25%	19%
8. A música folclórica	11%	7%
9. O ideal nacional	9%	5%
10. A natureza	21%	21
11. A comida, as bebidas	7%	7%
12. Outro	1%	1%

KABAKTCHIEVA, Petia, A Abertura para o Mundo e o Medo do Alheio, in O Estado da Sociedade, Instituto "Sociedade Aberta", Sofia, 2008

Os dados mostram que para a maioria das pessoas a pátria significa a família e os amigos, o lugar de nascimento, e não é pensada através do Estado-nação Bulgária. Neste caso o estado ficou separado da sua nação, os búlgaros sentem-se orgulhosos, mas não acreditam nos políticos e não confiam nas instituições nacionais.

O que acontece na Bulgária não é apenas a separação da nação do estado, mas também a identificação étnica em qualquer território, mesmo fora do país. Assim o

nacional torna-se étnico. A reetnização do nacional é um processo perigoso, porque tem o risco de quebrar a identificação civil da nação e de violar os direitos civis.

Parece que o grande problema é a etnização dos nacionalismos, porque o potencial homogeneizador do Estado-nação enfraqueceu, a situação torna-se perigosa do ponto de vista de possíveis confrontos étnicos.

A saída deste problema seria: a discussão dos problemas dos grupos sociais, e não das etnias e de cuidar da identidade nacional da nação; o ensino das normas e dos valores do multiculturalismo; a combinação das duas alternativas, sendo a variante mais complicada. Em todos os casos, a nova responsabilidade das elites não é construir uma comunidade imaginada segundo o modelo do Estado-nação de há mais de dois séculos, sendo muito perigoso construí-lo a base dum projecto nacional mono étnico. O objectivo seria as elites serem mediadores entre as diferentes comunidades étnicas. Se tiver um novo projecto nacional, este deveria ser ao mesmo tempo liberal, tolerante, social-solidário, patriótico (Kabaktchieva, 2008).

4. A crise da identidade nacional e a homogeneização cultural na Europa

4.1. A Bulgária no contexto de homogeneização cultural na Europa

O desenvolvimento dos Estados-nação modernos a partir do séc. XVII acontece em contexto dum processo de homogeneização dos povos que moram num território, em torno duma língua, identidade cultural, realidade económica. A nação substitui as formas menores de lealdade comunitária – regional, linguística, cultural, religiosa, étnica. Quando se trata de diferentes comunidades étnicas, isto acontece a base das características principais da etnia dominante. Este processo acontece espontaneamente através dos mecanismos do ensino nacional e a língua oficial, como também através de diferentes formas forçadas directas e indirectas quando grandes grupos de pessoas diferentes são assimilados em torno duma identidade comum, ou se isto não tivesse sido possível eram expulsos ou devastados. Os Estados tentam homogeneizar culturalmente os povos que habitam os seus territórios e por isso

usam métodos diferentes desde êxodos forçados de comunidades étnicas e culturais diferentes até assimilação voluntária ou forçada.

Os EUA são um estado exemplo. É um estado de imigrantes, onde moram pessoas de origens, etnias e religiões diferentes. Neste país existe um mecanismo chamado *melting pot* que leva a integração numa nação única de pessoas com origens diferentes. Por outro lado, independentemente da Constituição, segundo a qual cada pessoa é livre, e também independentemente da Carta dos Direitos Humanos, é adoptada uma hierarquia das identidades, segundo a qual a identidade americana é considerada como protestante anglo-saxónica, e os restantes grupos religiosos e étnicos têm uma importância secundária, o que é mais próprio para os negros e os índios que são submetidos a escravidão e segregação racista (Veltcheva, 2005).

Todo o período do desenvolvimento do Estado-nação é tempo de homogeneização cultural e a criação de identidades comuns num território determinado. Grandes grupos da população são expulsos ou expatriados, são feitas limpezas étnicas, outros são obrigados a aceitar novas identidades. A criação dos Estados-nação desde o início da época moderna é inseparável da criação de culturas nacionais comuns que se tornam a base da formação de um “nós” comum de grandes grupos de pessoas. Exactamente as culturas nacionais comuns são a base daquilo que autores como Benedict Anderson chamam “comunidades imaginadas”.

A globalização é o factor principal que influencia as crises e as transformações da identidade nacional. Existem, porém, outros elementos da modernidade que influenciam em diferente grau a consciência nacional, beneficiam as suas modificações ou aprofundam as crises da identidade.

O conceito de identidade nacional visa tornar homogéneas as diferenças que existem no interior da nação, estabelecendo um discurso de unidade; de um povo unificado em torno de ideais comuns. Nota-se, nesse sentido, uma cultura hegemónica que assume o papel da cultura nacional, suprimindo as outras culturas que ajudaram a formar a nação. Portanto, enfatiza-se o poder cultural, pois a cultura dominante constrói as representações da unidade a partir das diferenças internas da sociedade.

Estamos diante dum grande paradoxo político, pois as fronteiras que, mais de quarenta anos atrás, foram declaradas imutáveis em Helsínquia, têm-se mostrado cada vez mais vulneráveis e, é sabido que tal fato se deve, principalmente, a uma leitura malfeita das particularidades de cada Estado, ou mesmo à inconstância da comunidade internacional em achar que se pode normalizar ou padronizar o surgimento dum Estado apenas politicamente, sem se levar em conta as nuances sociais, económicas, culturais, temporais, religiosas e até mesmo circunstanciais que culminaram em seu surgimento.

É muito discutido o tema da diferença entre o desenvolvimento característico das nações ocidentais da Europa no caminho da homogeneização dos seus povos, através duma forte emancipação política e do desenvolvimento das nações dos Balcãs em identidades étnicas de grandes comunidades, um processo que ocorre também hoje como um eco dos longos períodos de dominação estrangeira. Hoje, os processos étnicos são problemas também na Europa Ocidental, porque fortalecem o separatismo nos Estados-nação. Esta tendência é devida ao aumento da importância social e política das comunidades étnicas e de imigrantes. Com um desenvolvimento ainda mais radical os processos que ocorrem na Europa Central e Sudeste, que levaram à desintegração da União Soviética, da Jugoslávia e da Checoslováquia e à criação de novos estados. A situação étnica e religiosa e a política dos Balcãs como também o desejo de processos de integração europeia problematizam as questões de compatibilidade de identidades incompatíveis em processos de globalização, não só no continente europeu mas também em todo o mundo.

Do ponto de vista histórico, o destino idêntico dos povos balcânicos durante o domínio imperial criou os estereótipos de espaço balcânico fechado, cuja absorção étnica e formação nacional muitas vezes levou a oposição e a inimizade entre povos vizinhos. A atitude para com “os outros”, que às vezes chega a guerras, cria a imagem desagradável do “síndrome balcânico” com os estereótipos dominantes de hostilidade, conflituosidade e incompreensão.

A autonomia nacional e a globalização estão enraizadas na modernidade e são tendências contraditórias presentes no interior da globalização. A partir dos anos 70

foi que o ritmo da integração global aumentou enormemente, como consequência se examinou três aspectos:

- Desintegração de identidade e homogeneização cultural;
- Identidades “locais” e nacionais estão sendo reforçadas;
- Identidades nacionais em declínio e o surgimento de novas identidades.

A homogeneização cultural é o receio dos indivíduos que estão convencidos de que a globalização ameaça acabar com as identidades e a “unidade” das culturas nacionais. Porém, do ponto de vista pós-moderno, este quadro é muito simplista, exagerado e unilateral.

Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia. As sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca. A ideia de que esses lugares “fechados” – puros, intocados é uma fantasia ocidental sobre a “alteridade”. Com isto, é evidente que os efeitos da globalização estão em toda parte, incluindo o Ocidente, e a “periferia” está vivendo o seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual.

Talvez o exemplo mais impressionante desse terceiro ponto seja o fenómeno da migração. Esta formação de “enclaves” étnicos minoritários no interior dos Estados-nação do Ocidente levou a uma “pluralização” de culturas nacionais e de identidades nacionais. Assim num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas, as velhas certezas e hierarquias da identidade têm sido postas em questão.

Portanto podemos concluir que parece então que a globalização tem o efeito de contrariar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” duma cultura nacional. Esta tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas maneiras de identificação, e tornando as identidades mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.

Também é enganador supor o desaparecimento das culturas locais por efeito do processo de globalização. De facto, até temos assistido ao inverso, à medida que vão surgindo novas nacionalidades e outros países politicamente independentes

(como aconteceu no espaço da União Soviética, da Checoslováquia, da Jugoslávia, etc.), como explica Mike Featherstone (1990): “As culturas nacionais têm, em regra, surgido em paralelo com os processos de constituição dos Estados, no interior dos quais especialistas da cultura se dedicam à reinvenção de tradições e reformulam, e até recriam, a essência étnica dos povos. À medida que os Estados-nação começaram a interligar-se numa figuração mais densa, mantendo entre si relações de competição, foram-se tornando alvo de fortes pressões no sentido de constituírem uma identidade cultural coerente”. Assim, o jogo de forças em que cada país se envolve no contexto internacional pode reforçar a especificidade da cultura local. É por isso que não se pode estender à dimensão global a cultura entendida deste modo que vimos a entendê-la. Não obstante, alguns Estados têm permitido, de certa maneira, o processo contrário de homogeneização e de uniformização cultural, ao promoverem internamente o desmantelamento da diversidade das suas culturas locais (frequentemente por motivos étnicos), recorrendo ao poder da polícia, do direito ou do sistema educativo. Exemplo disso é a Letónia, que acaba de ilegalizar o uso da língua russa na administração pública e nas escolas do país, apesar de albergar uma significativa minoria russa, do tempo da ocupação soviética.

A própria globalização que exerce pressões “para cima”, apoiando a criação de organizações supra-estatais, também exerce pressões para a autonomia local, tornando-se a razão para o ressurgimento de identidades culturais locais em diferentes partes do mundo, surgindo o multiculturalismo como reflexo desse mesmo ressurgimento.

A crise do Estado-nação nas condições de globalização torna-se um factor que leva ao facto de que nos territórios culturalmente homogêneos anteriormente aparecem comunidades diferentes culturalmente. A globalização leva a maior e crescente diversidade cultural, étnica e religiosa nos países do centro capitalista, a Europa Ocidental e a América do Norte. Isto vai levar ao aparecimento de muitas comunidades com características diferentes nos territórios dos Estados-nação, os quais podem ser assimilados ou unidos com uma identidade nacional comum muito dificilmente. O resultado é transformação de duas particularidades da consolidação das identidades nos países ocidentais na época moderna – a homogeneização da

povoação em torno duma identidade nacional comum e a hierarquia na percepção das diferentes culturas e identidades. Esta tendência, porém, manifesta-se duma maneira em estados de imigrantes como nos EUA, Canada, Austrália e de maneira diferente na Europa, onde existe uma tradição mais forte de países homogêneos e não de imigrantes (Rumford, Delanty, 2005).

Nos países de imigrantes este processo leva ao fenómeno “multiculturalismo”. Na Europa, onde existem identidade nacionais comuns muito fortes, a afluência de imigrantes provoca discussões em relação a questão do pluralismo cultural. Mas a política de multiculturalismo no continente está relacionada com muitos problemas ligados às discussões da política de apoio ou recusa dos imigrantes. A Europa ficou em frente de desafios, segundo os quais cada uma das três oportunidades de políticas existentes – pluralismo cultural, nação étnica, nação política, que assimila as diferentes culturas e religiões – não funcionava muito bem.

A sua reacção nos anos 90 do séc. XX foi apoiar o multiculturalismo, mas na maioria dos lugares como direitos individuais, por causa não apenas pela quantidade crescente de imigrantes, mas também por causa do processo de integração que supunha acalmar os receios nacionalistas em cada um estado através duma política de apoio das identidades culturais, linguísticas e religiosas. Isto tornou-se um modelo de desenvolvimento da UE que começou a ser imposto em todos os estados-candidatos. Exactamente por isso a Turquia, sob a pressão da UE, desistiu da guerra com os curdos e reconheceu a sua cultura, língua, etc. Alias, isto foi desistir da política de criação dum Estado-nação homogêneo com uma identidade cultural comum.

No mesmo tempo, na Europa não chegaram a adoptar os valores multinacionais característicos para os países de emigrantes como a Canadá, a Austrália e os EUA. Em grande parte das constituições dos diferentes países não é aceite a defesa dos direitos colectivos das minorias por causa dos receios que esta podia ter um poder destrutivo. Na maioria dos países europeus, principalmente aqueles que têm carácter unitário, não existem partidos políticos a base de valores religiosos ou étnicos. Na Bulgária, na França, na Grécia, na Turquia e em outros países a existência de minorias não é reconhecida nas constituições, mas são

defendidos os direitos individuais e são garantidos os interesses da sociedade como um todo.

Na Bulgária, onde até 1989 existia a típica para o Estado-nação política de homogeneização crescente e assimilação das diferentes comunidades, cujo auge foi o “processo de renascimento” de troca dos nomes muçulmanos por búlgaros, na nova constituição búlgara de 1991 a assimilação forçosa foi proibida com o artigo 29 (alínea 1). No mesmo momento foi acentuada a noção de nação sublinhando que a Bulgária é um Estado-nação com diferentes componentes étnicos e religiosos dentro dela. A constituição não reconhece os direitos colectivos, mas sim os individuais. Direitos individuais são considerados também o direito de língua materna e de religião, o que significa que estes podiam ser usados por outros membros da comunidade, mas são consumidos como direitos individuais. Isto significa que não se podem criar estruturas e organizações políticas através dos quais se possam realizar esses direitos (Ivanova, 2007).

O período depois 1989 tornou-se o início duma tendência contrária ao da assimilação, a povoação etnicamente búlgara começou a diminuir rapidamente por causa da emigração e a pouca natalidade, enquanto os componentes etnicamente não búlgaros começaram a crescer rapidamente tanto por causa dos ritmos rápidos de crescimentos demográfico de turcos e de ciganos, tanto por causa da chegada de muitos refugiados, homens de negócios e compradores de imóveis de todo o mundo. A globalização do capital e o seu movimento pelo mundo levou ao movimento rápido de grupos de pessoas que compravam imóveis longe dos lugares onde nasceram. Este processo acontece em grande escala na Bulgária e deshomogeneiza a nação búlgara. O primeiro sinal desta tendência de multiculturalização na Bulgária é o noticiário em turco na televisão nacional.

O que aconteceu na Bulgária foi parte duma tendência mundial. A globalização provocou uma série de processos críticos, criou premissas para enfraquecimento de tipos de nacionalismos anteriores, de crise de alguns e aumento de outras comunidades e as identidades relacionadas com estas.

Durante um grande período de tempo a Europa Sudeste, mesmo a fazer parte do “paradigma europeu”, ficou fora deste. Hoje em dia, quando estão a ser

preparadas concepções comuns de integração europeia nas áreas da economia, da legislação e das invenções políticas de integração, em plano cultural este paradigma é posto em causa e os países do Sudeste europeu continuam a ser “o grande projecto europeu de desenvolvimento e modernização” (Prodanov, 2004).

Segundo o Eurobarómetro na Bulgária existe o maior número de pessoas que não têm opinião sobre a globalização, 3-4 de cada 10 pessoas. Sendo que as consequências económicas, sociais e culturais são percebidas de maneiras diferentes. Mas segundo maior número de pessoas a globalização tem mais vantagens para as grandes companhias, e não para a pessoa comum. Esta é opinião de 63% das pessoas na EU e de 57% na Bulgária. Na UE, o mais importante é a existência de regras comuns e duma ordem mundial que controle os processos globais (64%). Enquanto para os búlgaros, depois de 45 anos de insolação, o mais importante são os novos horizontes culturais e as possibilidades de se sentirem cidadãos do mundo (61%).

Quadro 6. Consequências da globalização.



Eurobarometer 69, Public Opinion in the European Union, Spring 2008

À diferença dos cidadãos da EU, os búlgaros vêem mais a influência cultural positiva da globalização. As opiniões que a globalização dá oportunidades para as pessoas serem mais abertas a culturas alheias são quase iguais para a UE (62%) e para a Bulgária (61%). Ao mesmo tempo os búlgaros estão mais convencidos, em comparação ao resto dos cidadãos europeus, de que a globalização não é uma ameaça para a cultura do país deles.

As opiniões para as consequências económicas da globalização são mais parecidas. A maioria das pessoas, tanto na Bulgária como na UE, acham que este processo tem efeitos positivos e estimula os investimentos estrangeiros nos países deles.

O lugar da Bulgária contemporânea devia ser procurado sobretudo na contribuição do país para o desenvolvimento histórico, político, cultural e espiritual da civilização europeia.

O problema para o futuro da nação búlgara no contexto dos processos de globalização podia ser visto no aspecto geográfico do país. O país tem uma posição geopolítica e estratégica importante. Como uma zona estável na Península Balcânica a nação búlgara podia transformar-se num intermediário económico, político e cultural entre dois mundos, num pondo crucial de diálogo tolerante e interação entre tradições, valores e ideais diferentes.

4.2. A crise na identidade nacional búlgara

Durante os últimos vinte anos de transição búlgara para a democracia e para a economia de mercado, o país foi abalado em todas as áreas da vida. Cada cidadão da Bulgária, independentemente da sua etnia, sentiu essa transição a nível pessoal, familiar e social. A maioria da nação ficou mais pobre. Como resultado de tudo isso vieram à tona algumas questões fundamentais com as quais a nação búlgara, ainda não sabe lidar. Estas questões são:

- A crise na identidade nacional;

- A falta de valores morais e de sociedade civil;
- Oligarquia política – falta de líderes reformistas que conduzam a nação para um verdadeiro renascimento dentro dos desafios do novo milénio;
- Confronto étnico – ódio;
- A corrupção e a criminalidade que estão ligadas à governação.

No país existe um medo entre os diferentes grupos étnicos, em termos de que aquele que é diferente étnica, cultural e religiosamente, é uma ameaça, ou é um inimigo. Quando o medo toma o controlo nas relações entre os grupos étnicos numa nação, a primeira coisa que ocorre é um confronto étnico, que divide a nação. Este é um importante indicador para a crise de identidade nacional.

Para uma nação poder superar a crise na identidade nacional, os indivíduos devem redescobrir a si mesmos nos valores da democracia em termos ideológicos e culturais. Isto significa que a nação búlgara tem de escolher entre os valores do Ocidente ou do Oriente. Pela primeira vez no seu desenvolvimento histórico a nação búlgara enfrenta o desafio de encontrar a sua identidade numa comunidade de nações, cujos valores são construídos sobre a democracia.

Infelizmente, no clima espiritual de nação búlgara ainda flutua a ideologia do comunismo, sendo que a faixa etária predominante é entre 45-65 anos. São pessoas cuja mentalidade é formada inteiramente pela ideologia do período comunista. Os jovens são uma minoria no crescimento populacional. Portanto, na governação do país, os búlgaros vêem o surgimento de partidos populistas e étnicos como Ataka e o Movimento de Direitos e Liberdades.

Com 200 anos de dominação bizantina, cuja cultura dominante era a da religião ortodoxa grega, com 500 anos de dominação turca, cuja cultura dominante era a islâmica e com 46 anos de regime comunista, cujas bases eram a ideologia de Marx e Lenin e os quase vinte anos de participação nos processos de integração europeia, é extremamente difícil uma nação redescobrir a sua identidade e a sua cultura de origem. A diversidade de culturas que foram forçosamente impostas sobre a nação búlgara, alteraram a sua identidade. No actual momento em aspecto cultural a nação búlgara está extremamente ligada à cultura eslava, cujo principal representante é a Rússia.

Nos últimos anos na Bulgária foi claramente definido também o fenómeno do nacionalismo religioso. Partidos étnicos usavam a Igreja Ortodoxa como um instrumento dos seus objectivos nacionalistas e racistas. Eles criam uma tensão religiosa na nação, enfrentando a religião ortodoxa contra as outras religiões não tradicionais ortodoxas como o catolicismo e o protestantismo. O nacionalismo religioso na sua essência é uma marca do nacionalismo búlgaro.

O cristianismo ortodoxo como um dos três principais ramos do cristianismo não deve ser transformado numa religião nacional dum dada etnia em aspecto cultural e histórico. Quando a religião está associada com a tradição, a história e a cultura dum grupo étnico, a sua influência espiritual é limitada dentro deste grupo étnico. O mito de que se uma pessoa é búlgaro, deve ser cristão, tem que ser destruído. Se o cristianismo for etnizado ou nacionalizado, este não seria diferente das outras religiões como o islão. O cristianismo não deve ser considerado em aspecto étnico, nacional ou cultural, mas sim em aspecto espiritual.

A adesão plena da Bulgária à União Europeia criou uma oportunidade única para a nação búlgara para se tornar um factor para o desenvolvimento dum nova Europa.

Muitas vezes, devido à sua posição geográfica, a Bulgária é chamada de "porta de entrada para a Europa". O país podia ser também um factor no actual e nos futuros conflitos entre o Islão radical e a Europa civilizada. Mas isso não pode acontecer se os búlgaros não tiverem clara a sua própria identidade. Bulgária sofre de uma crise de identidade.

Além disso, essa síndrome também existe nos países europeus desenvolvidos, mas as razões para o seu aparecimento e as suas formas de existência são diferentes. O europeu ocidental médio tem atrás de si 60 anos de prosperidade e bem-estar após a Segunda Guerra Mundial, enquanto o búlgaro médio ainda continua a sofrer as consequências devastadoras do comunismo e a pobreza.

É sabido que a força motriz para a unificação da Europa é principalmente a procura da prosperidade económica, e não a preocupação idealista dos direitos humanos.

No contexto da aspiração universal para uma vida melhor e uma Europa competitiva e forte, mais cedo ou mais tarde, vão começar a aparecer uma série de problemas decorrentes da crise de identidade, que está a afectar tanto a Europa Ocidental como a Europa Oriental. O principal factor que vai acelerar este processo é a ofensiva global do Islão radical. O choque entre civilizações diferentes no século 21 é realmente um choque entre as grandes religiões. Exactamente a base religiosa é que ocorre a divisão contemporânea das civilizações, segundo o Professor Samuel Huntington no seu livro " O Choque das Civilizações ".

Um sinal muito claro para a crise da identidade nacional búlgara são as últimas eleições presidenciais e parlamentares, quando maior sucesso tiveram os partidos extremos e populistas.

Povos e países que não são capazes de apresentar uma visão própria do mundo e uma própria imagem de si mesmos, ditadas pelos seus interesses específicos e aceitam incondicionalmente modelos e ideias estrangeiros, correm o risco de serem marginalizados, tornar-se excessivos e até desaparecer.

As pequenas nações como a búlgara têm a possibilidade de acrescentar à sua identidade nacional hesitante a identidade dum parte da Europa unida. Se os búlgaros vão encontrar o melhor equilíbrio para conservar e reconciliar a sua identidade e especificidade nacional no quadro europeu depende essencialmente de inteligência dos seus políticos, da sua sociedade e elite espiritual.

Como já vimos a Bulgária encontra-se mais adiantada na sua europeização em comparação com a maioria dos outros países dos Balcãs. Para completar este processo, porém, é precisa uma política efectiva e aceleração do desenvolvimento nacional. Isso pode acontecer com a realização de reformas radicais, que levariam ao aumento da eficácia no funcionamento das instituições do Estado, e a consolidação dum economia competitiva. A europeização ainda incompleta pressupõe a fraqueza e a dependência externa do país, que sofreu gravemente os golpes da crise económica mundial. Portanto, o objectivo primário para a Bulgária deve ser a reformulação das prioridades estratégicas nacionais e a criação de potencial para a sua implementação bem-sucedida.

A formação dum novo governo no verão de 2009, que goza de forte apoio social, abriu uma perspectiva positiva que o processo de transformação da Bulgária num país democrático desenvolvido será acelerado. Uma tendência significativa neste processo deve ser a rápida adaptação do país às condições na UE. Esta tarefa é difícil, especialmente na área da economia, no combate contra a corrupção e o crime organizado. A Bulgária é obrigada a usar em máximo as oportunidades e os benefícios da sua participação na integração europeia, que deverá tornar-se base para uma política activa e coerente com os interesses nacional nos Balcãs. Se esses objectivos não forem alcançados, isso terá consequências negativas para o desenvolvimento nacional e vai enfraquecer as posições do país na região e na Europa.

CONCLUSÃO

Durante muito tempo, desde o início do séc. XIX, os Balcãs representam uma parte específica do continente europeu, uma região com tempo histórico confuso. A península fica longe de importantes processos na Europa, como por exemplo, o Renascimento, o aparecimento da ideia do Estado-Nação, a criação dos modernos Estados-Nação da Europa, a Revolução Industrial, etc. Este atraso no desenvolvimento dos povos balcânicos marcou toda a história deles nos últimos dois séculos.

Num momento quando as Comunidades Europeias se estavam a transformar em União Europeia, quando se estava a consolidar o princípio supra-nacional, nos Balcãs apareceu uma nova onda nacionalista. No dinamismo das mudanças apareceu uma falta de sincronia entre o nacionalismo não vivido e o novo princípio europeu.

Os nacionalismos balcânicos estão baseados na exclusão do outro. Os povos balcânicos têm pretensões claramente expressas em relação aos territórios históricos de estabelecimento da sua pátria. Todas as pessoas nos Balcãs têm fortes relações étnicas com as suas próprias nacionalidades, devidas à história, aos mitos e à memória histórica comuns.

A necessidade de alargamento da UE criou a necessidade de mudanças nas visões nacionais e supra-nacionais na Europa Ocidental. Trata-se da criação de capacidade das forças de integração europeia de absorverem os diferentes tipos de nacionalismos. Assim a necessidade de sincronia e standardização com as culturas é a tarefa principal depois da integração. Neste sentido a integração não é uma ameaça para a identidade nacional, ela é capaz de fortalecê-la.

Sendo parte da realidade balcânica, o nacionalismo búlgaro também é um fenómeno local e tardio na história europeia, uma ressonância de processos que estavam a acontecer activamente na Europa Ocidental, especialmente depois de 1848 e o auge dos movimentos de libertação nacional. Neste aparecem tanto elemento de nacionalismo étnico e cultural típico da Alemanha, tanto elemento do nacionalismo

civil francês. Ele desenvolve-se em condições de clara determinação da nação étnica búlgara e tem carácter predominantemente étnico. Tendo em conta as diferentes etnias que vivem no território búlgaro, no nacionalismo búlgaro podem ser encontrados também elementos de nacionalismo civil. Exactamente por causa do seu carácter fortemente étnico, este tipo de nacionalismo junta de maneira mais difícil as restantes comunidades em torno de uma identidade comum.

Por outro lado, é conhecido que as influências culturais europeias que entraram nos Balcãs nos séculos XVIII-XX eram assimiladas de todas as nacionalidades através de fortes relações comerciais, o ensino de estudantes nas escolas superiores da Europa Ocidental, a literatura e a arte, a moda, em condições de complexas interligações entre tradição e modernidade. Assim a assimilação da cultura europeia foi concebida como um forte desenvolvimento dos povos balcânicos. Também não há dúvida que sem a integração dos Balcãs no projecto europeu, ele não vai ser terminado. A europeização dos Balcãs é um facto.

Apesar da herança pesada da política de assimilação, em relação às minorias, existente até 1989 por parte do governo comunista, nos últimos 30 anos na Bulgária foi consolidado um modelo de relações interétnicas de sucesso, que é baseado nos princípios da sociedade civil e a democracia pluralista.

Paralelamente foi-se desenvolvendo a crise da total negação de grande parte da classe política, que é considerada corrompida e anti-populacional. A desilusão do período de transição é característica para grande parte da população.

As múltiplas catástrofes nacionais fizeram o búlgaro mais capaz de fugir de si mesmo, em vez de ficar fechado em si. O niilismo nacional foi sempre mais forte do que o nacionalismo, e o chauvinismo e a xenofobia são fenómenos marginais em todas as etapas da história moderna do país a diferença da história dos outros países balcânicos.

O que acontece na Bulgária não é apenas a separação da nação do estado, mas também a identificação étnica em qualquer território, mesmo fora do país. Assim o nacional torna-se étnico. A reetnização do nacional é um processo perigoso, porque tem o risco de quebrar a identificação civil da nação e de violar os direitos civis.

Como uma reacção da aproximação da Bulgária à EU pode ser considerado o aumento das ideias nacionalistas e a criação da aliança ultra-nacionalista Ataka em 2005 com o líder Volen Siderov. Isto acontece no contexto dos pensamentos xenófobos e os conflitos étnicos na Europa Ocidental. Mas o novo nacionalismo búlgaro justifica, sobretudo, descontentamento dos crimes dos ciganos, as práticas corruptas do partido étnico Movimento de Direitos e Liberdades e os outros partidos políticos, como também a marginalização de muitos búlgaros.

Todos esses acontecimentos na Bulgária são resultado duma tendência mundial. A globalização cria uma série de processos críticos, cria pressupostos para a diminuição dos nacionalismos em transição, para a crise de uns e o aumento de outras comunidades e as identidades relacionadas com elas. Uma das principais causas destes acontecimentos são as forças enfraquecidas de integração dos Estados-nação nas condições de grande ondas de emigração e o desaparecimento das fronteiras nacionais, tantos formais como culturais. Se no estado moderno o principal são os processos de homogeneização nacional, de assimilação, de desaparecimento da diversidade étnica e religiosa, hoje em dia com a centralização que está a diminuir começam a aparecer processos contrários de renascimento étnico de diferentes comunidades culturais dentro dos estados nacionais.

Com 200 ano de dominação bizantina, cuja cultura dominante era a da religião ortodoxa grega, com 500 anos de dominação turca, cuja cultura dominante era a islâmica e com 46 anos de regime comunista, cujas bases eram a ideologia de Marx e Lenin e os quase vinte anos de participação nos processos de integração europeia, é extremamente difícil uma nação redescobrir a sua identidade e a sua cultura de origem. A diversidade de culturas que foram forçosamente impostas sobre a nação búlgara, alteraram a sua identidade.

A maioria da população búlgara ainda continua a ir ruma à Europa com uma identidade errada. Hoje em dia muitos partidos políticos foram criados exactamente por causa da crise da identidade nacional búlgara e têm ideologias que contradizem ao sistema de valores da democracia, que tem como objectivo defender a dignidade dos indivíduos independentemente da etnia a que estes pertencem.

A identidade nacional búlgara acaba por ter um carácter ambíguo. Dentro da identidade nacional búlgara coexistem numa união as características orientais e as ocidentais. Apesar de fazer parte do espaço geográfico e cultural da Europa ainda no século VII, a influência da cultura política e espiritual europeia é muito forte na última etapa do Renascimento, durante a revolução de independência nacional e depois da Libertação. Exactamente estas características históricas junto com as tecnologias da Alemanha, Austro-Hungria e Itália, na sociedade búlgara ficam fortemente enraizados os princípios político-económicos modernos e as ideias culturais e políticas da Europa. Por outro lado, a religião comum, a língua semelhante, a lembrança dos libertadores russos provocam o sentimento de proximidade com a Rússia e os países da Eurásia. Assim os búlgaros ficam ao mesmo tempo perto e ao mesmo tempo longe da Europa. Mas esta ambiguidade na identidade nacional dos búlgaros, não devia ser uma contradição, mas sim uma unidade. Os búlgaros têm que perceber que a sua identidade foi construída naturalmente sob a influência de dois núcleos civilizacionais, de dois centros geopolíticos. Esta síntese os búlgaros só podiam ganhar tornando-se numa das unidades estáveis entre os diferentes espaços socioeconómicos e culturais do sistema global, mais precisamente entre a Europa e a Eurásia.

Portanto o destino dos búlgaros desde a recuperação do Estado Búlgaro no século XIX até hoje é um processo contínuo de auto-identificação e de auto-determinação. O caminho da Bulgária rumo a Europa desde o Renascimento é um exemplo para as mudanças na identidade nacional dos seus cidadãos. As mudanças na história búlgara relacionadas com a queda do comunismo provocaram alterações na atitude dos búlgaros em relação à sua identidade, e portanto a tudo que é alheio, ou mais concretamente à comunidade europeia. Os valores dos búlgaros mudaram quase ao invés.

O problema hoje em dia, que está em frente de uniões como a UE, é como conseguir a união na diversidade em tempos quando cada vez mais assistimos a processos de desintegração e ameaças para a segurança nacional.

BIBLIOGRAFIA²⁰

ALBROW, Martin, (1996), *The global age: state and society beyond modernity*, Stanford University Press

ALCOFORADO, Fernando, (2006), *Globalização e Desenvolvimento*, São Paulo, Nobel

Alpha Research “Public Opinion 2006”, <http://www.aresearch.org/>

ALTERMATT, Urs, (1998), *O Etnonacionalismo na Europa*, Oksiart, Sofia

ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso

ANDERSON, B. (1999), “As promessas do Estado-nação para o início do século”, In: HELLER Agnes, *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios par o século XXI*, Rio de Janeiro, Contraponto

BAEVA, Iskra, (2007), “O Caminho Histórico da Bulgária”, In: GANTCHEV, Petko, *A Bulgária, Integração, Transformação, Modernização*, RIK Slaviani, Sofia

BAUMANN, Zygmunt, (2004), *Europe: An Unfinished Adventure (Themes for the 21st Century)*, Polity Press

BECK, Ulrich (1998), *Qué Es La Globalización? Falacias Del Globalismo, Respuestas a La Globalización*, Barcelona, Paidós

BECK U., N. SZNAIDER, (March, 2006), “Unpacking Cosmopolitanism for the Social Sciences”, In: *British Journal of Sociology*, Vol.57, 1

BOBBIO, Norberto, Matteucci e Gianfranco PASQUINO, (1983), *Dicionário de Política*, 11^a edição, Editora Universidade de Brasília

²⁰ No processo de elaboração da presente dissertação foram utilizados artigos científicos de autores de diferentes nacionalidades, inclusive búlgaros, pelo que uma parte considerável da bibliografia é em língua búlgara, pelo que optamos fazer a tradução dos títulos para língua portuguesa.

BORELL, Joseph, Declaração na Assembleia da República da Bulgária em Novembro de 2005, <http://www.parliament.bg/?page=home&lng=bg&r=n>

BOZTEMUR, Recep, (2001), "Nationalism and the Other: the Making of Nation and the Nation-State in the Balkans", In: ARETOV, Nikolay, *Balkan Identities in Bulgarian Culture in the Modern Era, 19th and 20th c.*, Sofia, The Institute for Watch and Integration

BROWN, Carl, (1996), *The Ottoman Imprint on the Balkans and the Middle East*, Nova Iorque, Columbia University Press

BRUBAKER, Rogers (1996), *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*, Cambridge University Press

Constituição da República de Bulgária,
<http://www.parliament.bg/?page=const&lng=bg>

DASKALOV, Roumen (1994), *The making of a nation in the Balkans: historiography of the Bulgarian revival*, CEU Press

DIECKHOFF, Alain (2001), *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget

DIMITROV, Vesselin (2001), *Bulgaria: The Uneven Transition*, Routledge

DIMOVA, Lilia, (2005), *Identidade Nacional e a Tolerância para com a Diferença dos Outros*, Agencia de Analises Sociais

DINKOV, Dinko, (2008), "A Europa Sudeste depois da Guerra Fria como um Teste para a Uniao Europeia", <http://www.ceeol.com/>

DOGAN, Ahmed, (2002), "Para a Necessidade de Nacionalismo Moderado na Bulgária", In: *O Novo Nacionalismo*, Instituto de Estrategias Liberais

Eurobarometer 69, Public Opinion in the European Union, Spring 2008, http://ec.europa.eu/public_opinion/standard_en.htm

Eurobarómetro 72, Opinião Publica na União Europeia, Outono 2009, Relatório Nacional, Portugal, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_en.htm

Eurobarometer 72, Public Opinion in the European Union, National Report, Bulgária, Autumn 2009, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_en.htm

European Values Study (EVS) 2008, <http://www.europeanvaluesstudy.eu/>

FEATHERSTONE, Mike, (1990), *Global culture: nationalism, globalization, and modernity*, Sage Publications, London

FERNANDES, José Pedro Teixeira, (2005), "A Memória Otomana nos Conflitos dos Balcãs", In: *Nação & Defesa* nº 112 Outono/Inverno (2005): 87-102.

JÁUREGUI, Gurutz, (2002), "Soberanía, Autodeterminación Y Unión Europea", In MAÍZ, Ramón, *Construcción De Europa, Democracia Y Globalización (949-62)*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela

GELLNER, Ernest (2001), *Naciones e Nacionalismo*, Alianza Editorial S.A., Madrid

GENOV, G., E. PANUSHEV, (2001), *Para uma União Europeia Maior e Mais Forte. A Adesão da Bulgária*, NETEKS, Sofia

GIDDENS, Anthony, (1991), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, UNESP

GIDDENS, Anthony (2003), *Runaway world: how globalization is reshaping our lives*, New York, Routledge

HABERMAS, Jurgen, (1999), *Moral, Direito e Democracia*, Casa das Ciências humanas e sociais, Sofia

HALL, S., (1999), *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Rio de Janeiro, D.P. & A.

HASTINGS, Adrian (1997), *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press

HEDETOFT, Ulf (1999), "The Nation-state Meets the World National Identities in the Context of Transnationality and Cultural Globalization", In *European Journal of Social Theory*, 2 (1), 71-94

HOBSBAWM, Eric (1998), *Naciones e Nacionalismo desde 1780*, Barcelona, Crítica (Grijalbo Mondadorí S.A.)

HUNTINGTON, Samuel P., (1996), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, New York

Instituto Nacional de Estatística da Bulgária, <http://www.nsi.bg/index.php>

IVANOV, Andrey, (2007), "Minority Nationalism in the Balkans: the Bulgarian Case", http://www.ime-bg.org/pdf_docs/papers/minority.pdf

IVANOVA, Radost, (2007), "Factores da Mudança na Cultura Quotidiana dos Búlgaros Hoje", In: *Etnologia Bulgara, Instituto Etnógrafo*, Sofia, <http://www.etnoinstitut.co.yu/Zbornik/zbornik22/radost.pdf>

KABACTCHIEVA, Petia, (2009), "Identidade Nacional e Cidadania Europeia", Instituto Sociedade Aberta, Sofia, http://politiki.bg/?cy=135&lang=1&a0i=223273&a0m=readInternal&a0p_id=457

KABAKTCHIEVA, Petia, (2008), "A Abertura para o Mundo e o Medo do Alheio", In: *O Estado da Sociedade*, Instituto "Sociedade Aberta", Sofia

KAVALSKI, Emilian (2003), "Bulgaria: the State of Chaos", <http://www.seep.ceu.hu/archives/issue41/kavalski.pdf>

KLAUS, Václav, (15.3.2005), *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, <http://www.faz.net/>

MITEV, Petar-Emil, (2005), "O Modelo Étnico Búlgaro - Uma Conquista Problemática na Integração Europeia", In: *Diversidade Étnica e a Integração Europeia*, Centro de Investigações históricas e Politológicas, Sofia

MOREIRA, Humberto, (2007), "União Europeia: um espaço compartilhado por diferentes populações (convivência das diversidades)", Instituto Nacional de Estatística - Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais, Artigo 3º

NIKOLOV, Krasimir, (2002), "O Constitucionalismo Europeu", In: KOVATCHEV, Petar, *A Europa Contemporânea Conhecida e Desconhecida*, Temas, representados em "Seminários Europeus" 2002, Ed. Diana

PETKOVA, Kristina, (2007), "Nacionalismo Político e os Desafios frente a Nação Búlgara", In: BOGOMILOVA, Nonka, Nina DIMITROVA, *A Matriz Cultural dos Balcãs e o Projecto Europeu*, FABER, Veliko Tarnovo

PRODANOV, Vasil (2004), "Bulgaria in Global processes", London: Global Scholarly Publications (GSP), <http://www.philosophybulgaria.org/Prodanov/Bulgaria.pdf>.

PRODANOV, Vasil (2006), *Os Nacionalismos Búlgaros e a Integração Europeia*, Sofia, Hristo Botev

PRODANOV, Vasil, (2005), "Contradições nas Identidades Europeias", In: *Diversidade Étnica e a Integração Europeia*, Centro de Investigações Históricas e Politológicas, Sofia

RAGAZZI, Cecilia (2007), "Bulgaria: el ascenso de partidos populistas", http://selene.uab.es/ce-documentacio-europea/CDE%20Informacions/07062%20Annex/7128-Bulgaria__el_ascenso_de_partidos_populistas.pdf.

RUMFORD, Chris, Gerard DELANTY, (2005), *Rethinking Europe: social theory and the implications of Europeanization*, Routledge

SCHIMITTER, Philippe (1991), "The European Community as an Emergent and Novel Form of Political Domination", Estudio/Working Paper 1991/26, http://www.march.es/ceacs/publicaciones/working/archivos/1991_26_en.pdf

SCHNAPPER Dominique, (1997), *Community of citizens: on the modern idea of nationality*, Transaction Publishers, New Jersey

SMITH, Anthony D., (1999), *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Oeiras, Celta

SMITH, Anthony D., (1991), *National Identity*, University of Nevada Press

THATCHER, Margaret, (2002), *A Arte de Bem Governar - Estratégias para um mundo em mudança*, Ed. Slance

Relatório do Conselho Nacional de Informação dos EUA, "Tendências Globais 2020", Novembro 2004, http://www.dni.gov/nic/NIC_globaltrend2020.html

TODOROVA, Elka (2006) "A Identificação no Contexto Europeu. Do medo e da desconfiança à consciencialização racional", www.elkatodorova.com/articles/EuroIntegrazia.doc

TODOROVA, Maria (1997), *Imagining the Balkans*, Oxford, Oxford University Press

VELTCHEVA, Nádia, (2005), "Diversidade Étnica, Cultura Nacional e Integração Europeia", In: *Diversidade Étnica e a Integração Europeia*, Sofia